

FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

ILMA CÉLIA DE PAIVA MOURA

ASSENTAMENTO PRESENTE DE DEUS NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA - GO:
SOBREVIVÊNCIA E BUSCA PELA AUTONOMIA (1988 a 2014)

GOIÂNIA – GO
OUTUBRO DE 2014

**FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ILMA CÉLIA DE PAIVA MOURA

**ASSENTAMENTO PRESENTE DE DEUS NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA - GO:
SOBREVIVÊNCIA E BUSCA PELA AUTONOMIA (1988 a 2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria –ALFA, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre, sob a orientação da Prof.^a. Dr.^a. Heliane Prudente Nunes.

**GOIÂNIA – GO
OUTUBRO DE 2014**

Catálogo na fonte: Biblioteca Faculdades ALFA
Bibliotecária: Ana Cristina Alves da Silva – CRB-1/1809

M929a Moura, Ilma Célia de Paiva.

Assentamento presente de Deus no município de Goianésia – GO:
sobrevivência e busca pela autonomia (1988 a 2014) / Ilma Célia de Paiva.
– 2014

150 f. ; 31 cm.

Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional) — Faculdades
ALFA, 2014.

“Orientador: Prof. Dr^a. Heliane Prudente Nunes”.

Bibliografia: 121-130.

1. Assentamento. 2. Reforma agrária. 3. Legislação. I. Ilma Célia de
Paiva Moura. II. Faculdades ALFA - Mestrado em Administração. III.
Título.

CDU: 332.2.021.8

**FACULDADES AGRÁRIA ALVES FARIA (ALFA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ILMA CÉLIA DE PAIVA MOURA

**ASSENTAMENTO PRESENTE DE DEUS NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA - GO:
SOBREVIVÊNCIA E BUSCA PELA AUTONOMIA (1988 a 2014)**

BANCA EXAMINADORA

**PROF^a. DR^a. HELIANE PRUDENTE NUNES – ALFA - GO
(Prof.^a Orientadora)**

**PROF. DR. EDUARDO GUSMÃO DE QUADROS- PUC-GO
(Prof. Leitor)**

**PROF^a. DR^a. CINTIA NEVES GODOI –ALFA -GO
(Prof.^a Leitora)**

À minha mãe, exemplo de mulher
ao meu esposo Valdecy
e aos meus filhos Renan, Rafael, Pedro e Sophia
por trazerem alegria à minha vida.

Por contribuírem para que eu alcançasse mais essa conquista.
Por suportarem as ausências e as chatices e por estarem sempre ao
meu lado nessa caminhada, o meu amor e minha sincera gratidão.

Vocês são eternos no meu coração.

AGRADECIMENTOS

Tenho a certeza de que não conquistamos absolutamente nada sozinhos e, por isso, me sinto no dever de agradecer aos que estiveram presentes durante esse período e que colaboraram para que tudo se encaminhasse da melhor forma possível.

A Deus, por me amparar nos momentos difíceis, me dar força interior para superar as dificuldades, me suprir em todas as minhas necessidades, iluminar meu caminho nas horas de incertezas e, principalmente, por ter colocado pessoas maravilhosas ao meu lado.

Aos meus pais, por terem me dado educação, valores e por me terem ensinado a trilhar pelos caminhos da vida. A meu pai (in memoriam) que sempre acreditou em mim. Pai, meu amor eterno. À minha mãe, amor incondicional mesmo no seu silêncio. Mãe, aos seus sonhos foi agregado mais uma conquista. Esteve sempre pronta para dar uma palavra de estímulo. A vocês, partilho a alegria desse momento.

A toda minha família, e em especial a meus irmãos Reginaldo, Vilma e Edelma por todo apoio e, principalmente, pelo respeito a minha opinião e a minha vontade mesmo quando as mesmas não condizem necessariamente com o que vocês acreditam.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas pela grande torcida.

Aos meus sogros Vicente e Maria, por nos acolher em sua casa.

Ao meu amor, Valdecy, pela infinita paciência e carinho, pelo incentivo e pelo esforço em me acompanhar em todas as etapas desse trabalho.

Aos meus filhos, razão da minha vida, Renan, Rafael, Pedro e Sophia minha sincera gratidão por terem suportado bravamente as minhas constantes ausências.

Ao meu querido amigo-irmão, Ronaldo Elias, companheiro de todas as horas, meu esteio, meu exemplo de persistência, de bondade e de ser humano. Com suas sábias palavras suaviza minha jornada. A você minha eterna amizade.

Ao Sidney, meu grande amigo, companheiro em importantes decisões, tornando os dias mais felizes com sua alegria contagiante. Meu constante apoio. Minha sincera amizade.

Aos amigos que torceram por mim nesta jornada, compreendendo as minhas não presenças e me apoiaram nesta empreitada.

Ao IF Goiano – Campus Morrinhos, pela bolsa de estudos e pela licença propiciando dedicação à esta pesquisa.

Aos amigos especiais do mestrado, Eduardo, Luciana e Elma que compartilharam suas experiências profissionais e acadêmicas, pelas dúvidas tiradas em grupo; também, pelos momentos em que nos reuníamos nos intervalos das aulas. Era sempre muito bom.

A todos os assentados, em especial ao meu tio Adão Martins Costa, Sumaia, Lula e Zé Bocão que tive o prazer de conhecer durante este trabalho e que me ensinaram que a simplicidade é um dos maiores valores desta vida.

Aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA) pelos ensinamentos tão preciosos para a construção dos meus conhecimentos.

A Prof. Dra. Heliane Prudente Nunes, por acreditar que eu era capaz e pela orientação. Mesmo chegando sem me conhecer direito, abriu as portas, para me acompanhar nessa empreitada. Nesse mundo, repleto de pessoas ruins, você me faz acreditar que os bons são a maioria. Só tenho a agradecer aos seus ensinamentos (pessoais e acadêmicos), orientações, palavras de incentivo, puxões de orelha, paciência e dedicação. Você é uma pessoa ímpar, onde busco inspirações para me tornar melhor em tudo que faço e que irei fazer daqui para frente. Tenho orgulho em dizer que um dia fui sua orientada.

Agradeço à banca de qualificação da dissertação de mestrado composta pelos professores: Prof.^a Dra. Cíntia Neves Godoi e Prof. Dr. Alcido Elenore Wander, pelos comentários e sugestões.

Por fim, agradeço à banca avaliadora formada pela orientadora, Prof. Dra. Heliane Prudente Nunes, e pelos professores Cíntia Neves Godoi e Eduardo Gusmão de Quadros. Muito Obrigada a todos!

RESUMO

MOURA, Ilma Celia de Paiva. Assentamento Presente de Deus no município de Goianésia - GO: sobrevivência e busca pela autonomia. (1988 a 2014) Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA)

Esta pesquisa aborda a complexa temática relacionada aos assentamentos rurais estabelecidos no Brasil, reconhecido como uma etapa do processo de reforma agrária. O foco principal da investigação é o assentamento “Presente de Deus”, cujo projeto foi implantado no município de Goianésia no ano de 2010 composto inicialmente por 400 pessoas. Estabelece como objetivo conhecer e compreender o processo histórico de construção do Assentamento, denominado Presente de Deus, na região de Goianésia, GO, e discutir as possibilidades de busca por autonomia alcançada a partir da conquista da terra, perpassando pelo diálogo com as políticas de governo responsáveis pela promoção dos assentados. Adota como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Apresenta um debate com diferentes posições teóricas de diversos autores sobre os temas: questão agrária, reforma agrária, acampamentos e assentamentos, identificados no contexto histórico brasileiro. Avalia a legislação relacionada ao tema reforma agrária, identificando as conquistas obtidas e os obstáculos encontrados. Na pesquisa empírica são levantadas informações sobre as condições dos assentados, caracterizando os avanços obtidos em busca de sua autonomia e as dificuldades por eles vivenciadas. Apresenta algumas sugestões para a melhoria da vida dos assentados baseada em algumas experiências exitosas

Palavras chave: Assentamentos. Reforma Agrária. Legislação. Autonomia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Mapa do Estado de Goiás e suas Mesorregiões.....	73
Figura 02. Localização do município de Goianésia - GO.....	73
Figura 03. Mapa do município de Goianésia – grandes propriedades rurais que compõem o município	77
Figura 04. Fachada da antiga sede da fazenda Itajá.....	79
Figura 05. Pátio interno da sede da fazenda Itajá	80
Figura 06. Fundos da sede da fazenda Itajá	80
Figura 07. Imagem da piscina da sede da fazenda Itajá	81
Figura 08. Imagem aérea dos pés de café da fazenda Itajá.....	81
Figura 09. Mapa do acesso ao Assentamento Presente de Deus.....	83
Figura 10. Mapa da localização do Assentamento Presente de Deus.....	83
Figura 11. Imagem da antiga e atual casa no Assentamento Presente de Deus	88
Figura 12. Reserva Legal do Assentamento Presente de Deus.....	89
Figura 13. Viveiro comunitário – mudas nativas do Cerrado	89
Figura 14. Sistema de captação de água da chuva.....	90
Figura 15. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Reforma agrária nos governos brasileiros nos anos 1985 – 2010.....	49
Tabela 02. Percepção dos assentados sobre suas condições de vida no Assentamento Presente de Deus,	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Número de assentamentos criados no Brasil – 1985 – 2012.....	60
Gráfico 02. Número de famílias assentadas no Brasil–assentamentos criados 1985–2012.....	60
Gráfico 03. Média de idade do administrador da parcela no Assentamento Presente de Deus em 2014	94
Gráfico 04. Grau de escolaridade do administrador da parcela no Assentamento Presente de Deus em 2014.....	94
Gráfico 05. Formação técnica dos assentados do Presente de Deus – no período de acampamento e no período de assentamento	95
Gráfico 06. Participação dos assentados em atividades sociais – antes e depois – do assentamento.....	96
Gráfico 07. Média da quantidade e da idade dos filhos dos assentados do Presente de Deus	97
Gráfico 08. Local de trabalho dos assentados do Presente de Deus	98
Gráfico 09. Renda mensal por família (número de salários mínimo).....	99
Gráfico 10. Tipos de transporte que os assentados adquiriram depois do assentamento.....	100

LISTA DE SIGLAS

APPs	Áreas de Preservação Permanentes
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CELG	Companhia energética de Goiás
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAFANA	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Assentamento Nova Aurora
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DOU	Diário Oficial da União
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GO	Goiás
IBGE	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de colonização e reforma agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PAs	Projetos de Assentamentos
PDA	Plano de desenvolvimento do Assentamento
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATER	Programa Nacional de Ater
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB-	Partido Trabalhista Brasileiro
RAM	Reforma Agrária de Mercado
RO	Rondônia
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SR	Secretaria Regional do INCRA.
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
ULTABs	União de Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E REFORMA AGRÁRIA: CONCEITOS E DEBATES TEÓRICOS	18
1.1 Questão agrária no Brasil.....	18
1.1.2 Concepções da questão agrária na visão de Ignácio Rangel e Caio Prado Junior....	22
1.2. Diferentes posições teóricas sobre a reforma agrária no Brasil.....	26
1.3 Histórico das legislações acerca da Reforma agrária no Brasil.....	35
1.4 Avanços e retrocessos obtidos pela Reforma agrária no Brasil durante os governos FHC, Lula e Dilma.....	56
2. O ASSENTAMENTO PRESENTE DE DEUS NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA: HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO POPULACIONAL.....	62
2.1 Conceitos sobre Acampamentos Rurais.....	62
2.2 Conceitos sobre Assentamentos.....	66
2.3 Assentamento Presente de Deus: contexto histórico regional e referências geográficas	68
2.3.1 Contexto histórico nacional e regional.....	68
2.3.2 Município de Goianésia: Referências Geográficas.....	72
2.3.3 Caracterização do município de Goianésia – GO.....	74
2.3.4 Fazenda Itajá.....	78
2.3.5 Histórico do Assentamento Presente de Deus.....	83
3. PERFIL DOS ASSENTADOS PRESENTE DE DEUS.....	92
3.1 Considerações metodológicas.....	92
3.2 Dados do questionário aplicado.....	92
3.3 Perfil dos assentados, funções desempenhadas e meios de locomoção.....	93
3.4 Educação e saúde.....	95
3.5 Convívio social.....	96
3.6 Perfil familiar.....	97
3.7 Atividades econômicas e infraestrutura.....	98

3.8 Cultura material.....	99
3.9 Expectativas dos assentados.....	101

4. SUGESTÕES PARA A CONQUISTA DA AUTONOMIA DOS ASSENTADOS

E A PROMOÇÃO DO SEU DESENVOLVIMENTO SOCIAL..... 104

4.1 Condições para o sucesso.....	105
-----------------------------------	-----

4.1.1 Quadro natural propício.....	105
------------------------------------	-----

4.1.2 Localização privilegiada.....	106
-------------------------------------	-----

4.2 Entraves observados no assentamento e sugestões para superá-los.....	107
--	-----

4.2.1 Dificuldades com o acesso ao crédito e a pouca assistência técnica.....	107
---	-----

4.2.2 Gerenciamento individual.....	108
-------------------------------------	-----

4.3 Construindo novas perspectivas	109
--	-----

4.3.1 Integrar-se à Agricultura Familiar.....	109
---	-----

4.3.2 Implantação de uma racionalidade empresarial	112
--	-----

4.3.3 Estabelecer parcerias com os poderes público e, com os empresários na definição de novas atividades econômicas a serem desenvolvidas pelos assentados.	112
---	-----

4.3.4 Conquistar o sucesso através da assistência técnica	114
---	-----

4.3.5 Aderir a projetos que foram bem sucedidos em outros assentamentos	116
---	-----

CONSIDERAÇÕES..... 117

REFERÊNCIAS..... 120

INTRODUÇÃO

A temática da reforma agrária faz parte nos debates políticos nacional, assumindo significados e formas diferenciados, impulsionada pelas constantes lutas que culminam em acampamentos e em ocupações de terra. Ao longo do tempo essa forma de luta vem ganhando novos significados, novos valores, não sendo mais apenas uma disputa por terras. A reforma agrária é também um caminho para resgatar ou conceber a dignidade de multidões de pessoas, que foram ao longo dos anos excluídas, e que tem como objetivo de fazer da terra não apenas um simples lugar para produção, mas também o lugar onde a cidadania será consolidada. Assim, hoje a busca pela terra está intrinsecamente ligada à luta política pela transformação da sociedade.

Não há somente pessoas envolvidas neste processo de luta, mas também sonhos, desejos, esperanças de quem acredita em mudanças no modelo de apropriação da terra que o Brasil enfrenta desde a sua colonização até os dias atuais, o latifúndio. Esse sistema fez com que o país mantivesse a maior concentração de terras do mundo e ocupasse o ranque dos dez países com o maior índice de desigualdades (ONU, 2014). A reforma ao desarticular a estrutura fundiária concentrada, propicia o acesso à terra de maneira democrática, provocando mudanças na atual conjuntura, combatendo o desemprego, a fome, a miséria e, fomentando políticas sociais que impedem a continuidade do êxodo rural e seus prejuízos

Assim, esse tema de estudo assume uma grande importância, pois remete a um histórico de desigualdades socioeconômica que o Brasil enfrenta desde a sua colonização até os dias atuais, e que devido a parcial promoção social ocorrida nos últimos anos, decorrente dos processos de industrialização e urbanização com a aplicação de políticas assistencialistas que conciliaram os interesses agrários com os interesses industriais, criam-se a mórbida sensação de que os problemas agrários foram resolvidos.

Com o passar dos anos a reforma agrária no Brasil foi ganhando novas nuances, chegando aos olhos dos cidadãos brasileiros de maneira maquiada, camuflando os problemas que se arrastam por décadas, e dificultando a formação de uma consciência popular a favor desse projeto que é uma forma de inserção à cidadania. Para isso, necessário se faz manter viva as discussões que coloquem essa temática à tona, com a finalidade de desconstruir os discursos sensacionalistas que apregoam sobre esta política, e que favoreça o desvelar da

representatividade do objeto da consolidação do projeto de reforma agrária, o retrato da realidade dos assentamentos.

Este trabalho tem como objetivo conhecer e compreender o processo de construção do assentamento Presente de Deus, criado pelo governo federal, na região de Goianésia, GO, e discutir as possibilidades de busca por autonomia, mantendo um diálogo com as políticas de governo que são responsáveis pela promoção dos assentados. Como objetivo específico nos propomos a avaliar as percepções que os assentados elaboram sobre os problemas do assentamento, suas ações e seus ideais em relação ao mundo, sobre os conflitos e tensões vividos no processo de luta por terras férteis; Caracterizar as formas de organização e sobrevivência estabelecidas dentro do assentamento e apresentar sugestões visando a melhoria de vida dos assentados e, levantar os indicadores de cultura material dos assentados.

Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica, documental para embasar toda temática desse trabalho e a empírica que aqui tem a finalidade de oferecer suporte para a construção do histórico do assentamento estudado.

Na revisão bibliográfica foram selecionadas obras de autores clássicos sobre o tema como: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignácio Rangel; e, o contemporâneo José de Souza Martins.

As fontes documentais investigadas foram o Processo de Assentamento Itajá com o código 73.601.5, cartas e álbuns dos arquivos das famílias assentadas, e o livro de atas das associações do Assentamento em estudo. A pesquisa empírica foi realizada com alguns representantes dos assentados, utilizando como critério uma maior representatividade no próprio grupo. Foram selecionados vinte e seis assentados, e solicitado a eles a resposta de um questionário (Apêndice 01). Maiores detalhes da metodologia utilizada na pesquisa empírica estão apresentadas no capítulo 3. Este trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que o primeiro abarca os conceitos da Questão e da Reforma Agrária, apresentando os autores intitulados como clássicos, perpassando pelo histórico da legislação que amparou a reforma agrária ao longo da história do Brasil, até a verificação dos avanços e dos retrocessos alcançados, levando em consideração a aplicabilidade dessa política. O segundo capítulo refere-se a uma revisão de literatura sobre os acampamentos e os assentamentos, para que, a partir desses conceitos possa ser compreendido o processo de criação do histórico do Assentamento Presente de Deus, desde a sua origem até os dias de hoje.

O capítulo três, apresenta o perfil e as expectativas dos assentados em relação ao projeto de assentamento. No quarto, o último capítulo, são apresentadas as sugestões para que os assentados conquistem a autonomia e viabilize o seu próprio desenvolvimento. Para

tanto, verificou-se as falhas existentes no assentamento Presente de Deus e foi apresentado sugestões no sentido de contribuir para que o referido assentamento consiga atingir os objetivos propostos ao se implantar um assentamento de reforma agrária: o de diminuir as desigualdades e a pobreza no país.

1- QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E REFORMA AGRÁRIA: CONCEITOS E DEBATES TEÓRICOS

1.1 Questão agrária no Brasil

Os debates sem torno da questão agrária apresentam antigos e novos elementos que podem ser interpretados por diversas maneiras de acordo com a ênfase que se quer dar aos diversos estudos da realidade agrária. Aqui, a questão agrária será apresentada como um conjunto de interpretações da realidade agrária com o viés pautado na explicação de como se organiza a posse da terra, a propriedade e o uso e utilização das terras na sociedade brasileira. Com isso, pode-se dizer que os problemas concernentes à questão agrária estão:

...relacionados essencialmente à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, à violência contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, a qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 2001, p. 23).

A questão agrária, conforme o pensamento de Fernandes (2001) é o conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agricultura, da agropecuária e das lutas de resistência que envolvem os trabalhadores que são inerentes ao processo de desigualdade e contraditório das relações capitalistas de produção que vão se apresentando por meio de características diversas nos distintos estágios de desenvolvimento capitalista. Ou seja, a questão agrária está intimamente ligada desde a inserção do capitalismo nas atividades agropecuárias até os efeitos desencadeados por esse processo. Silva ressalta que:

É exatamente por ser a terra um meio de reprodução relativamente não reprodutível — ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado — que a forma de sua apropriação histórica — ganha uma importância fundamental. Desde que a terra seja apropriada privadamente, o seu dono pode arrogar-se o direito de fazer o que quiser com aquele pedaço de chão. Em alguns países, como no caso do Brasil, o proprietário de terra tem até mesmo o direito de não utilizá-la produtivamente, isto é, deixá-la abandonada, e de impedir que outro utilize (SILVA, 1980, p. 21).

A maneira como a terra é apropriada e se a mesma será utilizada ou não, para fins produtivos ou até mesmo para fins de investimentos é outro ponto abordado por Graziano da Silva (1990), esses fatores também estão apontados na questão agrária, um vez que abarca o próprio limite imposto pela natureza em que não existe a possibilidade de criar novas terras,

pois, caso contrário, a forma de apropriação não teria a menor relevância, por isso que a ênfase está centralizada na forma de apropriação da terra, por ser um ‘bem irreprodutível’ Graziano (1986), ou seja, não há possibilidades de criar novas terras.

Devido a essa ‘irreprodutividade’ é que a forma de apropriação é questionada. Uma vez que nela está o que pode ser chamado de, o cerne de toda a problemática agrária, o latifúndio. Pois as terras estão concentradas e sob o domínio de uma minoria. Estar de posse das terras implicaria estar de posse do poder, se restringir a posse das terras nas mãos de poucos, o poder conseqüentemente estaria também centralizado nas mãos de poucos. Por esse viés Myrdal enfatiza que:

[...] a restrita e desnivelada propriedade da terra é, quase em toda parte, a principal prova desta desigualdade e da rigidez pela qual é mantida. A posse da terra dá *status* e poder, enquanto não ter terra significa ser desclassificado e dependente. (MYRDAL, 1970, p. 60)

As discussões que giram em torno da questão agrária brasileira estão intrinsecamente ligadas ao processo histórico de colonização do país. Desde o período colonial, os modelos agrários implantados por Portugal aqui no Brasil, foram os mesmos que Portugal usava nos territórios sob o seu domínio (a monocultura em grandes extensões de terras, trabalho escravo e o destino da produção que era preestabelecido pelo mercado internacional). Dessa maneira, a ideia de posse da terra, alicerçadas nos moldes do latifúndio, sempre foi uma vertente que provocou vários questionamentos, pois desencadeia sérios problemas relacionados ao meio rural como a fome e o desemprego no campo.

Para entender a questão agrária, necessário se faz realizar um levantamento de como esta questão foi tratada ao longo da história, uma vez que ela é tema de grandes discussões acadêmicas e políticas no Brasil nas últimas décadas, e que tem como pano de fundo a análise da economia brasileira. De acordo com Stédile (2002), a abordagem histórica sobre a questão agrária brasileira é muito recente, uma vez que o primeiro grande debate de ideias e teses que interpretavam, de maneira completa, desde as origens e as características da posse, da propriedade e do uso da terra no Brasil aconteceu a partir da década de 1960. E isso, não foi atribuído pelo não desenvolvimento das ciências nas universidades, nas academias mas, sim, pela orientação política e sociológica dos partidos políticos no poder.

O Brasil vivenciou no início da década de 1960 um intenso debate sobre a necessidade de reformas na estrutura socioeconômica, com destaque para as mudanças na estrutura fundiária do país. Stédile (2013) afirma que Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior

participaram intensamente desse debate, especialmente nos assuntos referentes a concretização de uma revolução na estrutura agrária. A resolução da questão agrária, principalmente mediante a realização de uma redistribuição da propriedade fundiária, tinha como objetivo, na opinião de Guimarães (1968), extirpar resquícios “feudais” mediante avanço de relações sociais capitalistas no campo, assim como ampliar o mercado interno e consolidar um regime burguês no país. Para o autor essa etapa seria necessária para o estabelecimento de uma sociedade socialista.

Antes da década de 1960, já havia surgido alguns estudos da realidade agrária, pelo viés da história econômica. Alguns pensadores realizaram importantes pesquisas sobre a história econômica de nosso país e nesse contexto, analisaram o processo de evolução da posse e da propriedade da terra no Brasil. Nesse sentido Furtado (1986) salienta que antes de 1930, o alvo das análises estava totalmente voltado para a estrutura econômica brasileira que foi marcada pela total dependência das exportações agrícolas, confinando a estrutura rural brasileira a uma condição de vulnerabilidade, ou seja, a economia brasileira estava dependente das oscilações do mercado internacional. Porém, por volta de 1950, o viés que tratava a questão agrária, o econômico, foi alterado e isso foi atribuído devido ao Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek, que influenciou o crescimento do setor industrial.

Foi nesse panorama de uma crescente industrialização, que a questão agrária adquiriu um caráter de contestação e ganhou forças, por meio da luta pelo acesso à terra a partir da década de 1960, apresentado o cenário de uma agricultura moderna, capitalista completamente subordinada aos interesses do capital industrial. É importante destacar que nesse período eclodiu também a primeira crise cíclica desse modelo de industrialização, o dependente. E, a exemplo de qualquer crise, sempre surgem períodos de mobilizações sociais, disputas entre as classes, disputas entre as elites, assim como a busca de saídas, tanto para a acumulação de capital, quanto para a classe trabalhadora. É também nesse cenário de crise cíclica do modelo de industrialização dependente que se situam a polêmica e os debates realizados sobre a interpretação da questão agrária, que adquirem um caráter de contestação e ganham forças, por meio da luta pelo acesso à terra a partir de 1955, com a criação das ligas camponesas, que teve início no Nordeste e logo em seguida se estendeu por todo país.

Durante o período da ditadura militar, o modelo econômico posto em prática pelo governo, obedecia a uma tendência definida como “produtivista”. Segundo essa visão, um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para os investimentos, especialmente o do capital estrangeiro, para que propicie o acúmulo de capital suficiente para promover a arrancada do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o desenvolvimento não

visa a imediata melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem tampouco objetiva o atendimento de suas necessidades básicas. A ênfase recai na produção e na concentração de rendas em detrimento da sua distribuição. Segundo o ministro Delfim Neto, era preciso primeiro fazer crescer o bolo econômico para depois dividi-lo. No entanto, o que ocorreu de fato foi uma maior concentração de riquezas. Esta concentração econômica ocorrida após 1965 pode ser colocada sob dois enfoques: o social e o regional. Do ponto de vista social, aprofundou-se o distanciamento entre as classes sociais. E, a propriedade territorial, por não ter realizado uma reforma agrária, continuou concentrada nas mãos dos grandes latifundiários. Pelo ponto de vista regional, acentuou-se a discrepância do desenvolvimento econômico, entre as diversas regiões brasileiras, com a região Sudeste assumindo o papel de região hegemônica em relação às demais regiões do país. (OLIVEIRA, 1976).

Na década de 1980, após as crises econômicas ocasionadas pelo conflito do setor petrolífero, aumentou o déficit público e a instabilidade da economia e com o processo de abertura política, gerando o fim do regime militar, a industrialização e a modernização da agricultura brasileira, o debate sobre a questão agrária foi retomado, principalmente a partir do Primeiro Plano Nacional de Reforma agrária, de Tancredo Neves. Para que se resolvesse toda a problemática que envolvia o meio rural seria necessária uma ampla reforma agrária, não como projeto que estivesse vinculado à economia, mas como proposta governamental, específica para o meio rural conforme Prado (1986).

O projeto capaz de oferecer as mudanças necessárias no meio rural veio como uma proposta inovadora que iria revolucionar o meio rural, como um projeto jamais visto, pois a estrutura fundiária seria reordenada. Foi em meados dos anos 90, com o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 e 2002. No entanto essa proposta, não vigorou. Oliveira (2006, p. 08) salientou, ‘[...] o foco projeto foi esquecido [...], esperava-se que provocassem mudanças significativas na estrutura pré-existente da sociedade brasileira [...]’

De acordo com Batalha (2001), esses rumores de mudanças desencadearam uma série de discussões, e a temática da questão agrária retomou os palcos das discussões, dando um sinal para que o governo federal buscasse medidas para que diminuísse os problemas que circundavam o meio rural. Levando em consideração os problemas agrários e agrícolas, o autor traçou a diferença entre questão agrária e questão agrícola.

A questão agrícola visa responder o que produzir quanto produzir e onde produzir. A questão agrária refere-se à problemática de como produzir, de que forma ocorrerá a produção agrícola. Enquanto a primeira preocupa-se com a produção e produtividade

dos segmentos da agricultura, visando a alocação dos fatores de produção e guiando-se estritamente pelos valores de mercado, a segunda questão está fundamentada na preocupação quanto às relações de produção capitalistas e seus problemas de ordem econômica e social como o nível de renda e nível de emprego (BATALHA, 2001, p.659)

A finalidade dessa minuciosa diferenciação nos permite delinear os vieses que passaram os dois autores que aqui foram tomados Ignácio Rangel e Caio Prado Junior, para alinharmos as questões que envolviam o meio rural à necessidade de uma reforma agrária. Uma vez que, para o primeiro, a modificação na estrutura agrária no Brasil tinha um caráter puramente econômico, ou seja, de inserção do setor agrícola no processo de industrialização. Já para o outro, tinha o foco da análise das questões sociais, incluindo não só em torno da produtividade mas, envolvendo também toda a classe trabalhadora no meio rural. Assim, O modo como essas questões foram interpretadas e as soluções que foram apresentadas serão abordadas conforme as visões desses dois autores considerados como clássicos da questão agrária: Ignácio Rangel e Caio Prado Junior.

1.1. 2 Concepções da questão agrária na visão de Ignácio Rangel e Caio Prado Junior

Conforme o viés construído por Ignácio Rangel, a questão agrária era uma questão puramente econômica, porque os complexos rurais eram verdadeiros empecilhos para a dinamização da economia, pois, uma vez que toda a questão agrária estava totalmente concentrada nos complexos rurais da economia brasileira, “que nos países subdesenvolvidos era comum a agricultura cumprir as funções do setor primário, secundário e terciário da economia ao mesmo tempo.” (DE MERA, 2008, p.5). É nesse paradoxo entre a dinamização da indústria e que ao mesmo tempo atribuía à agricultura a tarefa de abastecer todos os setores industriais, é que merece uma especial atenção pois de um lado Rangel enfatiza a coexistência de relações de produção arcaicas e modernas na agricultura do Brasil, em um esforço de superar as contradições existentes na questão agrária brasileira, por outro lado resvala nos ideais capitalista como forma de acelerar a economia da indústria, segundo Rangel:

O Brasil empreendeu sua industrialização, sem previamente remodelar as relações de produção na agricultura. Daí resulta que, acima das contradições internas do seu setor capitalista (entre o capital e o trabalho) e do seu setor feudal (entre latifúndio feudal e a servidão da gleba), paira a contradição entre o seu lado moderno, isto é capitalista, e o seu lado arcaico, isto é feudal. (RANGEL, 1963, p. 26).

Conforme o autor, ao lado de um latifúndio, embora caracterizado por formas arcaicas de organização e produção, do ponto de vista interno, também existia um lado moderno em suas relações com o resto da economia (RANGEL, 1963). Essas duas agriculturas, que Rangel aborda: a agricultura de exportação, baseada na propriedade latifundiária, e a agricultura de subsistência, baseada na propriedade capitalista e na propriedade camponesa, ancora a base das discussões de Rangel sobre a questão agrária partindo do princípio de que o sistema econômico está em um processo transitório entre o capitalismo e o socialismo. Pois o sistema econômico que estava fundamentado nos complexos rurais, que eram unidades de produção autônomas e que ainda guardavam muitos resquícios pré-capitalistas, não permitindo a criação de um novo mercado interno, e, era justamente esse o fator que impedia o crescimento do capitalismo, de acordo com (RANGEL, 1962).

Para Rangel, a agricultura deveria cumprir um papel específico, aliar-se ao processo de industrialização, com as tarefas de: suprir, na quantidade e nas especificidades necessárias, os bens agrícolas de que carecia o sistema, consideradas as necessidades do seu comércio exterior, e liberar, reter ou mesmo reabsorver mão de obra, conforme as necessidades e de acordo com as circunstâncias das próprias atividades agrícolas e dos demais setores do sistema econômico (RANGEL, 2000). Uma vez que o modelo que estava preste a substituir as importações, o que estimularia o crescimento da economia industrial, iria desencadear como consequência, um excesso de mão de obra e de produção. Dessa maneira, Rangel, delineou o centro da questão agrária, relacionado com a “superpopulação”, uma vez que a indústria não consegue absorver essa mão de obra, e essa “superprodução” também não consegue ser absorvida pelo mercado. Para o autor a permanência desses problemas trava o desenvolvimento do capitalismo e impede o crescimento econômico.

Devido a esta problemática provocada pelos excedentes, Rangel ressaltou que desencadeou uma questão agrária pois o setor agrícola, teve como consequência da industrialização ou não, a liberação de mão de obra necessária aos demais setores ou a liberação em excesso, ou seja, a quantidade de trabalho que o campo detém, estará subordinado ao setor industrial e, a crise agrária ocorre quando o mecanismo que regula desse processo deixa de operar, provocando um desequilíbrio. Segundo Rangel (1962, p.35), “A crise agrária brasileira atual exprime-se por um excedente concomitante de bens agrícolas

supridos e mão de obra, liberada pelo setor agrícola”. A crise agrária, nesse panorama, significa que a produtividade de trabalho na agricultura se desenvolve em ritmo superior ao necessário, gerando um duplo resultado: aparecimento de excedente agrícola e demográfico, sendo que o excedente populacional, e canalizado pelo êxodo rural, sendo convertidos em desempregados urbanos.

O centro da questão agrária para Rangel, não está no problema fundiário, mas sim no excedente de tempo de trabalho rural – um excesso de força de trabalho em relação ao tempo de ocupação necessário – provocado pela transição dos complexos rurais para agricultura industrializada. Dessa forma, não seria preciso alterar a estrutura fundiária, pois não adiantaria realizar uma revolução agrária, o que o leva a considerar que a reforma agrária fosse desnecessária.

A questão agrária poderia ser resolvida através da modernização de nossos campos então necessariamente por uma reforma agrária e não percebe naquele momento condições políticas suficientes para implantação de tal objetivo. (...) um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão de obra pelo complexo rural ou autarquia familiar e de integração dessa mesma mão de obra no quadro da econômica e social (demarcada ou socialista) é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária (RANGEL, 1962, p. 174).

A solução apontada por Rangel para os problemas agrários seria estimular o trabalho criado em pequenas propriedades familiares, fora das terras da fazenda monoculteira privada, mas próximo a essas fazendas para que garantissem também os salários agrícolas aos trabalhadores temporários, ou seja, a solução proposta seria a recomposição da economia natural, por meio de lotes familiares, no sentido de garantir, pelo menos, a subsistência da população “excedente”. Além de sugerir o fortalecimento da posição do agricultor diante da estrutura de mercado, por meio da aplicação do mecanismo de preços mínimos, reorganização do crédito agrícola, aprimoramento da infra estrutura dos armazéns, silos e assistência técnica e para solucionar os problemas agrícolas seria o incremento do comércio exterior para dar vazão à superprodução, pois a demanda por bens agrícolas para exportação iria reduzir a superprodução e conseqüentemente diminuiria o excesso e a escassez de mão de obra nas atividades tanto na indústria quanto na agricultura.

Por outro lado, a reflexão que Caio Prado Júnior faz sobre a questão agrária teve por base a concentração fundiária ao longo da história brasileira. Segundo Astor Diehl (2004), a ênfase do debate de Caio Prado sobre a questão agrária estava na tentativa de traçar as raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira por meio de uma linha histórica. Nesse sentido, a questão agrária ocupava um papel essencial em sua análise, como

um dos elementos que deveria ser solucionado por meio de uma reforma agrária ampla, uma vez que se tratava de um problema que havia arrastado por décadas. Para isso Caio Prado afirmou que:

O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza [...], a generalidade da estrutura agrária brasileira, é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias. A colonização brasileira e a ocupação progressiva do território que formaria o nosso País, constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm um empreendimento mercantil (PRADO JR, 1976, p. 29).

Para Caio Prado Júnior, a solução da questão agrária deveria significar a realização de uma reforma agrária que modificasse as condições existentes no campo brasileiro e que possibilitasse a elevação do padrão de vida humano da população trabalhadora rural. No entanto, essa medida não deveria representar a superação de uma etapa semifeudal, para uma ascensão ao capitalismo. Nesse ponto, Caio Prado se afastava da análise de Rangel. Além disso, qualificou importante a regulamentação de uma legislação trabalhista para o campo, uma vez que considerava impossível o fim da relação de emprego no trabalho rural e a transformação instantânea, ou mesmo em curto prazo, da população rural em uma coletividade de camponeses pequenos produtores e proprietários. Caio Prado Júnior, assim como Ignácio Rangel, desenvolveu uma interpretação sobre a questão agrária brasileira, após a década de 1960, especialmente com os acontecimentos políticos de 1964 e com as transformações econômicas pelas quais o país passou no decorrer dos anos 1970. As ideias de ambos os autores, especialmente as de Rangel a que não atribuía ao latifúndio a fonte causadora dos problemas agrários brasileiro, foram questionadas e muitas de seus conceitos consideradas até mesmo como inválidas.

Caio Prado Junior defendeu a ideia de que as relações de produção capitalistas já estavam arraigadas na agricultura brasileira desde o início da sua colonização, não apresentava apenas uma tendência, portanto, se houvesse uma reforma agrária, ela deveria ser totalmente anticapitalista, ou seja, uma revolução brasileira com um caráter socialista da reforma agrária. Diferentemente de Ignácio Rangel que delineou a questão agrária como a contraposição das classes burguesia/capitalista e empregados/assalariados, enfatizando que as relações existentes não são feudalistas, mas capitalistas.

Para Caio Prado Junior, a questão agrária está mais relacionada com as questões trabalhistas do que com a questão fundiária.

É isso que consiste essencialmente a nossa questão agrária. E ela se resume nisto: que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão e unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada a terra e nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada de livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência (PRADO JUNIOR, 1979, p. 32).

Dessa maneira, os camponeses são para Prado um fenômeno recente no país, e que a maior parte da população rural é assalariada. Então o foco das tensões existentes estava centralizado na classe de trabalhadores assalariados, não na classe dos camponeses.

A solução para essas questões apontadas por Prado, passam pelo fortalecimento e aplicação da regulamentação trabalhista no campo por meio do estatuto social, o que resultaria na melhoria do padrão de vida dos trabalhadores rurais, e no aumento do consumo interno na economia. Do ponto de vista econômico, a elevação do estatuto social do trabalhador determinava a ascensão paralela dos padrões materiais de grande massa demográfica, ou, pelo menos, apontava perspectivas para essa ascensão. E ao mesmo tempo, como consequência, impulsionaria o giro comercial e financeiro (PRADO JUNIOR, 1987, p. 85).

A divergência entre os autores está na forma como ambos percebem o sistema econômico brasileiro. Enquanto Caio Prado Junior percebia uma sociedade capitalista e uma contraposição de classes burguesia/capitalista e empregados/assalariados, Ignácio Rangel percebia uma dualidade nesse sistema, uma parte dele já era capitalista e a outra ainda feudalista. Tais questionamentos estimulam os estudiosos dessa temática a buscar soluções que envolvem o meio agrário.

1.2 Diferentes posições teóricas sobre a reforma agrária no Brasil

Diferentes interpretações sobre o que é ou o que deveria ser a reforma agrária no Brasil são abordadas continuamente, tendo em vista que posições ideológicas diferenciadas geram abordagens por diversos vieses. Estas discussões vão desde as que consideram a reforma agrária como fonte que pode provocar profundas mudanças estruturais na sociedade até aquelas que a defendem como uma medida desnecessária para que problemas relativos ao meio rural sejam resolvidos.

Para trazer à tona o pensamento de alguns teóricos da reforma agrária no Brasil, se faz necessário primeiramente tentar entender no que de fato consiste essa reforma, para então tecermos os posicionamentos político e intelectual de alguns autores que construíram o

conceito de reforma agrária com propriedade, de maneira que provocam até nos dias de hoje calorosas discussões acadêmicas.

Na década de 1950, a realidade rural brasileira já vivenciava as tradicionais injustiças que eram manifestadas por meio de vários conflitos principalmente nas regiões onde a concentração da distribuição da terra era mais alta e o índice de desenvolvimento humano fosse mais baixo. No entanto, faltava uma visão ampla sobre os problemas brasileiros aos que estavam envolvidos nesses movimentos, para que tivessem condições de elaborar uma estratégia coletiva para superação as insatisfações que permeavam o meio rural emergente, além de alimentar novas conquistas para as aspirações.

Foi nessa ausência de perspectivas quanto ao destino dos pobres do campo, que surgiu a necessidade de diversas discussões que indicassem o caminho para a solução das causas responsáveis pela situação miserável no campo, assim, seria possível elaborar mecanismos que viessem ao encontro das necessidades da população castigada pelo descaso e pela miserabilidade, bem como traçar uma nova trajetória para a história do país. Por essa razão, é importante tomar a perspectiva dos intelectuais da reforma agrária no Brasil dos anos 60 como Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior e Celso Furtado que suscitaram medidas que de fato atingisse as necessidades do meio rural. Esses autores, intitulados como ‘clássicos’ no estudo sobre reforma agrária, servem de aparato para a interpretação de como ocorreu o processo histórico de reforma agrária pois, para esses autores, a questão agrária é também uma questão de toda a população brasileira, uma vez que, até nos dias de hoje, essa problemática reflete em pobreza, e em êxodo rural.

Para Alberto Passos Guimarães, o relevante em um sistema econômico é o regime de produção e, no caso da agricultura brasileira, era o processo de transformação de uma economia que estava voltada para a subsistência para uma economia que estivesse voltada para o mercado e isto favorecia a manutenção do sistema latifundiário, o que ampliou mais ainda a desigualdade no campo.

Entretanto, é necessário levar em consideração que para chegar a essa conclusão, os pressupostos de Guimarães perpassaram por uma matriz teórica que foi ponto de partida para esse autor. Conforme Kageyama salientou que

[...] o sistema econômico implantado no Brasil colonial era feudal [...], assim, no sistema de plantação (como no conjunto da economia pré-capitalista do Brasil-colônia), o elo fundamental, a característica dominante é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção (Kageyama, 1993, p. 8)

Os resquícios “feudais” ainda permeavam a economia rural brasileira e consequentemente provocavam muitos problemas que interferiam em toda questão agrária, principalmente a manutenção do latifúndio que, anos mais tarde, aliados à forma capitalista desencadeou no aumento da pobreza. Com isso, segundo Guimarães (1968, p. 30) “[...] a negação ou mesmo subestimação da substância feudal do latifúndio brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário.”

Dessa forma, a problemática que girava em torno do meio agrário está relacionada diretamente com o passado feudal, que reflete nas formas de produção ligadas ao monopólio da terra e ao poder econômico dos latifundiários limitando o acesso à terra e a produção, assim, o desenvolvimento e o crescimento do país ficava comprometido. Nesse sentido, a reforma agrária seria uma política essencial, visto que ela propiciaria o rompimento com o latifúndio e promoveria o apoio à propriedade parcelária, o que estimula a fixação do homem no campo e proporciona uma melhora na qualidade de vida.

Vinhas (2005) reforçou o princípio de Guimarães (1968), mostrando a importância que tem a reforma agrária em

[...] responder às contradições assinaladas, com o objetivo de superá-las, e ir de encontro às necessidades de nosso povo [...] As contradições que reclamam solução são tanto de origem agrária quanto camponesa, embora nem todos assim o entendam. (Vinhas 2005, p. 151).

Sendo assim, o objetivo fundamental da reforma agrária brasileira conforme Vinhas (2005) que partiu pelo mesmo viés de Guimarães (1968), está em eliminar o latifúndio bem como extinguir da estrutura produtiva a monocultura, assim como abolir de uma vez por todas qualquer forma de exploração que estivesse baseada em práticas semi-escravistas ‘camufladas’ ou atrasadas. Enfatizou ainda que não seria permitido o uso e a posse das terras brasileiras por estrangeiros, e ao Estado caberia a grande responsabilidade de assegurar a produção das pequenas propriedades, bem como estimular as cooperativas por meio de linhas de crédito especiais e oferecer assistência técnica que o campo necessitava (VINHAS, 2005).

Contrapondo-se a essa proposta, há a vertente fundamentada nos moldes do pensamento de Ignácio Rangel. Este autor enfatizou que caso o desenvolvimento econômico estivesse diretamente vinculado ao crescimento industrial, a sociedade se via coagida a passar por algumas reformas de base que provocaria uma certa estabilidade econômica e social.

Dentre essas reformas de base: a reforma agrária, que aqui corresponde, a um dos preparativos mais importantes do corpo social para empreender o processo de

industrialização. Não mexer nos latifúndios, mas criar uma numerosa classe de pequenos produtores que, por um lado, preservaria a capacidade de produção para o autoconsumo e, por outro, como pequenos produtores de mercadorias que eram, caem na atração da economia de mercado, com sua típica propensão para a especialização e para a interdependência. (RANGEL, 2000, p. 147).

Além desses fatores, a reforma agrária para Rangel, promove o equilíbrio da quantidade de mão-de-obra disponível para o setor industrial, o que contribui para o aumento dos salários dos trabalhadores rurais, estimulando os empresários a investirem no aumento do seu capital de giro que, por sua vez, impulsionaria a busca por novas tecnologias (RANGEL, 2000). Dessa forma, uma política fundiária com o apoio aos pequenos produtores seria indispensável para o processo do crescimento industrial uma vez que a agricultura estaria à serviço da indústria (KAGEYAMA, 1993).

Para Rangel, a terra é um ativo financeiro que está sujeito a especulação e, com isso, a prática da desapropriação pelo Estado poderia fomentar o aumento dos preços das terras. Assim, Rangel afirmou que a questão agrária está intimamente ligada às questões financeiras e:

Noutros termos, a questão da terra, no Brasil e no presente estágio do seu desenvolvimento, emergiu essencialmente como uma questão financeira. Por outras palavras, a terra não se redistribui porque se tornou proibitivamente cara, e é cara, não pelos motivos convencionais [...], mas sim pelo que propus que batizássemos de IV Renda, isto é, da expectativa de valorização [...] Infere-se daí que qualquer tentativa de Reforma Agrária baseada na desapropriação de terras, por via de compra pelo Estado, será estritamente contra indicada, porque, fortalecendo a expectativa de valorização, elevará o preço da terra. (RANGEL, 2000, p. 208).

Sendo assim, a partir do momento que essa problemática está totalmente a mercê do setor financeiro nacional, a resolução ultrapassa os limites do meio rural. Tendo conhecimento das dificuldades a serem enfrentadas para que tal transformação fosse realizada, pois a grande problemática agrária seria resolvida somente por meio de uma política fundiária onde

[...] o novel latifúndio capitalista pode aceitar, sem prejuízo, a Reforma Agrária competente, isto é, a entrega à família boia-fria de um lote de terra de fração hectare — assim como um quintal grande — onde ele possa implantar a sua casa e desenvolver uma agricultura e criação de pequenos animais, para autoconsumo. (RANGEL, 2000, p. 237).

Consciente das dificuldades sociais e políticas que envolvem uma reforma agrária, o autor sugere que ao invés de promover grandes desapropriações (que estimulariam a elevação dos preços da terra), o Estado deveria investir em pequenas vilas rurais, como solução para

evitar o êxodo rural, e que fosse dado aos trabalhadores rurais a garantia de melhores condições de sobrevivência para os que ainda permaneciam no campo.

De acordo com essa análise, a existência do monopólio da terra e do excedente de mão-de-obra tornou a terra inacessível para grande parte da população brasileira, ampliando o processo de retirada das famílias do meio rural, o que desencadeou em maiores pressões econômicas, políticas e sociais na zona urbana.

Ao tomarmos Caio Prado Júnior, é perceptível que ele abordou os problemas do campo sob a perspectiva feudal (como Alberto Passos Guimarães fez) e o que ele via era inaceitável, “[...] tal postura seria teoricamente incorreta, dado que a presença do trabalho escravo e o caráter mercantil da economia negam os fundamentos econômicos do feudalismo na origem” (KAGEYAMA, 1993, p. 10).

A partir dessa negação, os problemas que fomentavam a questão agrária passaram a estar relacionados a dois principais fatores: o da concentração fundiária (impedindo que a população rural conseguisse a ter o acesso livre a terra para desempenhar suas atividades) e o entrave da legislação trabalhista (os trabalhadores estavam totalmente desprovidos de qualquer proteção e assistência legal), o que rebaixava ainda mais os salários, interferindo na piora das condições de vida, no entanto, do outro lado o que via era a diminuição dos custos de produção e o aumentando a riqueza dos grandes proprietários (KAGEYAMA, 1993).

Esses fatores estavam diretamente associados com a forma histórica de apropriação da terra e as relações de trabalho ao longo da história do Brasil, pois de acordo com Prado

A grande exploração agromercantil representa na economia rural brasileira as relações de produção e de trabalho que são naturalmente nela determinadas, em primeiro e principal lugar, pela natureza daquela exploração. Isto é, elas se constituem essencialmente das relações que mantêm entre si, de um lado, os empresários do negócio, que são os grandes proprietários; e doutro, os trabalhadores que lhes fornecem a mão-de-obra com que a grande exploração é operada (PRADO JUNIOR, 1987, p. 57)

Por esse viés, pode-se observar que para Caio Prado, a resolução da questão agrária brasileira estava diretamente relacionada com o fim das grandes explorações e a regulação das relações de trabalho no campo, pois “[...] uma repartição melhor da propriedade agrária, e o mais fácil acesso a ela para os trabalhadores rurais, constitui a meta principal de uma política orientada para a transformação das relações de trabalho” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 69).

A importância da reforma agrária na visão de Caio Prado está centrada na capacidade de regular as relações de trabalho (por meio da legislação trabalhista) e promover a

descentralização das propriedades fundiárias. Quanto a esta desconcentração, o autor enfatizou que esse processo deveria ser feito levando em consideração a tributação da terra (para elevar o preço das terras que não produziam, com isso, desestimular a especulação com as terras) e liberar áreas para que os que realmente estivessem interessados em produzir de maneira que estabelecia o requisito “produção” para que pudessem participar de tal direito.

Para Caio Prado, a questão agrária deveria ser tratada com um problema humano e social. Ele procurou investigar o estado de miserabilidade e da exclusão social da população trabalhadora no campo, chegando ao princípio de que a condição social do indivíduo é reflexo do alto grau de concentração da propriedade fundiária. No entanto, diante da situação que o meio rural apresentava, percebeu que somente a medida da subdivisão das terras não resolveria a segregação no campo, pois na questão agrária estão envolvidos também os problemas que refletem no trabalhador rural.

Com isso, Caio Prado (1981) ressaltou que a compreensão da reforma agrária, não deve estar centralizada apenas na distribuição fundiária, pois é nessa centralização que está a interpretação errônea de como ocorreu o processo histórico da reforma agrária brasileira. Alguns teóricos que compactuavam dessa concepção defendem que a economia agrária brasileira ainda seria especificamente um reduto das relações feudais, haja vista a presença constante dos latifúndios. Assim, a necessidade de superar os moldes dessa estrutura obsoleta e a libertação da classe social subjugada era de suma importância. A mudança desses modelos, para Caio Prado, seria o caminho que o meio rural brasileiro deveria trilhar para que tivesse condições de se inserir no mercado e ir conquistando espaços para se estabelecer as relações capitalistas de produção e de trabalho.

É o caso entre outros da meação, que considerada em seu aspecto puramente formal e estático, e conceituada dentro do esquema teórico que enxerga “restos feudais” em nossa organização agrária, foi tida muitas vezes como uma instância desses “restos feudais”. O que leva a conclusão, sempre dentro daquele esquema, que constituindo as relações feudais formas mais primitivas que as do capitalismo, há que superá-las e as substituir por estas últimas, a saber, pelo salariedade puro' (PRADO JUNIOR, 1981, p. 69).

Essas afirmações enfatizam a necessidade de retirar qualquer vestígio feudal da organização agrária no Brasil, pois a transformação que surgia na economia estava inteiramente voltada para o estabelecimento de um novo modelo que surgia nas relações de emprego, pois a que vigorava no Brasil era a que ainda guardava nas relações as sombras da escravidão.

(...) A situação no Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e origem de nossa estrutura e organização agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (sabre tudo naquilo que mais interessa ao trabalhador) de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre" (PRADO JUNIOR., 1981, p.158).

Portanto, para que a questão agrária brasileira fosse resolvida, conforme a visão de Prado era fundamental que fosse promovida a reforma agrária e que ela tivesse como objetivos principais a desconcentração fundiária (por meio da tributação da terra e dos encargos trabalhistas) e que levasse em consideração a diversidade de relações de trabalho existentes no campo para que, com isso, o trabalhador rural estivesse resguardado pela lei e pudesse desfrutar dos seus direitos.

Em analisando a reforma agrária conforme a visão de Celso Furtado percebe-se que esse autor lançou o olhar para o desenvolvimento das economias periféricas e, mesmo não tendo como foco principal o meio rural, pode-se dizer que ele elaborou algumas contribuições importantes. A primeira delas está relacionada ao fato de o autor considerar a economia capitalista como uma economia monetária (o que já o difere de Caio Prado Jr., que estudava o capitalismo a partir das suas relações sociais) e, por isso, a análise dele está centrada na formação e circulação dos fluxos de renda (KAGEYAMA, 1993).

Assim, Furtado ressaltou que o Brasil, desde a sua origem, foi liderado pelo capitalismo comercial por meio das empresas agrícolas, fazendo com que a apropriação e a distribuição das terras fossem temas extremamente importantes para a economia, pois "[...] foi no controle da propriedade da terra que a classe dirigente encontrou o instrumento poderoso que lhe permitirá conservar o monopólio do poder" (FURTADO, 1986, p. 98). Além disso, o trabalho escravo permaneceu por três séculos como a base que sustentava a sociedade brasileira e, mesmo após a sua abolição, os resquícios ainda não tinham sido completamente eliminados.

Ao mesmo tempo, coexistem com as grandes empresas agromercantis, as atividades de subsistência que progrediram em pequena parte para uma agricultura mercantil, especialmente no regime de parcerias. Dessa maneira, os dois aspectos fundamentais do processo de formação da economia brasileira são: a empresa agromercantil e a escravidão (FURTADO, 1986).

Nesse sentido, ao fazer uma análise da elevada concentração fundiária brasileira, Furtado (1986) salientou que em uma economia notadamente agrícola a principal fonte

geradora de emprego é a agricultura. Porém, mesmo com terras em abundância, como as empresas agromercantis dominam as terras, reduzem fortemente as oportunidades de empregos e conseqüentemente diminui a renda. Aos trabalhadores rurais, desprovido de qualquer poder tanto o político, o social quanto o econômico, lhes restam o emprego nessas empresas ou integrar-se ao ramo industrial nos centros urbanos. Ao observar as oportunidades que restaram aos trabalhadores rurais, chegou a conclusão de que essas duas alternativas, provocava o excesso de mão-de-obra disponível e conseqüentemente a diminuição dos salários, (fato que Ignácio Rangel observou também), esses fatores fomentam a pobreza que desencadeiam em desigualdades sociais.

A solução para essa problemática não seria tão simples e estava dependente de uma reorganização da agricultura, pois seria necessário que fosse eliminado o poder do monopólio dos grandes proprietários, que desencadearam o poder que a empresa agromercantil exercia sobre a sociedade e, somente a partir disso, o trabalhador rural poderia usufruir da sua capacidade de trabalho, a partir de uma série de medidas de cunho político e legal para que melhorassem ou assegurassem as condições econômicas e sociais para essa população trabalhadora.

Para isso, Celso Furtado deixou claro quais deveriam ser as frentes de atuação do governo para que o país conseguisse atingir o desenvolvimento econômico que a sociedade brasileira tanto deseja, que prezasse não só ao crescimento da economia, mas também a melhora da qualidade de vida do povo brasileiro. Conforme Furtado:

Duas frentes seriam, no meu entender, capazes de suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda. [...] No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extremada concentração da renda. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque, não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, aí congestionando a oferta de mão-de-obra não especializada. Furtado (2004, p. 3-4)

Portanto, por essa perspectiva Furtado elucidou quais os fatores que são específicos a economia rural brasileira, sendo eles a herança histórica ligada ao poder da grande empresa agromercantil centrada no trabalho escravo e a elevada concentração da terra e da renda. Por esse viés, a Reforma Agrária foi colocada com uma das estratégias fundamentais para que o cenário de desigualdade tanto econômica, social quanto política não desembocasse em segregação, e até mesmo em estado de miserabilidade no campo e nas cidades.

Corroborando com Furtado, Martins, abordou a questão agrária como um grande passo, no que diz respeito a ampliar e compreender as discussões que envolvem a cerne que envolve os problemas agrários no Brasil. Para esse autor, o debate que permeia a escravidão e a forma de posse da terra são temas que estão entrelaçados e temas presentes nas inquietações sociais e políticas do país (MARTINS, 2004, P. 11). O que fica evidente aqui é que a questão agrária não se resume apenas em problema residual da modernidade ou da pós-modernidade, mas, nos remete a lançarmos o olhar para as formas de produção social do espaço nacional, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho por meio do regime escravo.

Foi a partir dessas concepções que esse autor trouxe à questão agrária contribuições que incitaram o debate sobre essa problemática tais como: Primeiro, quando aborda a questão agrária está atrelado ao processo histórico da forma de ocupação das terras brasileiras. Segundo, não desvincula a questão agrária das questões estruturais, e, terceiro, quando (MARTINS, 2004 p. 92) afirma que: “A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico do Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial”.

Por esse viés, Martins compreendeu a questão agrária como os intitulados a compreenderam, tratando a questão agrária não como um mero problema pontual, pertencente ao campo, ou mesmo, a falta de determinadas políticas públicas, ou de organizações sindicais e não governamentais. O debate sobre a questão agrária para este autor estava fundamentado em uma questão estrutural que desencadeava a um histórico de problemas estruturantes da constituição e da territorialização do modo capitalista nas atividades de produção no Brasil.

Ao traçar uma linha comparativa dos principais clássicos brasileiros e do contemporâneo José Martins de Souza, sobre a temática da reforma agrária, é possível notar o que todos têm em comum é não resumir a questão agrária ao problema da concentração fundiária, mas procuram detectar outras causas que são tipicamente históricas e estruturais da economia brasileira e que interferem diretamente no meio rural. Outro ponto relevante é que o reconhecimento da existência de questão agrária brasileira, ou seja, assumem que existe um processo de elevada concentração fundiária e desregulação das relações de trabalho que desencadeiam graves problemas como a desigualdade e pobreza. Assim, em todos os autores aqui abordados, em alguns em maior grau, assumem que a reforma agrária é necessária e a tem como uma ferramenta essencial para que os problemas que circundam o meio agrário sejam resolvidos, uma vez que provocando uma reordenação na estrutura agrária, há possibilidades de desencadear um novo padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira.

1.3 Histórico das legislações acerca da Reforma agrária no Brasil

Sesmarias

Para que se entenda a dinâmica da questão agrária no Brasil é preciso levar em consideração os mecanismos que a Coroa Portuguesa utilizou para dividir as terras durante o período colonial. A estratégia principal adotada foi a divisão das terras conquistadas por meio de extensas faixas. Essas faixas iniciavam no litoral e se estendiam até a incerta linha de Tordesilhas, essa divisão ficou conhecida historicamente como Capitânicas Hereditárias.

Para Coutinho (1997), essa demarcação foi estabelecida pela Coroa Portuguesa, para se assegurar da cobiça estrangeira, pelas terras recém-conquistadas; e, dos entusiastas dos negócios de além-mar, dessa maneira defendia o território recém-ocupado de possíveis invasões realizadas por outras Nações. Nesse método de divisão, as terras ficavam sob o domínio de pessoas pertencentes à nobreza portuguesa, ou a prestadores de serviços à Coroa, em troca de favores e de tributos, eles recebiam essas concessões, obrigando-se a explorá-las e, protegê-las, tendo ainda o direito de legar para seus herdeiros essas terras. (STÉDILE, 1997, p. 9).

Os donatários tinham o direito de repartir parcelas de sua capitania, que eram chamada de sesmarias, entregues àqueles que, além de interesse, tivessem recursos para explorá-las. E, se as pessoas a quem foram dadas as sesmarias não as aproveitassem no tempo determinado, as terras seriam doadas a outros para que estes as cultivassem. Esse processo estava ligado à produção de gêneros comercializáveis, de maneira que gerassem lucros para a Coroa. A ênfase dada por Stédile (1997) a essa forma de aquisição de terras é que a terra era um bem exclusivo da Coroa, de maneira que fomentava o sistema que dava garantia ao modelo monopolista da terra. Esse sistema foi usado durante todo o período colonial e até mesmo nas primeiras décadas do Império.

Lei de Terras 1850

Em 1822, ocorreu a suspensão da concessão de terras por meio de sesmarias devido a proclamação da Independência do Brasil. Esse fato provocou um período de lacuna legal, onde a única forma de aquisição de propriedade era por meio da ocupação, relata Junqueira (1936) e acrescenta que nesse período, conhecido como extralegal, a composição das terras

brasileiras estavam integradas por diversas formas: as advindas das concessões de sesmarias, que tinham cumprido as exigências da Coroa, as oriundas da posse de particulares também originários de sesmarias, mas que não tinham cumprido os requisitos legais e por isso não tinha obtido a confirmação da doação; as de posse de particulares sem nenhum título hábil; as integradas o patrimônio público desde a colonização, sem terem sido dadas pela sesmarias ou ocupadas; e, as devolutas propriamente ditas, que são as terras que caíram em comisso, ou seja, as terras oriundas de multas aplicadas por sentenças ou pelos contratos e que inevitavelmente foram devolvidas ao patrimônio imperial.

É nesse contexto que em 1850, a Lei de terras foi promulgada e, aliado à essa realidade brasileira estava a crise europeia, caracterizada por um elevado número de camponeses excluídos do direito a terra. Assim, com a vinda desses imigrantes para o Brasil o problema da Europa estaria parcialmente resolvido e, conseqüentemente, o do Brasil também. Foi a partir dessa lei que a terra, no Brasil, se tornou uma mercadoria centrada no capital, devido a isso, os imigrantes vindo da Europa passaram a ter a ilusão de que conseguiriam comprar um pedaço de terra para se estabelecessem como verdadeiros camponeses que eram.

Nessa perspectiva, Stédile (1998, p. 10-11) argumenta que:

[...] percebendo a inevitabilidade da libertação dos escravos, a Coroa tratou de legislar o processo de posse, para que o acesso á terra fosse mais restrito, assegurando a disponibilidade de mão-de-obra, já que os escravos libertos deveriam permanecer nas fazendas como trabalhadores assalariados. Nessa mesma época, na Europa, a tensão social agravava-se em decorrência da crise verificada, sobretudo no campo, onde crescia o número de camponeses pobres ou miseráveis compelidos a emigrar para a América, o que resolveria parcialmente os problemas sociais naqueles países. Mas esses camponeses europeus tinham já uma tradição de propriedade da terra e dificilmente seriam atraídos para a América para se tornarem assalariados rurais. Foi dentro desse contexto que dom Pedro II promulgou a Lei n.º. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras, que definiu a forma como seria constituída a propriedade privada no Brasil. Essa lei determinava que somente pudesse ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade para a Coroa.

A terra então passou a ter um preço, exatamente para que mantivesse as mesmas formas de reprodução da força de trabalho, ou seja, o acesso das camadas subalternas aos meios de produção seria impedido por esse quesito. Assim, “[...] o preço da terra se define originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, e impede o acesso do trabalhador sem recursos à terra: Esse momento refere-se à passagem do escravismo ao trabalho livre. [...]”. (RODRIGUES, 1990, p.18).

Corroborando com Rodrigues, Silva enfatiza que “[...] enquanto a mão de obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de acesso relativamente livre. Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras tem que ser escravizadas pelo regime de propriedade[...]”(SILVA 1980, p. 25).Esta situação demonstra que se houvesse homem livre com terra livre, ninguém estaria disposto a trabalhar nos latifúndios e tampouco estar sob o comando dos latifundiários.

É notável que essa lei marcou juridicamente o ajustamento do sistema, ou seja, normatizou a propriedade privada da terra. Foi com essa Lei que, implantou no Brasil a propriedade privada das terras, de maneira que ofereceu fundamentação jurídica para transformar a terra - que era um bem da natureza e, portanto, não tinha valor, do ponto de vista da economia política – em uma mercadoria, em objeto de negócio, passando a partir de então, a ter preço.

Com isso, o acesso à propriedade das terras ficou restrito às classes da aristocracia e com a promulgação dessa lei, o sonho dos escravos recém-libertos e dos imigrantes de terem, mesmo que uma pequena propriedade de terra ficava distante e mais evidente que jamais lhes seria permitido o acesso à terra. Morissawa (2001) ressalta que a homologação da Lei de Terras de 1850 promoveu a privatização da propriedade da terra, de maneira que consumasse a manutenção do controle da propriedade da terra nas mãos das elites agrárias.

Assim, a Lei de Terras era uma forma de manter o trabalhador livre ainda como escravo das grandes propriedades que se dedicavam especificamente à monocultura. Dessa maneira, mantinha o monopólio da terra especificamente por meio de latifúndios e nas mãos de fazendeiros que não permitia aos trabalhadores a possibilidade de venda da mão de obra empreendida nas grandes plantações de café, na criação de gado e em outras atividades. De acordo com Martins (1979, p. 59)

A lei de terras e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações do regime escravista, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição ao trabalho.

De acordo com Martins, essa foi uma forma que forçava os escravos livres a se manterem sob a servidão dos seus donos, uma vez que não dispunha de qualquer recurso financeiro para comprar terras da Coroa, para estes somente lhes restavam o trabalho nas terras dos latifundiários, sendo essa a única expectativa de sobrevivência para os pobres.

Esse contexto histórico marcou até os dias atuais a questão agrária no Brasil, pois,

oficializou, a propriedade privada da terra. Começa-se, então, a estabelecer a real definição de quem são os donos da terra, ou seja, qual é a classe social que terá acesso a ela. É, com isso que o capitalismo se estabelece em sua plena forma no Brasil, criando, dessa forma, valores diferenciados das terras nas diversas regiões. Assim, apenas as pessoas que tinham maior poder econômico é que se beneficiavam das áreas mais valorizadas. Rodrigues (1990, p.17) ressalta que:

Com a lei 601 de setembro de 1850, conhecida como a lei das terras, só quem podia pagar era reconhecido como proprietário juridicamente definido em lei. Além do valor moral, a propriedade como ocorria anteriormente - tinha também valor econômico e social. O capitalismo se desenvolveu e impôs politicamente o reconhecimento da propriedade privada da terra.

É perceptível que por não ter sido adquirida por meio de trabalho humano, a terra tem um preço, no entanto, não tem valor. Pelo viés capitalista, a terra é o tributo cobrado pelo sistema. Oliveira (1986, p.61) enfatiza que:

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Isso ocorre devido ao fato de que uma classe detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização como meio de produção (arrenda ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista de terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho 'gratuito' do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la.

Nesse contexto, pode-se perceber que o Brasil, durante toda a sua história, sempre foi controlado por uma aristocracia rural que se utilizou do poder econômico e político para que lhes assegurassem que a distribuição da terra não fosse realizada de maneira igualitária, de maneira que as terras se mantivessem concentradas em grandes extensões e que a posse ficasse restrita a uma minoria. E, foi com a homologação da lei de terras de 1850, que essa realidade se consolidou.

A pequena resistência aos moldes impostos pela Lei de Terras foi fomentada pela inexistência de movimentos sociais, nos meados do século XIX, que pudessem apoiar a luta dos segregados (negros ou não) pelo direito à propriedade da terra. Por esse viés Stédile (2002) ressalta que os primeiros grupos políticos voltados para os ideais democráticos do acesso à terra iniciaram a partir da Lei de Terras. Essa forma de organização, conforme

Stédile, pode ter sido atribuída devido a dois grandes fatores: a definição do modelo agroexportador como principal mecanismo para alavancar o desenvolvimento econômico nacional, e a abolição da escravatura.

Morissawa (2001) ressalta que as discussões das políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades do campo ficaram adormecidas e o foco do governo estava voltado para o apoio aos interesses dos latifundiários. Portanto, até a proclamação da República em 1889, a problemática que envolvia o meio rural brasileiro se manteve inalterada. Agregando aos entraves existentes, o latifúndio e os camponeses extremamente pobres, havia a crescente tendência mundial que investia a maioria dos recursos financeiros existentes para o processo de aceleração das indústrias. Esta tendência econômica foi fomentada pelo fato de que o Brasil era dirigido por governos fracos politicamente, e que não demonstravam qualquer resistência ao modelo agrário vigente, o da concentração da terra.

Várias revoltas camponesas foram desencadeadas entre o período 1888 até a década de 1930, com o objetivo de interferir na estrutura agrária do Brasil. Para isso, Morissawa (2001) salienta que os movimentos mobilizados pelos camponeses desta época, ainda estavam alinhados ao apoio dos líderes da igreja que se colocavam como mediadores entre Deus e os camponeses pobres. Necessário se faz destacar que as mobilizações mais importantes ocorridas nesse período foram a Guerra de Canudos, que sob a liderança de Antônio Conselheiro a comunidade de Canudos enfrentou o Exército brasileiro entre os anos de 1893 e 1897. Esse episódio significou a luta e a resistência das populações marginalizadas do sertão nordestino no final do século XIX. Demonstrou que embora derrotados, mostraram que não aceitavam a situação de injustiça social que predominava naquela região. A segunda mobilização foi a Guerra do Contestado, ocorreu entre 1912 à 1916 na região oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina, cujo líder espiritual foi o Monge José Maria. Essas mobilizações evidenciaram a ausência de interesses em solucionar os entraves do campo, pois as forças do governo estavam voltadas para atender às grandes empresas e aos proprietários dos latifúndios.

Durante os anos 30 e 40, o país passou por uma série de transformações. As eleições ocorridas em 1946 de certa forma podem ser caracterizadas como um marco nesse processo: pela primeira vez era eleita democraticamente uma Assembleia Constituinte, com a finalidade de elaborar a nova carta constitucional brasileira. Embora a maioria de seus membros fosse conservadora, representando os interesses dos fazendeiros, uma bancada com doze deputados e senadores do Partido Comunista Brasileiro, que obtiveram o terceiro lugar no cômputo geral

dos votos no país e mantinham um grande prestígio popular, teve um papel relevante para que começasse a discutir a reforma agrária (STÉDILE, 1997).

O autor acrescenta ainda que foi nessa Constituinte que pela primeira vez se falou da necessidade de uma reforma agrária, ou seja, defendeu a tese de que a propriedade das terras no Brasil estava concentrada nas mãos de uma minoria, e que isso constituía em um problema grave, pois impedia o progresso econômico do meio rural e a distribuição de renda e a justiça social. Corroborando com Stédile, Guedes (1996) reforça que até a elaboração da Constituição Federal em 1946 e no final dos anos 50, dezenas de projetos de lei de reforma agrária tinham sido apresentados ao Congresso Nacional, no entanto, não atingiram aprovação. Mesmo assim, o Artigo 147 da Constituição dispôs que a terra deveria ser distribuída de igual quantidade a quem nela quisesse trabalhar. De acordo com Carvalho (2000), esse artigo constitucional permitiu pensar nas questões agrárias e em uma possibilidade de se realizar uma reforma agrária com o respaldo legislativo.

No final da década de 1950, de acordo com Romeiro (1994), depois de um período de grande crescimento industrial e de urbanização, a economia brasileira entra em decadência, e, a forma de distribuição da terra, o latifúndio, foi apontado como a causa principal que fomentava essa crise.

O grande latifúndio não teria sido suficientemente dinâmico para fazer com que o setor agrícola cumprisse o papel que lhe coube no processo de desenvolvimento... especialmente no que diz respeito a produção de alimentos baratos, de modo a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho urbano-industrial. A reforma agrária era vista como pré-condição indispensável para a expansão da agricultura capitalista moderna. (ROMEIRO 1994, p 120).

As discussões sobre a questão agrária desse período, estavam voltadas para os rumos que a indústria brasileira deveria seguir. A falta de perspectiva para o crescimento da agricultura brasileira e o ócio dos latifúndios foram considerados empecilhos para o desenvolvimento econômico do país.

No final da década de 1950 e início dos anos 60, a reforma agrária se tornou uma realidade ascendente e as propostas passam a ser dialogadas por diferentes aliados com o objetivo de forçar a realização de um projeto de reforma agrária que fossem de encontro com as reais necessidades do campo. Esse ideal, traduzia as reivindicações dos movimentos que surgiam em todo país, sendo o principal deles conhecido como Ligas Camponesas.

Morissawa (2001) enfatiza que as Ligas Camponesas surgiram na década de 1950, a partir das insatisfações dos agricultores que utilizavam as terras abandonadas por seus donos em troca do pagamento como forma de aluguel conhecida como foro. Durante esse período

houve um aumento no valor desse tributo, o que provocou a expulsão de muitos trabalhadores que não possuíam condições de pagá-lo.

Baseando-se nesse contexto, Zinga (2004) salienta que no período compreendido entre 1954 e 1964 ocorreu um fervilhar na organização da classe camponesa, por meio da formação dos movimentos como: a União de Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs) que foi originada pelo Partido Comunista, além das Ligas Camponesas, e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que nasceu no Sul, sob forte influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Neste período, a dominação de uma classe elitista, passa a sofrer os impactos das novas organizações: o crescimento dos movimentos sociais reformistas na política nacional, que defendiam uma reforma agrária como sua principal reivindicação e o surgimento de movimentos sociais e sindicais dos camponeses e dos pequenos produtores. Com isso, variados setores da sociedade estavam cientes da necessidade de uma reforma agrária. Porém, por ser defendida por diversos segmentos existiam diferentes propostas de reforma agrária o que dividia os interesses das elites e dos camponeses. Alguns queriam apenas pequenas reformas sociais enquanto que outros como as Ligas Camponesas desejavam por uma reforma agrária radical conforme o slogan que ostentavam: “reforma agrária na lei ou na marra” (ANDRADE, 1995).

Diante da pressão provocada pelos movimentos e pelas organizações desse período, o sistema político dominante tomou uma atitude, promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4.214, de 2 de março de 1963. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos se estenderam até aos trabalhadores do campo. E, em meio as muitas manifestações espalhadas por diversas partes do país, o governo João Goulart, anunciou a realização de uma reforma agrária, criando em 1964 a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), porém poucos dias depois o presidente foi deposto pelo golpe militar em 1964.

O golpe militar, empreendido com a justificativa de manter a ordem nacional, tinha por objetivo na realidade, a desarticulação da luta dos trabalhadores rurais que, cada vez mais se mobilizava pela luta da realização da reforma agrária no Brasil. O governo se sentia ameaçado por essas mobilizações e, então estabeleceu a censura do debate político além de perseguir fortemente as mobilizações rurais. Foi na hostilidade desse panorama que, após nove meses do golpe militar, foi promulgada a Lei nº 4.504, de 30.11.1964 conhecida como o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra

O Estatuto da Terra foi a primeira lei criada para que garantisse a realização da reforma agrária no Brasil. Foi com essa lei que ocorreu as novas nomenclaturas e até mesmo novos conceitos para designar os diferentes tipos de propriedades da terra: o minifúndio, o latifúndio por extensão, o latifúndio por exploração e a empresa rural. Para estabelecer a medida de maneira que promovesse a classificação das propriedades rurais a lei criou o “módulo rural”, área de terra, medida em hectare, que apresentasse condições favoráveis à sobrevivência de uma família. Porém, simultaneamente, o Estatuto da Terra consagrava a propriedade empresarial, essencialmente capitalista, e impedia a realização de uma reforma agrária no âmbito nacional.

Conforme Martins, (1999, p.79)

O regime militar procurou classificar usos e extensões de propriedade, de modo a formular um conceito operacional de latifúndio estabelecer, portanto, uma distinção entre terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis. O duplo conceito de latifúndio, por extensão e por exploração, no fundo era mais radical do que o vago conceito de latifúndio usado pelas esquerdas antes de 1964, porque incluía com o latifúndios terrenos não tão extensos, porém, mal explorados. Ao mesmo tempo, incluía entre as terras desapropriáveis os minifúndios, ou ao menos os incluía nas terras penalizáveis pela taxaço, que era o principal instrumento da reforma. A flexível categoria de empresa rural recebia as simpatias do Estado e escapava da possibilidade de ser incluída nas desapropriações. O que indica, em princípio, uma reforma orientada para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura.

De acordo com o Estatuto da Terra, a reforma agrária brasileira é definida como um conjunto de medidas que visa a promover melhor distribuição da terra, mediante a modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. No entanto, o Estatuto da Terra não toma nenhuma medida para realizar a reforma agrária. Martins (1990, p. 96) afirma que:

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transformasse numa questão nacional, política e de classe.

Por esse viés, é perceptível que o regime militar procurou determinar o uso e classificar as extensões de propriedade, de maneira que estabelecesse um conceito operacional de latifúndio e, portanto, uma distinção seria implantada entre terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis. Com a instituição do Estatuto da Terra, fica evidente qual era a

verdadeira intensão do governo, desmobilizar a luta pela reforma agrária fomentada, principalmente, pelas Ligas Camponesas. Com isso, o sonho dos camponeses, a redistribuição da terra, fica à mercê da vontade política dos governantes, que era em sua maioria representada por latifundiários.

Assim, a partir de 1964, os discursos político e social voltados para a questão agrária foram substituídos pelas discussões meramente econômica e giravam em torno de fomentar a oferta e a demanda dos produtos agrícolas; comércio exterior; emprego, e, o suporte necessário para a implantação da Revolução Verde. Desse modo, Delgado (2005) argumenta que apesar do suporte jurídico e institucional criado após o golpe militar de 1964, a reforma agrária não se tornou uma prioridade política, e acrescenta ainda que, embora o resgate do discurso moderno dos conservadores tenha começado já no governo de Castelo Branco como forma de reação ao Estatuto da Terra, essa tendência se tornou um projeto declarado de Antônio Delfim Netto quando assume o Ministério da Fazenda em 1967. Uma das primeiras medidas de Delfim Netto à frente do ministério foi à implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, cuja principal finalidade era apoiar a grande produção agropecuária.

Ainda sob o impulso desta ideologia modernizante, em 1972 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e em 1974 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Estas instituições tiveram papel relevante na divulgação de novas tecnologias que em tese visavam o aumento da produtividade da agricultura brasileira. Entretanto, Macdonald (1999) argumenta que apesar da formação deste aparato institucional que visava à melhoria técnica da produção agrícola, as elites brasileiras nunca almejaram transferir para os pequenos agricultores o que havia de melhor na modernidade (i.e.; educação pública de qualidade), ou sequer atender exigências de origem pré-moderna (i.e.; saúde pública, alimentação e habitação), o que contribuiu para a manutenção de condições de profunda pobreza na maioria das áreas rurais brasileiras.

Assim, Silva (2003) sugere que as discussões que envolvia a reforma agrária começaram a reaparecer nos debates políticos brasileiro durante a década de 1970 devido a dois fatores essenciais: o evidente crescimento da economia brasileira durante a década havia atingido a uma restrita classe da população, e, com isso, desencadeou uma grande pobreza nos trabalhadores especificamente nos das áreas rurais; as grandes pressões provocadas pelos movimentos sociais agrários que ressurgiam com mais forças, depois de um longo tempo de repressão política. No entanto, foi a partir da década de 1980, com os movimentos sociais camponeses aliados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), que as discussões sobre reforma agrária entrou na pauta da política nacional. Conforme

Fernandes (2003), a retomada dessa temática provocou o aumento dos enfrentamentos entre os camponeses e os representantes do latifúndio, renascendo assim, um processo que foi interrompido pela repressão militar de 1964.

Profundas modificações marcaram o quadro da política no Brasil na década de 1980. Dentre essas modificações a mais significativa foi a transição do regime militar para um governo democrático-parlamentar. Essa transição foi importante, pois Tancredo Neves, candidato eleito por meio do voto indireto, teve como proposta de governo a realização da reforma agrária, e a criação de políticas agrícolas amplas de maneira que dinamizasse a produção dos assentados e dos agricultores familiares. Bergamasco e Norder (1996) ressaltam que apesar da morte de Tancredo Neves pouco antes de sua posse, o seu vice na época José Sarney, assumiu a presidência da república e se comprometeu a executar as propostas de reforma agrária apresentadas por Tancredo Neves, embora não as tenha cumprido. É importante enfatizar que nessa mesma época, a organização dos trabalhadores rurais se fortaleceu com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984, no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, Medeiros (2002) aponta que a partir da fundação, o MST se tornou uma força motriz para as desapropriações.

Em 1985, já no final do regime militar, a reforma agrária passou a se configurar nas principais políticas desenvolvidas pelo governo federal. E, nesse mesmo ano, foi criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que vigorou até 1988 (Delgado, 2005). Esse Plano gera polêmicas, controvérsias, reações das forças antirreformistas, porém legitimou a luta pela terra como direito de todos os que nela trabalham e dela fazem uma fonte de renda e de produção de alimentos para a população. Porém, o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não atende aos interesses básicos dos camponeses. As promessas foram consideradas demagógicas, e as leis que norteiam esse Plano não resolvem a situação daqueles homens, mulheres expropriados dos meios de sobrevivência. De acordo com Fernandes (2000), o PNRA acabou ficando aquém do planejado devido as pressões vindas do setor latifundiário, principalmente depois da criação da União Democrática Ruralista (UDR), que passou a pressionar efetivamente o governo federal contra a realização de uma ampla reforma agrária.

Com o fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária, conforme Medeiros (2003), a grande discussão para institucionalizar mecanismos que tornassem viável as modificações na estrutura agrária deu-se na constituinte.

Nesse momento, constitui-se a campanha Nacional pela Reforma Agrária, liderada por uma série de organizações da sociedade civil, envolvendo organizações não governamentais, organismo de representação de trabalhadores, entidades vinculadas

à Igreja, etc. Apesar da forte pressão popular pela introdução de medidas que viabilizasse uma ampla reforma agrária (a emenda popular que conseguiu reunir cerca de 1,5 milhões de assinaturas), os interesses ligados à propriedade da terra cerraram fileiras, ampliaram sua influência no Congresso Nacional e conseguiram criar bloqueios a essa possibilidade. (MEDEIROS2003, p. 39).

Apesar dos esforços empreendidos para que o cerne dos problemas agrários fosse resolvido de uma vez por todas, ficou mais uma vez deixada para segundo plano, e o que predominou foram os interesses da bancada ruralista que defendia a continuidade de um sistema que favorecia o latifúndio e a monocultura.

A constituição de 1988

A Carta Magna assegurou que a propriedade privada deveria atender à sua função social, no entanto, colocou uma série de entraves que impossibilitava a realização de uma reforma agrária como os movimentos sociais defendiam, a de ter acesso também às terras produtivas. Com a nova legislação, a desapropriação das propriedades tornou-se possível somente nas terras improdutivas, para fins de reforma agrária. Baseando-se nesse pressuposto Silva (1994) enfatiza que essa questão precisa ser repensada. Pois se trata, de um dos mais graves retrocessos já ocorridos na história das constituições brasileiras.

A expressão produtiva esconde ainda uma armadilha legal e uma tática latifundista. Na prática, a vigor o princípio de que “propriedade produtiva” não pode ser desapropriada, restaram apenas, para essa finalidade, as propriedades “improdutivas” cujas terras ou estão ociosas ou não têm capacidade de produzir. E se, eventualmente, os tribunais se fixarem no conceito de fertilidade (mais preciso), ficaram para a Reforma Agrária apenas os carrascais, charcos, areões, piçarras e pirambeiras. E isso, é claro, nem os trabalhadores nem a racionalidade aceitarão... (SILVA, 1994 p. 175)

O início da década de 1990 foi marcado pela eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência do Brasil. Morissawa (2001) ressalta que Fernando Collor articulou uma grande repressão sobre os movimentos e as organizações sociais que estavam vinculadas aos trabalhadores rurais, mesmo tendo cumprido apenas metade, do seu mandato. Morissawa salienta ainda que no que se refere as políticas agrícolas, a gestão de Collor foi contrária as necessidades dos trabalhadores rurais, pois muito pouco foi feito para que tornasse possível a realização da reforma agrária, mesmo tendo anunciado que iria assentar cerca de 500 mil famílias, em seu mandato apenas 9.381 foram contempladas. A reforma agrária sofreu um duro golpe, quando a responsabilidade sobre ela passou a ser do Ministério da Agricultura e

do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado pelo Congresso Nacional. Estes dois órgãos, no entanto, ficaram indiferentes ao processo de reforma agrária, não propuseram projetos que modificassem o meio rural brasileiro, na tentativa de resolver os problemas que se alastravam por todo o país. Segundo Morissawa (2001), naquela época, a grande e influente bancada ruralista, composta por latifundiários, passou a pressionar o governo contra a efetivação do processo de reforma agrária, de maneira que as mudanças no meio rural fossem deixadas para um segundo plano.

Com o impeachment de Fernando Collor o governo foi passado ao seu vice-presidente, Itamar Franco que ficou no poder até o final de 1994. Bergamasco e Norder (1996) afirmam que quanto a reforma agrária, Itamar Franco não se comportou de forma diferente do seu antecessor. Os autores destacam que, apesar do pronunciamento de que continuaria a realização dos processos de desapropriações, para Morissawa (2001), o governo Itamar foi marcado pela aprovação da Lei n. 8.629, conhecida como Lei Agrária, que por sua vez, promoveu uma reclassificação geral das propriedades rurais no Brasil, passando a ter as seguintes denominações: a) minifúndio: com dimensão menor que o módulo rural fixado para o município; b) pequena propriedade: com dimensão entre um e quatro módulos rurais; c) médias propriedades: com dimensão entre cinco e quinze módulos; d) grandes propriedades: com dimensão superior a quinze módulos rurais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra intensifica ainda mais a sua luta pela reforma agrária no Brasil, na década de 1990, e, os conflitos por terras passam a aumentar ano após ano, principalmente durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 1998. Uma das estratégias do movimento consistia na ocupação das terras improdutivas, como forma de pressionar o governo por uma reforma agrária, e com o intuito de corrigir injustiças sociais de maneira que o governo se via forçado a mudar a legislação agrária. Para isso, estão amparados no princípio de que a terra e seus bens se destinam a todos os homens e mulheres e, assim, a terra não deve ser mantida como privilégio de alguns.

Por meio dessa luta política que cercava o meio rural, os acampamentos se multiplicaram rapidamente por todo o País. E, a ocupação das terras foi a principal estratégia do movimento dos trabalhadores rurais na luta pelo acesso à terra. Com essa atitude, os movimentos sociais pressionam o Estado a resolver com rapidez os conflitos fundiários e implantar projetos de assentamentos. Diniz (2010) enfatiza que a falta de reforma agrária e a luta pela terra impõem a realização de uma política de assentamentos rurais e que a conquista

da terra na instalação do Assentamento significaria a continuidade da luta. O que de fato tem contribuído para a efetivação da política de assentamentos rurais.

O MST fortalece ainda mais a sua luta pela reforma agrária no Brasil, na década de 1990, e as manifestações e os conflitos por terras aumentam ano após ano, principalmente durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 1998. Para Morissawa (2001) no primeiro mandato de FHC, a reforma agrária era vista como uma política que estava voltada para atender a fatores, como o desenvolvimento da agricultura familiar, a solução da problemática da segurança alimentar, e, por fim a diminuição dos conflitos fundiários. Morissawa (2001) acrescenta ainda que um dos aspectos que marcou o governo FHC foi a tentativa de descentralizar a realização da reforma agrária, desse modo, transformou o INCRA num mero controlador, e não o responsável para executar a reforma agrária.

Fernandes (2008) afirma que no seu primeiro ano de mandato, FHC estava convicto que a problemática que envolvia a questão agrária seria resolvida a partir da criação de um grande número de assentamentos. Conforme Martins (2003), a projeção da política de reforma agrária do governo FHC começou a se evidenciar quando na segunda metade do primeiro mandato, Raul Jungmann foi nomeado para assumir o Ministério Extraordinário de Reforma Agrária.

Em 1998, depois da criação do Ministério da Reforma Agrária, o governo FHC mostrou-se mais atuante na resolução da problemática da questão agrária, implantou medidas que apontavam para mudanças no campo. Dentre essas medidas estavam: o aumento do volume de crédito para assentamentos, através do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e para a agricultura familiar através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF); a diminuição de conflitos agrários, e a inauguração de novos programas de apoio à Reforma Agrária (e.g. Lumiar, Casulo, Recadastramento Nacional dos Imóveis Rurais, Banco da Terra etc.). Com essas ações, o governo demonstrou um suposto esforço para a implantação de uma nova política agrária.

No entanto, esse mesmo governo que implantava projetos para atender às necessidades do homem no campo, tecia severas críticas aos movimentos sociais, especificamente ao MST, com o objetivo de colocá-los em descrédito diante da população brasileira por meio da mídia e com a finalidade de enfraquecê-los e até mesmo criminalizá-los (CARVALHO FILHO, 2001). Acrescentando Fernandes (2008), o governo FHC foi taxativamente contrário às ocupações de terras, uma dessas iniciativas foi baixar uma série de expedientes destinados a reprimir as ocupações de terra, a Medida Provisória 2183-56/2001, que proibia a vistoria

de imóveis rurais ocupados pelos Sem Terra, inviabilizando sua desapropriação, proibindo assim o assentamento das famílias que estavam envolvidas na ocupação de terras.

O aumento dos conflitos e os constantes assassinatos no campo, entre outros motivos, recolocaram a demanda por reforma agrária na pauta nacional nos anos 1990. Associada às pressões internas, a repercussão internacional dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) forçou a criação do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, em 1996. O governo FHC deu início então, a um conjunto de ações relacionadas à reforma agrária com a finalidade de diminuir os conflitos no campo (MEDEIROS, 2003).

De certa maneira, os programas de acesso à terra foram concebidos como mecanismos para que os conflitos fossem aliviados e conseqüentemente as forças estavam empreendidas ao combate da pobreza rural, uma vez que as ações agrárias não eram vistas como parte do programa econômico, muito menos como uma questão política. Essa visão permitiu uma aliança com o Banco Mundial, que tinha interesses em distribuir terra aos pequenos trabalhadores sem-terra por meio de financiamentos e aliviar seletivamente a pobreza rural, agravada pelas políticas de ajuste estrutural. E, como consequência, o Banco Mundial estaria em conformidade com a “missão social” (PEREIRA, 2006).

Essa parceria permitiu ao governo FHC amenizar a pressão social por terras sem alterar a estrutura fundiária ou ampliar os processos de desapropriação (SAUER e PEREIRA, 2006). A estratégia do governo FHC e do Banco Mundial, portanto, foi priorizar a Reforma Agrária de Mercado (RAM), uma espécie de braço agrário, introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar, pela base, a adesão de trabalhadores sem-terra. Assim, a região que predominava a maior concentração de pobreza rural do país, o Banco Mundial instalava suas operações nessa região, conforme Pereira (2009) de maneira que o processo da desapropriação passou a ser secundarizado, como resume com clareza o próprio Banco:

O modelo de reforma agrária através da distribuição de terras pelo governo é um círculo vicioso: a terra é redistribuída onde há conflitos sociais, e os conflitos sociais pressionam o programa de redistribuição de terras do governo (...) À medida que novas alternativas começam a fazer efeito, o governo poderá reduzir a ênfase nas desapropriações e, conseqüentemente, quebrar a ligação entre sua política de reforma agrária e os conflitos rurais. (BANCO MUNDIAL 2003, p.127)

A RAM de acordo com Oliveira (2005), teve como modelo o projeto piloto ocorrido no Ceará, por meio da aplicação do Programa Reforma Agrária Solidária (1996 – 1997). E, posteriormente foi ampliada por outros três, a saber, o Cédula da Terra, o Banco da Terra e o Crédito Fundiário, apesar de pequenas diferenças, eles constituem a materialização da

“reforma agrária de mercado” no Brasil. É importante, no entanto, salientar uma diferença em relação ao Fundo de Terras/Banco da Terra, que não se reduz a um programa governamental, mas possui caráter permanente, ganhando o status de política de estado (PEREIRA, 2004). Com esses programas o governo causou certo alívio nas tensões sociais no campo e retomou ao protagonismo político na condução da política agrária (PEREIRA e SAUER, 2006).

O fator que demarcou a política agrária durante o mandato de FHC foi à tentativa de implantar no Brasil uma reforma agrária apoiada na lógica de mercado. Esta estratégia retirava do Estado a responsabilidade de solucionar os problemas desencadeados pela concentração das terras, e transferia o esforço para as organizações da sociedade civil, conforme Fernandes (2003).

Com isso, houve o aumento no volume de terras por meio da compra direta, cuja classificação no Cadastro do SIPRA/INCRA aparece como “reconhecimento”, demonstrando a mudança na prioridade da política agrária do governo FHC. Desta forma, é notável que ao invés da utilização de terras desapropriadas para a realização de uma efetiva reforma agrária, o instrumento utilizado passou a ser prioritariamente a compra de terras e a regularização fundiária (SOUZA, 2006). Pode-se dizer então que houve um considerável avanço da reforma agrária, em relação aos demais governos. Corroborando com Souza, Esquerdo e Bergamasco (2013) reafirmam as políticas que marcaram a reforma agrária no Brasil no período do governo FHC foi o de construir o maior número de assentamentos em menor quantidade de terras, em relação aos seus antecessores Sarney, Collor e Itamar e, ao seu sucessor Lula, Conforme mostra a tabela 01.

Tabela nº 01 – Reforma agrária nos governos brasileiros nos anos 1985 - 2010

Governos	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
Sarney 1985 – 1989	825	10	125.377	15	8.358.664	14
Collor e Itamar 1990 - 1994	475	6	63.550	7	5.042.335	8
FHC 1995 – 2002	3.947	49	394.287	46	20.810.876	33
Lula 2003 – 2010	2.854	35	276.384	32	28.230.258	45
Total	8.101	100	859.598	100	62.442.133	100

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011.

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002, e o cenário brasileiro estava alimentado pelas boas expectativas. Fernandes (2008) diz que no primeiro ano de mandato do Lula, já se tinha uma grande possibilidade de que fosse efetivado uma amplo projeto de reforma agrária no Brasil. Esse fato foi justificado pelo discurso apregoado pelo presidente de que a reforma

agrária seria a sua principal meta. O Programa Agrário de 1989 p. 181, do Partido dos Trabalhadores que traz o lema de que:

Nada será como antes. A reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, antes de qualquer coisa, romper o monopólio da terra e lançar as bases de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira. Além disso, ela representa a possibilidade de incorporar à cidadania milhões de trabalhadores rurais, quebrando o poder exercido pelos grandes proprietários. É uma decisão política, tendo em vista uma redistribuição de terra, renda, poder e direitos. Nosso principal objetivo é assegurar terra pra quem nela trabalha, impedindo a especulação e a retenção improdutiva de fértil solo brasileiro.

Lula, então, defendeu em sua campanha eleitoral de 2002, que no Brasil era possível a boa relação, entre a reforma agrária em terras ociosas, com outras formas de propriedades como a pequena propriedade, as cooperativas, médias e grandes agroindústrias e o agronegócio. Com essa proposta de reforma agrária o PT substituiu a democratização fundiária, do enfrentamento aos latifúndios, por um programa que viabilizava a criação de assentamentos nas áreas improdutivas ou ilegais além de reestruturar os assentamentos já existentes.

A proposta de reforma agrária “estrutural e massiva” elaborada para a campanha eleitoral foi abandonada. No entanto, devido as constantes pressões dos movimentos sociais, foi criado o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Esse plano propunha a realização da reforma agrária como uma política de desenvolvimento territorial, e não como política compensatória, assim propunha o que seria o maior plano de realização de uma reforma agrária da história do país, cuja ênfase recaía no compromisso com uma reforma agrária que atingisse as massas populistas. Assim, em novembro de 2003 o governo federal lançou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) e o apresentou durante a Conferência da Terra, em Brasília. O II PNRA tinha como princípio a

...inclusão de uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor. (MDA/INCRA/II PNRA, 2003, p. 18)

As metas propostas no II PNRA representavam a realização do maior plano de reforma agrária da história do país, manifestando assim o compromisso com uma reforma agrária massiva, ao estabelecer como meta assentar 400.000 novas famílias no período 2003-2006 e a regularização fundiária de 100.000 propriedades. Porém, para 2003 o Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), dispunha de R\$ 462 milhões, e isso significaria o assentamento de, no máximo, 22 mil famílias, número considerado muito abaixo da meta proposta até o mês de março de 2004, que era 60 mil famílias. De acordo com o ex-ministro do MDA, Miguel Rossetto, seria necessário, no mínimo, R\$ 1 bilhão para cumprir a meta deste ano (SOUZA 2006).

Entre janeiro e dezembro de 2004 o INCRA assentou 81.254 famílias. Somando-se o desempenho de 2003, onde o governo federal conseguiu assentar 36.301 famílias, ao todo este governo assentou 117.555 famílias em dois anos, alcançando 81% da meta de 145 mil famílias estabelecida para esse período (60.000 em 2003 e 85.000 em 2004) pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (MDA/INCRA, 2005).

Segundo Fernandes (2006), das 36.031 famílias assentadas em 2003, 24% foram assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 76% em lotes de assentamentos já existentes. No ano 2004, o governo Lula assentou 81.254 famílias, sendo 32% assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 68% em lotes de assentamentos que já existiam. Em 2005 o número de famílias assentadas chegou a 127 mil famílias, no entanto 21% foram assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 24% em lotes de assentamentos já existentes, 39% em assentamentos realizados em terras públicas e 16% em assentamentos já existentes em terras públicas. O autor conclui que durante os três primeiros anos do governo Lula, apenas 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas, e que a maior parte das famílias foi assentada em assentamentos já existentes ou, em assentamentos implantados em terras públicas ou, ainda, em assentamentos já existentes em terras públicas.

Para Sauery Souza (2008), a diminuição dos números dos assentamentos criados e das famílias assentadas, em relação ao governo FHC, demonstra que o programa agrário do governo Lula proposto nas campanhas eleitorais do PT desde 1989 foi totalmente divergente da prática que vigorou nesse governo. Com isso a reforma agrária deixou de ser

uma política pública central e estratégica, passando a figurar como ação de governo importante para o campo brasileiro, equiparada a outras como a reativação do Proálcool. De bandeira política para combater os males do latifúndio, a reforma agrária transformou-se em medida de geração de emprego, soberania alimentar, combate à pobreza e consolidação da agricultura familiar (SAUER Y SOUZA, 2008, 78-79).

Segundo Andrioli (2003) no primeiro mandato do governo Lula o número de famílias assentadas ficou bem abaixo da meta estabelecida, no entanto esse período foi considerado positivo devido os grandes investimentos realizados no setor da agricultura familiar. Durante

o primeiro mandato de Lula a quantidade de famílias assentadas ficou bem abaixo da meta estabelecida e isso foi justificado devido a restrição fiscal estabelecida em sua gestão, onde os gastos com assentamentos alocados no Orçamento da União foram drasticamente reduzidos. Andrioli (2003) acrescenta ainda que o governo Lula parou de utilizar os Títulos da Dívida Agrária para viabilizar o processo de desapropriação de terras, uma vez que esta estratégia supostamente contribuía para o endividamento público.

Para o INCRA a política agrária brasileira melhorou muito nos últimos anos, uma vez que a área incorporada ao programa de reforma agrária saltou de 21,1 milhões de hectares de terras obtidos entre 1995 e 2002 para 48,3 milhões entre 2003 e 2010, significando um aumento de 129%. Durante os dois mandatos do governo Lula o número de famílias beneficiadas também aumentou totalizando atualmente 624.993 famílias assentadas. Nesse mesmo período, criaram-se 3.551 assentamentos. Dessa forma, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária, 8.763 assentamentos atendidos pelo INCRA, onde vivem 924.263 famílias.

Oliveira contesta os números divulgados pelo INCRA no que diz respeito ao número de famílias assentadas no país durante esse governo. “É infinitamente menor. O governo mascara os números. A maioria não é referente à reforma agrária, mas de regularização fundiária.” Entrevista dada ao jornal do MST em 2011. Para o autor, a contabilização na reforma agrária deve entrar apenas as desapropriações realizadas em que novas famílias foram assentadas. Então, os números desmembrados por Oliveira revelam que, efetivamente, foram assentadas 151.968 famílias durante os oito anos de governo do ex-presidente Lula, e não as 276.384 divulgadas pelo INCRA.

A justificativa que emitiu ao jornal do MST para a tamanha diferença nos dados do INCRA é que:

O Instituto soma reforma agrária (assentamentos de novas famílias), com regularização fundiária (titulação de terra), com reordenamento fundiário (políticas públicas em assentamentos antigos). Se não bastasse, acrescenta também as famílias atingidas por barragens que foram reassentadas. Por isso, os números são elevados. “Mas não correspondem a verdadeira reforma agrária”(JORNAL DO MST. ENTREVISTA COM ARIIVALDO, 2011).

Assim, tendo por base esse pressuposto é perceptível uma realidade camuflada com o intuito de estabelecer a continuidade de práticas governamentais baseadas em uma política compensatória e populista que fora empregada por governos anteriores, contrariando assim, os princípios das políticas públicas eficientes, legítimas e necessária que dispensam políticas sociais compensatórias. Corroborando com mesma opinião, Marques (2010, p.51) afirma:

O Governo Lula, sustentado por um partido originalmente de esquerda, de conhecimento do compromisso histórico com a bandeira da reforma agrária, tem se portado como se esta política já não tivesse a mesma importância de outrora. Semelhante ao Governo FHC, tem buscado ampliar o número de famílias atendidas por programas de caráter predominantemente assistencialista [... em detrimento de uma atuação firme visando a efetiva inserção social da população mais pobre.

Apesar do questionável desempenho da reforma agrária desse governo deve-se ponderar que as políticas de desenvolvimento territorial direcionadas ao meio rural, conforme Ortega & Mendonça (2007), inovaram no sentido de propor a constituição de espaços sócios produtivos de caráter intermunicipal. E, dentre os programas assistenciais implantados na política desse governo para promover a diminuição da pobreza e a segregação rural destaca-se:

- a) distribuição de renda através do Bolsa Família, que é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, em benefício de famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza;
- b) aumento na geração de emprego, promovendo políticas de inclusão produtiva que proporcionem a todos a autonomia para sobreviver com dignidade sustentável.
- c) fortalecimento da agricultura familiar através de 1) incremento do crédito rural do PRONAF; 2) criação da Lei 11.326/2006, definindo a agricultura familiar; 3) estabelecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que adquire produtos da agricultura familiar para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar; 4) estabelecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar através da Lei 11.947/2009, que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas; 5) formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); e 6) criação da Lei 12.188/2010, a Lei de Ater, que institui a PNATER e o Programa Nacional de Ater (PRONATER);
- d) criação do programa Fome Zero;
- e) criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei 11.346/2006, com vistas a assegurar o direito do ser humano à alimentação adequada;
- f) fortalecimento e reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), tornando-se um órgão importante para a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar;
- g) fortalecimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), oferecendo cursos de educação básica (alfabetização e ensinos

fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização;

h) combate ao trabalho escravo; e,

i) criação, em 2003, do Programa Luz para Todos, cujo objetivo é acabar com a exclusão elétrica no país. (ORTEGA & MENDONÇA2007, p. 113)

Esses são apenas alguns exemplos de ações bem sucedidas durante o governo Lula no período de 2003 a 2010.

Porém, quando se trata de reforma agrária realizada por esse governo, há muitas críticas principalmente por ter realizado ‘medidas compensatórias’ em detrimento de uma efetiva reforma agrária focada na distribuição de terras.

Em 2011, quando a então presidente eleita Dilma, em seu discurso de posse afirmou que a prioridade das ações desse governo estaria focada na erradicação da pobreza extrema no país: “a luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e da criação de oportunidades para todos” (ROUSSEFF, 2011). No entanto, nesse discurso não se viu fazer nenhuma menção à reforma agrária enquanto política pública capaz de contribuir para erradicação da pobreza. Devido a esse fato, a inferência que se faz do governo Dilma quanto à políticas voltadas para o campo é que ela dará continuidade às ações estabelecidas pelo governo Lula sem realizar a tão esperada reforma agrária, uma vez que:

... a expectativa é que se possa no governo Dilma, avançar mais na reforma agrária, embora os indícios iniciais sejam de que o tema está fora de pauta. Tanto no período eleitoral quanto no pós eleitoral, mesmo no discurso de posse, o tema da reforma agrária não foi tratado. Historicamente, aliás nós podemos afirmar que não temos um programa de reforma agrária. O que temos tido, ao longo da história brasileira, são programas de assentamento porque a estrutura fundiária brasileira continua inalterada, ou seja grandes propriedades, alta concentração fundiária, grandes investimentos no agronegócio como forma de exportação de commodities para equilibrar a balança de pagamentos (AGENCIA BRASIL. ENTREVISTA COM GILMAR MAURO, 2011).

Porém, quando se pretende erradicar pobreza extrema a reforma agrária deve ser colocada como uma das principais ações, pois sem alterar a estrutura fundiária concentrada do país, a probabilidade de diminuição da pobreza é muito pequena, uma vez que muitas dessas terras são usadas como reserva de especulação, e, além de manter a terra como forma de monopólio das multinacionais com um único propósito, o de gerar o lucro (Agência Brasil, 2011) de maneira que fomentam o agronegócio e esquecem da função social da terra.

No entanto, para Stédile (1997, p. 28) a reforma agrária brasileira deve promover a democratização da terra e criar um modelo de desenvolvimento para o campo, gerando empregos em grande escala. Inserindo, dessa forma, o campo em um modelo de

desenvolvimento que crie riquezas para toda a sociedade. Porém, esse tipo de reforma não gera transformações somente no campo, uma vez que, além de beneficiar diretamente os camponeses, também beneficia a produção de bens e serviços para a industrialização.

O que ao longo dos anos ficou evidenciado é que sem modificar a estrutura fundiária não se altera também a renda que está altamente concentrada tanto quanto o domínio da própria terra. E, por ter a erradicação da pobreza como uma das ações prioritárias do governo Dilma, não há dúvidas quanto ao *locus* do enfrentamento da pobreza, o meio rural, local onde se observam os altos índices de incidência da pobreza brasileira, (Agência Brasil, 2011). Para Wanderley (2011), a pobreza no campo é resultado da carência, ou acesso restrito e insuficiente, dos recursos produtivos, principalmente a terra e a água, bem como os bens e serviços fundamentais que garantam o bem estar e cidadania das famílias que vivem no campo.

No entanto ao se fazer um balanço sobre os três primeiros anos (2011-2013) de governo da presidente Dilma verifica-se que a reforma agrária foi totalmente excluída das estratégias como mecanismo de erradicação da pobreza no país. No primeiro ano deste governo, de acordo com dados do INCRA, foram assentadas 22.021 famílias, no segundo o número de famílias assentadas somou em 23.075, e, no terceiro ano 30.239, trata-se portanto, dos menores índices já registrado nos últimos 17 anos. Esses números são confirmados ao analisar os números de projetos de assentamentos criados no primeiro ano deste governo (109 projetos), fica constatado que desde 1994 não havia um número tão baixo. No segundo ano deste governo a quantidade de projetos implantados também ficou aquém do esperado, somando apenas 117 projetos de assentamentos, no terceiro ano esse número teve um pequeno aumento, mas não conseguiu atingir os patamares propostos pelo governo do PT.

Para Stédile (2014) o balanço da reforma agrária no governo Dilma no ano de 2013, é considerado negativo, pois em termos estatísticos, neste ano foram desapropriadas fazendas para apenas 4.700 famílias, e, para o autor, esse número é ‘vergonhoso’, pois é menos do que o general Figueiredo fez no seu último ano de governo.

Por outro lado, o INCRA faz uma análise diferente sobre os dados do balanço da reforma agrária do governo Dilma. Para esse Instituto um dos fatores que explica a diminuição no número de assentamentos no país é a queda na demanda, havendo um número menor de famílias acampadas comparado a outros governos e, especialmente ao governo Lula. De acordo com esse Instituto há atualmente no Brasil cerca de 150.000 famílias acampadas, número inferior ao das décadas de 1980 e 1990.

Djoni (2013) enfatiza que o governo Dilma nos anos de 2011 a 2014, não tem como meta principal realização da reforma agrária, e o fato que comprova são os pouco mais de 75.335 famílias assentadas, e, tem como justificativa para esses números, o discurso de que o governo está focado na ‘qualificação’ dos assentamentos existentes, assim, continua a aplicar as políticas compensatórias que criam uma falsa diminuição da miséria sem interferir no cerne da problemática agrária que é alterar a condição histórica e estrutural da desigualdade social no país, a concentração fundiária. Pode-se afirmar que, a reforma agrária com real redistribuição de terras foi abandonada de uma vez por todas como projeto político do Estado, exemplo disso é que o II PNRA finalizou em 2007 e até nos dias de hoje não foi elaborado um novo plano, tanto para o segundo mandato do governo Lula, quanto para o mandato da presidente Dilma.

1.4 Avanços e retrocessos obtidos pela Reforma agrária no Brasil durante os governos FHC, Lula e Dilma

Devido a formação histórica do Brasil, o acesso às terras pelas famílias mais pobres sempre foi negado. E, sobre isso, Fernandes (1999) destaca que, durante várias épocas da história, os camponeses lutaram para entrar na terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas com a proposta de uma sociedade mais democrática e menos desigual. Assim, a luta pela terra no Brasil é um processo que está intrinsicamente ligado aos movimentos messiânicos, das Ligas Camponesas até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, todos os modelos implantados para incentivar o desenvolvimento rural não foram suficientemente fortes para que desembocassem em uma verdadeira resolução dos problemas relativos à questão da terra.

Sem desconsiderar as dificuldades, consideramos que a reforma agrária é um dos caminhos que representa o exercício pleno de cidadania, é uma forma de luta para combater a miséria, a fome, o desemprego, o desrespeito aos direitos humanos, enfim, é um dos caminhos que se chega a soberania, ou seja, a reforma agrária proporciona a integração dos que estão em situação de miserabilidade ou de pobreza, garantindo no mínimo a segurança alimentar, por isso deve ser considerada em favor dos que lutam pela terra e por um país mais justo e igualitário.

No primeiro mandato do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, foram criados 2.413 assentamentos, num total de 306.285 famílias. No segundo mandato, no entanto, esse número

caiu quase pela metade. O total de projetos de assentamentos ficou em 1.931, enquanto o número de famílias chegou a um total de 158.312. Há de se levar em consideração que nesse número estão incorporados tanto os assentamentos criados por desapropriação quanto os criados pela RAM. O número de famílias assentadas no mandato de FHC, apesar de ter sido o maior dentre os governos democráticos iniciados a partir da década de 1980 até então, não coibiu a atuação dos movimentos sociais rurais por meio de ocupações de terras, o que fez com que o governo tomasse medidas mais severas com o intuito de refrear as ações dos movimentos sociais rurais. Entre essas medidas destaca-se o inciso 6 do artigo 4 da medida provisória de nº 2.109-52, que impedia a desapropriação das áreas ocupadas, como é possível observar no trecho da medida provisória que segue:

O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (BRASIL, 2001).

Apesar da tentativa de intimidação aos movimentos sociais rurais, as ocupações continuaram acontecendo no mandato do então presidente FHC.

Após os dois mandatos de FHC, Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência, e ele consegue assentar, segundo dados do INCRA (2011), 614 mil famílias, no entanto, há controvérsias a respeito desse número. Além dos movimentos sociais rurais, que através dos seus representantes apregoam a maquiagem dos dados oficiais e a realidade, a reportagem publicada no site do Jornal Estadão, no dia 28 de fevereiro de 2011, ratifica tal conduta do Estado indicando que:

[...] verificou que quase um terço (26,6%) das famílias assentadas por Lula é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na zona rural, mas sem título de propriedade. O trabalho do governo foi dar-lhes o título e incluí-las nos programas de apoio à agricultura familiar. (ESTADÃO ONLINE, 2011).

Mesmo com a grande expectativa gerada em torno do governo Lula, a quantidade de assentamentos e projetos voltados para os assentados conforme o balanço feito pelos movimentos sociais, foi insatisfatório, principalmente quando se faz a análise da forma como esses projetos foram e são elaborados, sempre com o objetivo de colocar participação dos assentados subordinados ao domínios do agronegócio.

Vale ressaltar que, mesmo havendo a perpetuação do predomínio do latifúndio, ocorreu o aumento do número de pequenas propriedades, fruto principalmente dos assentamentos realizados a partir de 1980, o que propiciou o surgimento de novas relações de trabalho e novas formas de produção. Os assentados da reforma agrária são trabalhadores com uma característica peculiar, são proprietários não só da sua força de trabalho, como também dos seus meios de produção, configurando assim o surgimento de novas relações de trabalho nestas áreas.

No ANEXO I, percebe-se um considerável aumento das pequenas propriedades, esse fato se deve, em sua grande maioria, à execução dos planos de reforma agrária. No entanto, pode-se observar que também ocorreu um aumento substancial das grandes propriedades, esse fator é atribuído pelo estímulo do agronegócio nos latifúndios.

A reforma agrária que deveria ser entendida como um projeto de Estado e com o objetivo de promover a diminuição da segregação social por meio do desenvolvimento foi transformado em um mero e precário programa de assentamentos, de maneira que são considerados como favelas rurais segundo Stédile (2013). Pois, possuem estruturas precárias, muito além das reais necessidades dos homens e das mulheres do campo (CPT, 2011).

No entanto para o INCRA a política agrária brasileira melhorou muito nos últimos anos, uma vez que a área incorporada ao programa de reforma agrária saltou de 21,1 milhões de hectares de terras obtidos entre 1995 e 2002 para 48,3 milhões entre 2003 e 2010, significando um aumento de 129%. Durante os dois mandatos do governo Lula o número de famílias beneficiadas também aumentou totalizando atualmente 614.093 famílias assentadas. Nesse mesmo período, criaram-se 3.551 assentamentos. Dessa forma, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária, 8.763 assentamentos atendidos pelo Incra, onde vivem 924.263 famílias.

No contexto atual, A prioridade da presidente Dilma, em relação à reforma agrária, está na manutenção de uma política assistencialista, que mascara os problemas agrários, porém não resolve e não modifica a estrutura agrária que é o cerne de toda a complexidade do meio rural.

Muitas políticas buscam compensar problemas causados sobre as camadas de excluídos pelas dinâmicas econômicas em geral, por exemplo, via transferência de renda, condicionada ou não. No entanto, as famílias não podem permanecer indefinidamente na dependência desse tipo de auxílio. Apenas políticas universais combinando diversos instrumentos possibilitam um efetivo enfrentamento da pobreza e, mesmo, a erradicação da extrema pobreza. (MALUF e MATTEI, 2011, p. 22).

Diante desse grave problema brasileiro que se arrasta ao longo da história, a resolução se distancia mais ainda quando o governo promove o incentivo do agronegócio nos latifúndios que são mantidos por empresas estrangeiras. O fomento ao latifúndio fica tão evidenciado que, Oliveira (2011, p. 126) traz à tona o disparate, de que no Brasil estão os maiores latifúndios já registrados na história da humanidade. Sendo que “nem os senhores feudais conseguiram concentrar em suas mãos essa quantidade de terras”.

[...] no Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país atinge uma superfície igual a aquela ocupada pelo Estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual a de São Paulo e do Paraná. Por exemplo, uma das maiores propriedades, aquela de Jarí S/A que fica parte no Pará e parte no Amapá, tem uma área superior ao estado de Sergipe. (OLIVEIRA, 2004 p. 126-127).

Segundo dados do INCRA de agosto de 2003:

[...] enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupavam 6% da área (26,7 milhões de hectares), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupavam uma área igual a pouco menos que a metade da área cadastrada no INCRA, mais de 183 milhões de hectares (43,8%) (OLIVEIRA, 2004, p.127).

Analisando a estrutura fundiária brasileira, podemos resumi-la em uma frase:

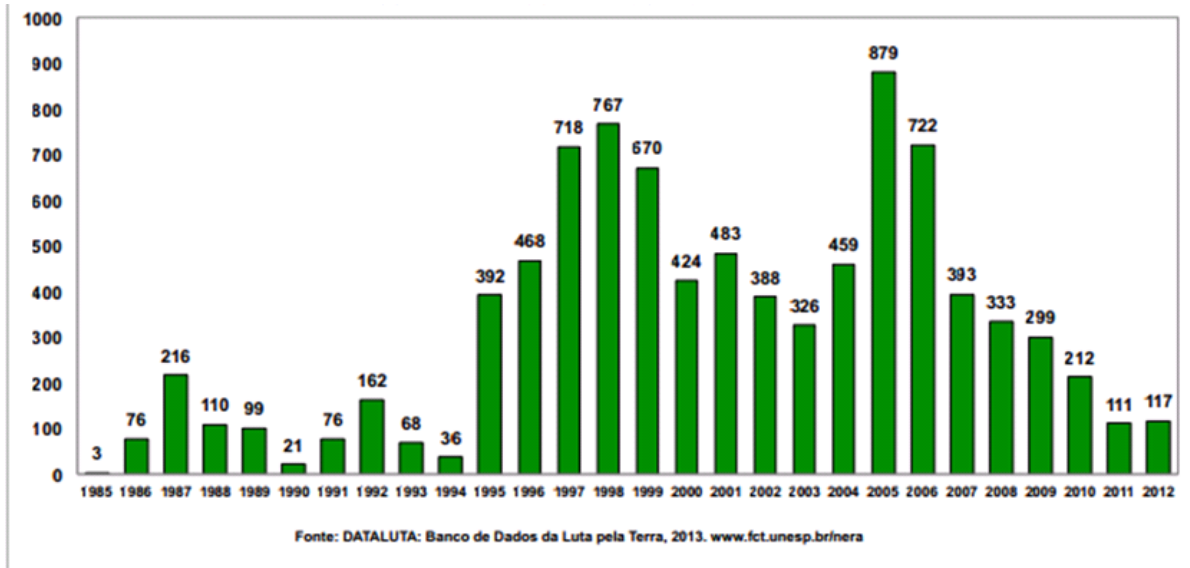
[...] muitos tem pouca terra e poucos têm muita terra [...] (OLIVEIRA, 2004, p. 127, grifo do autor). Ou, ainda, complementar essa análise acrescentando que [...] cerca de 1% dos proprietários [e/ou empresas] detém 46% de todas as terras do país. [...]. (MAURO; PERICÁS, 2001, p. 70).

A expectativa que ainda permeia o campo brasileiro é que o atual governo realize a reforma agrária, adotando um conjunto de medidas estratégicas de combate a concentração da propriedade da terra, tendo como princípios as políticas públicas já implementadas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PAA, o Luz para Todos, o PRONERA, o PRONATER, entre outros programas que auxiliam no combate da miséria no campo. Consideramos que, apenas com uma ação conjunta de reforma agrária com as positivas experiências de políticas públicas instaladas é que se poderá de fato erradicar a pobreza de maneira que promova a inclusão social dos segregados do campo.

Colocando como meta do novo governo resolver os problemas sociais, a Reforma Agrária necessariamente precisa estar incluída, precisa ter medidas como um programa estruturado, propostas estruturadas para resolver os problemas sociais das famílias acampadas e das pessoas que vão ser beneficiadas pelos espaços da

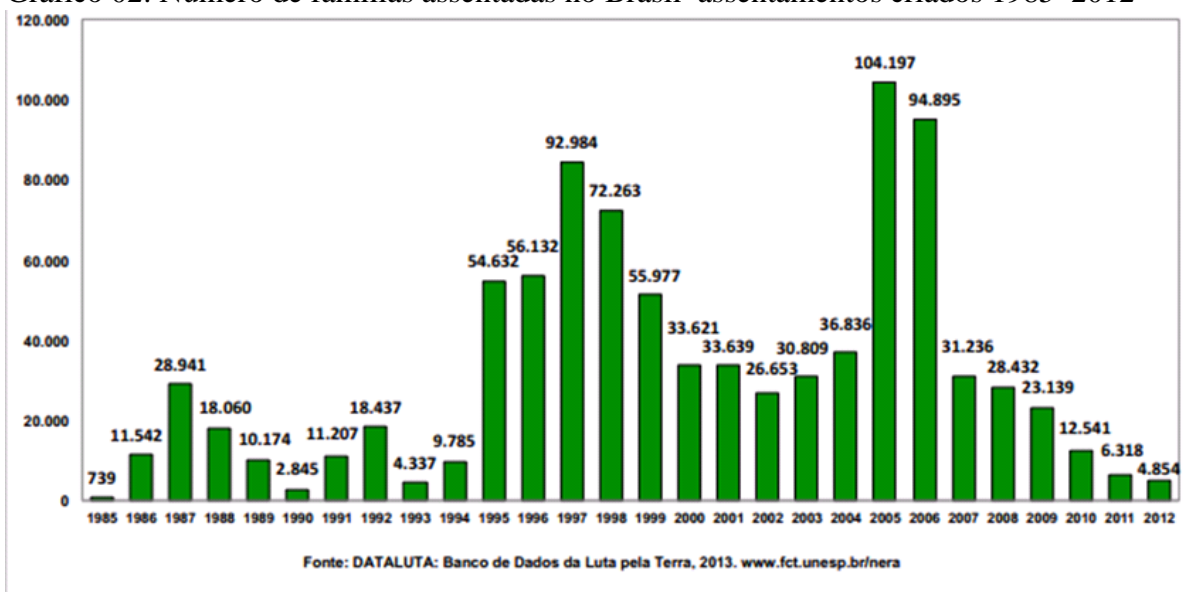
Reforma Agrária. Para isso, precisa ter vontade política e ação concreta. (JORNAL DO MST. ENTREVISTA COM ARIIVALDO, 2011).

Gráfico 01. Número de assentamentos criados no Brasil – 1985 – 2012



Fonte: DATALUTA: Banco da Luta pela Terra, 2013. www.fct.unesp.br/nera.

Gráfico 02. Número de famílias assentadas no Brasil – assentamentos criados 1985–2012



Fonte: DATALUTA: Banco da Luta pela Terra, 2013. www.fct.unesp.br/nera.

A média anual de famílias assentadas de 1995 a 2012 foi entorno de 65 mil famílias assentadas, sendo que, entre 1995/2002 foi de 62,9 mil e 2003/2012 foi de 65,9 mil. Contudo, nos dois últimos anos (2011 e 2012) registraram, desde 1995, o menor número de famílias assentadas (22 mil e 23,1 mil, respectivamente). Os projetos de assentamento vêm apresentando uma tendência de diminuição desde 2006 (Gráfico 01). Este gráfico também mostra as linhas de tendências do comportamento assimétrico de famílias assentadas dos governos de FHC (Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002) e de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 a 2010). O comportamento no governo FHC foi de expansão do número de famílias assentadas por ano na primeira gestão, e de diminuição de famílias assentadas por ano na segunda gestão. Esse comportamento foi similar no governo Lula, só que com mais intensidade, tanto na expansão como na diminuição de famílias assentadas por ano. O governo atual, da presidenta Dilma (2011 a 2012), a linha de tendência encontra-se estacionada, em patamares bem abaixo dos governos anteriores.

No entanto, o discurso do atual governo deixa explícito que não há mais intenção de criar assentamentos na mesma quantidade dos seus antecessores. O objeto do trabalho nesse momento seria o de qualificação das políticas destinadas aos assentamentos de maneira que promova o desenvolvimento social. De acordo com Sampaio e Garcia Filho (s/d, p. 1) “é preciso ver a reforma agrária como uma decisão política do estado para solucionar uma "questão agrária", que entrava o desenvolvimento de toda uma Nação”. A decisão política permeia a definição de políticas públicas voltadas à mudança da estrutura agrária. De maneira que o acesso à terra, alavanca o fortalecimento da agricultura familiar, que é um setor dinâmico que tem a capacidade de empregar grande parte da mão de obra do meio rural, produzindo grande parte da alimentação que o brasileiro consome no seu dia a dia.

2- O ASSENTAMENTO PRESENTE DE DEUS NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA: HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO POPULACIONAL

Este capítulo relata a luta de trabalhadores rurais pela diminuição da segregação social por meio de um processo de conquista da terra que desencadeou em um projeto de Assentamento intitulado **Presente de Deus**, localizado no município da cidade de Goianésia –GO. A ênfase recai sobre os caminhos que perpassaram, os que são considerados hoje assentados, para que consolidassem as suas conquistas e o direito a cidadania. Primeiramente, se faz necessário traçar um viés conceitual sobre acampamentos rurais e assentamentos, para compreender as etapas que aqui, são consideradas importantes pois constroem e solidificam relações entre as pessoas que estão envolvidas nesse processo de busca pela autonomia. Logo depois, será apresentado uma construção histórica desse município, como suporte, para estruturar o contexto da luta e a formação desse projeto de assentamento.

2.1 Conceitos sobre Acampamentos Rurais

Para que se inicie a reflexão teórica sobre os acampamentos é necessário levar em consideração a ideia de conflito que abarca o contexto dos acampamentos rurais, uma vez que o acampamento é a expressão de uma das possíveis formas da materialização da luta pela terra.

Conforme a concepção de Lisboa (1988) e Feliciano (2006), os acampamentos rurais de trabalhadores sem terra são a representatividade da modernidade no contexto da luta por terra e por uma concretização da reforma agrária no meio rural brasileiro. Essa nova estratégia de luta é o oposto da tradicional forma de combate pela permanência na terra, que era representado pela resistência, usada pelos homens do campo diante da expropriação pelo capital na década de 1950 e, sobretudo entre 1970, e meados da década de 1980, na fase áurea do crescimento do capital sobre a agricultura do Brasil. A ocupação acompanhada pela construção de acampamentos foi ganhando espaços no campo político-jurídico e passou a ser notada, no início da década de 1990, devido às ações empreendidas pelo Movimento Sem Terra (MST).

Fernandes (2006) salienta que os acampamentos são:

(...) espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações (FERNANDES, 1993 *apud*, FELICIANO, 2006, p. 109).

A partir desse pressuposto, Oliveira (2002, p.83) escreve que “os acampamentos têm se constituído numa espécie de nova forma de luta pela terra no país”, assim, os acampamentos representam uma nova forma de disseminar, a nível nacional, a nova expressão de luta pelo direito de uso da terra, ou seja, os acampamentos tem por objetivo a busca da real concretização da reforma agrária. Tendo em vista que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é fruto das constantes lutas pela democratização do acesso a terra, a luta pelo acesso à terra e por uma reforma agrária são fatores importantes e que estão presentes na história da construção do meio rural brasileiro (FERNANDES 2008), uma vez que a posse e o uso da terra para a implantação dos projetos de assentamentos estão intrinsicamente ligados a construção desse novo processo por meio de uma constante luta. De acordo com Fernandes (2001, p.11-12)

Nesse sentido, pode-se dizer que os Acampamentos são a materialização da luta pelo direito de acesso a terra e que possui uma singularidade em sua organização interna, sendo que os princípios da coletividade, estão mais presente do que nos próprios assentamentos. Isto ocorre devido às condições da fase de acampamento, ou seja, os interesses estão convergidos em uma única direção: o da conquista da terra. E, é justamente essa uniformidade dos interesses que abarca os ideais dos acampados, como bem relata Natividade (2003, *apud* HEIDRICH, 2004, p. 60) “O acampamento produz formas de experiências de si onde os acampados tornam-se sujeitos de um modo particular”.

No entanto, para Feliciano (2006), essas formas de enfrentamento onde os ideais se fundem, incomodam e interferem na “ordem” que a sociedade estabelece. A situação de acampados provoca impactos na estrutura imposta, chegando a provocar rejeição da comunidade até mesmo da região onde o acampamento está localizado. Isto é explicado porque o lugar para a construção do acampamento é provisório, e possui uma estratégia de impactar a rotina da área reivindicada ou da possibilidade de dar maior visibilidade ao acampamento. Feliciano (2006) ainda acrescenta que os acampamentos podem estar localizados dentro ou fora da propriedade reivindicada, na beira de uma rodovia, entre a rodovia e a cerca da fazenda reivindicada, com a finalidade de pressionar o governo por meio da mobilização.

Por esse viés, tanto a ocupação quanto a formação do acampamento se configuram como mecanismos de enfrentamento e contestação, de maneira que estabelece o primeiro degrau para a conquista da terra. Diante da questão, luta pela terra, é perceptível o constante desencadear de conflitos e a presença das diversas formas de violências que acompanham paralelamente o processo histórico de luta pelo acesso à terra, no meio rural brasileiro. Tanto os conflitos como a violência não são problemas específicos nessa forma de acesso à terra no século XXI, “são, notadamente marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação ao longo da história do país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem estas formas de violências” (OLIVEIRA, 2007, p. 135) Esses conflitos têm provocado a morte de muitos camponeses que desejam a terra como a única forma de sobrevivência. E, junto a esses idealizadores, acompanham também os que são constituídos como líderes sindicais, religiosos, agentes pastorais entre outros, contra a execrável repressão do capitalismo (OLIVEIRA, 2002).

Para Lisboa (1988), há diversos motivos e as mais variadas formas de organizar para a montagem de um acampamento: a) por meio de um longo planejamento, b) por motivo de expulsões de terra, c) pelas reivindicações para que se estabeleça a regularização de títulos de terras.

Com a criação da Medida Provisória MP 2.027-38 em maio de 2000 e a N. 109-49, de 17 de fevereiro de 2001, fica estabelecido como punição aos movimentos camponeses a não realização dos laudos de vistoria a desapropriação no prazo de dois anos nos imóveis ocupados por invasão. Além disso, ainda prevê a exclusão dos envolvidos, dos programas de Reforma Agrária do Governo Federal. Com essa medida a principal estratégia dos acampados sofre um recuo.

A partir dessa ação governamental, alguns movimentos mudaram a estratégia de luta. Alguns começaram a ocupar propriedades produtivas, geralmente limítrofes as improdutivas, questionando a legitimidade da terra vizinha. No entanto outros movimentos menosprezam propositadamente essa medida do governo e continuaram a ocupar as fazendas. Também há aqueles acampados nas beiras de estradas ou em alguma área cedida por aliados ou simpatizantes do grupo (FELICIANO, 2006 p.111).

Partindo pelo princípio de que o Acampamento é uma etapa para preparação do processo de conquista da “Terra Prometida”, Moreira (2009) ressalta que o acampamento significa uma etapa da luta pela substituição do território que está fundamentado na exploração e na subordinação por outros. Pois, é nos Acampamentos que a solidariedade se constitui em sua essência, uma vez que o estado de segregação ainda permeia no meios dos

acampados, mesmo com a luta por uma produção que garanta a sobrevivência, a autonomia dos acampados ainda está na expectativa de quando empossados, terão o direito de tirar da terra a liberdade que tanto buscam.

Pode-se dizer, que o Acampamento Rural de trabalhadores sem terra, nesse contexto, é muito mais do que um amontoado de lona preta dentro de um latifúndio ou na beira de uma estrada que simplesmente altera a paisagem. É uma forma de manifestação que expressa a resistência a um modelo dominante e mais que isso, é uma bandeira que revela a luta pela Reforma Agrária. Essa que vem sendo reivindicada ao longo da história do Brasil desde a segunda metade da década de 1940 quando Luiz Carlos Prestes apresenta a primeira proposta para a realização de uma reforma agrária para o Brasil em 1946, na Assembleia Nacional Constituinte, que tinha como objetivo principal a modificação do conceito de propriedade que, segundo ele, era uma barreira para que se realizasse a reforma agrária.

Desde então, inúmeros projetos acompanhados por políticas de Estado vem sendo elaboradas com o intuito da efetivação de uma reforma agrária, porém muitos desses projetos ficaram simplesmente no papel ou foram colocados em prática muito mais como medidas paliativas do que para que resolver os conflitos agrários. Por outro lado, políticas que beneficiam o agronegócio são aprovadas rapidamente, a exemplo disto tem-se a Lei Kandir de 13.09.1996 que isenta do pagamento de impostos nos produtos destinados à exportação, como é o caso da maioria da produção dos conglomerados conforme (Campos, 2007) com isso, a continuidade do latifúndio toma corpo e aguça ainda mais a disputa por mais territórios entre os camponeses e a elite burguesa rural.

Paralelamente, um número elevado de famílias continuam sendo expulsas da terra pelo avanço cada vez maior do capital no campo e da falta de apoio aos pequenos agricultores, e acabam sendo forçados a se aglomerar nas periferias das cidades em condições subumanas, em verdadeiro estado de miserabilidade. Assim, muitas dessas famílias tomam a decisão de lutar pelo Direito de viver na terra, e tirar o sustento dela. Esse Direito lhes é garantido pela Constituição, então se organizam, cadastram nos sindicatos do município onde residem e buscam apoio junto aos movimentos sociais para que realizem as ocupações de terra e construir acampamentos.

Nesses acampamentos, muitas vezes localizados à margem das estradas e rodovias, e em condições subumanas, os acampados vivenciam a esperança de que dias melhores virão, em uma terra onde a colheita abundante será fruto de seu trabalho e a vida melhor que desejam é acompanhada pela liberdade que distancia o fardo da exploração e da segregação

que enfrentam nas periferias urbanas ou nas vilas rurais onde estão excluídos de tudo principalmente da dignidade humana.

2.2 Conceitos sobre Assentamentos

É inegável que o processo histórico de concentração fundiária no Brasil, tem corroborado para a expropriação e a segregação dos homens do campo, provocando entraves para o acesso à terra. Nesse sentido, tem-se um contexto agrário com duas vertentes, de um lado o capitalismo que é continuamente fomentado pelas políticas governamentais com a finalidade de alavancar cada vez mais o agronegócio, alimentados pelas multinacionais e, do outro lado, os camponeses que defendem uma agricultura familiar que lhes garantem a sobrevivência de maneira a retirá-los da miséria. Em suma, a proposta de assentamento que permeia o MST para os assentados é criar comunidades onde se possa trabalhar e viver com autonomia: “(...) os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião etc. (...)” (CONFEDERACAO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1998, p. 26)

Fazer uma reflexão sobre os assentamentos rurais no Brasil é remeter a uma história fundamentada pelos patamares de conflitos, muito embora nem todos os assentamentos tenham sido surgidos por meio de conflitos¹. Partindo desse princípio, pode-se dizer que, no Brasil, os assentamentos rurais são o resultado da intensificação da luta por um processo expropriatório dos trabalhadores rurais com a finalidade de que os trabalhadores sem-terra, terem acesso e o direito à terra, que é garantido pela Constituição brasileira, para que com a modificação da estrutura agrária brasileira a segregação dos homens que lutam por uma vida no campo alcance os patamares das condições da dignidade humana.

Essa incansável luta provocou nas duas últimas décadas, um aumento do número de assentamentos disseminados por todo o país. No entanto, é preciso que se leve em consideração que o modelo que é aplicado para a realização da atual reforma agrária é uma estratégia do governo para minimizar os conflitos “sem alterar a estrutura do poder e a concentração de terra e concentração de renda. É uma política pontual e localizada, que não

¹ Os assentamentos podem surgir pelo interesse do proprietário rural em se desfazer de suas terras. Pode-se também citar o programa do Banco da Terra, que não constitui nenhuma forma de luta por reforma agrária.

enfrenta a estrutura da desigualdade social existente no campo” (GONÇALO, 2001 p.19). Com isso pode-se dizer que essas ações limitadas são políticas essencialmente compensatórias, onde o Estado adota como objetivo amenizar os conflitos sociais. O assentamento não pode ser simplesmente considerado como apenas concessão de uma parcela de terra aos acampados com pouca ou sem terra, mas sim como um território onde as relações de vida, as mudanças nas condições humana e econômica e a forma de inclusão social diferente das praticadas nos centros urbanos se instalam, se constroem e se solidificam. Para Fernandes (1996, p. 09)“...O assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas ...” ou seja, a terra prometida, agora conquistada, nasceu de um processo de luta pela terra e que tem continuidade a luta na terra, uma vez que a instauração do projeto de assentamento é apenas uma etapa do processo para a construção da autonomia.

Sendo assim, existe a necessidade de compreender algumas definições do que seja assentamento rural. Este termo surgiu na década de 1960, e, foi usado pela primeira vez na reforma agrária venezuelana. Segundo Bergamasco e Norder:

(...) os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária (1996, p. 7).

Assentamento no contexto da reforma agrária brasileira está vinculado a um espaço específico em que famílias serão instaladas é, portanto, um espaço físico que sofrerá drástica transformação, e cujo objetivo está centrado na exploração agrícola (BERGAMASCO; BLANCPAMARD; CHONCHOL, 1997). Bergamasco (1996), já dava ênfase ao assentamento como termo que remete à fixação do trabalhador na agricultura, e envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. Aliado a isto, está o fortalecimento e ampliação da agricultura familiar, que consiste na exploração de uma parcela de terra tendo como trabalho direto a mão-de-obra familiar.

Com isso, os assentamentos são formados em resposta à luta pela democratização da terra onde os movimentos sociais por meio dos acampamentos pressionam o Estado que exerce a função de mediador dos conflitos. O objetivo final desse processo de luta é a fixação do homem no campo e as melhores condições de vida da população camponesa. Com isso,

Gonçalo (2001, p 57) corrobora com Bergamasco e Norder no sentido de que “a reforma agrária é uma questão política e de justiça social, além de ser um instrumento de contenção do êxodo rural”. Porém, o assentamento rural é mais do que isso. Carvalho abarca essa gama de fatores quando afirma que o assentamento constitui:

Uma encruzilhada social (...) um agregado heterogêneo de grupos sociais, constituídos por famílias de trabalhadores que antes não possuíam terra e, dessa forma, se apossam formalmente das mesmas. Assim a partir do momento, passam a se encontrar face a face nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico em que irão reproduzir seus meios de vida e trabalho (CARVALHO 2010, p. 16).

É difícil constituir por apenas um viés o conceito do que vem a ser assentamento devido a construção de sua identidade que abarca diversas naturezas, as distintas formas de luta, os diferentes movimentos sociais envolvidos, a natureza diferenciada do campesinato brasileiro entre outros fatores que fazem parte da realidade dos Assentamentos no Brasil. Devido a isso, pode-se dizer que, os assentamentos e os acampamentos (etapa anterior) são “espaços de reinvenção da sociedade através das interações sociais das diferentes biografias na busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania” (SAUER, 2010 p. 38).

A criação de projetos de Assentamentos Rurais é uma forma de política pública de Estado que prioriza as transformações sociais, econômicas e políticas a nível local e até regional e que sejam estendidas aos excluídos pelo sistema capitalista, possibilitando que uma nova organização política e social seja constituída, com base em uma experiência diferenciada já explícita no período de luta, e que de certa forma darão continuidade mais tarde nas diversas formas de organização interna como associações, cooperativas e grupos que se estruturam no interior do assentamento. E, é pela defesa do próprio espaço de sobrevivência, que a luta pela terra na maioria das vezes, desemboca em um projeto de assentamento que representa um lugar de morada, da produção para o sustento familiar, da policultura, e acima de tudo, representa uma tentativa de amenizar a exploração dos moldes do latifúndio.

2.3 Assentamento Presente de Deus: contexto histórico regional e referências geográficas

2.3.1 Contexto histórico nacional e regional

Para que se entenda a formação da cidade de Goianésia, município que sedia o projeto de Assentamento Presente de Deus, necessário se faz tomar o processo de formação

da microrregião de Ceres, pois são regiões adjacentes que foram impactadas pela Marcha do Oeste. Ceres, cidade que foi criada com o objetivo de sediar o projeto CANG. Já Goianésia foi formada devido o desenvolvimento das áreas adjacentes a esse mesmo projeto.

Anterior à instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na região do Vale São Patrício, um movimento migratório nos anos 30 ocorreu em direção a essa região para terras denominadas Lavrinhas, reconhecidas pela fertilidade dos seus solos. Uma das migrantes destemidas foi Joan Lowell² que não se intimidou em construir na beira da estrada dessas terras um acampamento com currais os quais eram usado para alugar para os viajantes ousados que estavam a procura de novas terras. Aliada à política de colonização de Vargas, por meio do projeto CANG essa região passa a receber centenas de pessoas.

A qualidade do solo, já conhecido em outros estados, muito propicia a lavoura, apontava a região a conquistar. A oportunidade de possuir terra acenava aos que se dispusessem ao pioneirismo desbravador. A iniciativa particular já iniciara um processo de ocupação da área. [...] José Alves Toledo veio para a região com sua mulher e mais tarde provocou a imigração de parentes e amigos, além de outros, por volta de 1935. (DAYREL, 1974, p.84)

A instalação da CANG foi criada pelo decreto federal Nº6882, de 19 de Fevereiro de 1941, em terras cedidas pelo governo do Estado de Goiás segundo o decreto lei Nº. 3704, de 04 de Novembro de 1940, reguladas em 1941. Período em que o Brasil, embora participando da segunda Grande Guerra Mundial, vivia no auge do “Estado Novo”, sob o governo de Getúlio Vargas. Com o grande receio de que a guerra se prolongasse e que faltassem produtos alimentícios é que medidas de segurança alimentar foram tomadas. Dentre elas a criação de Colônias Agrícolas com o objetivo de ocupar os espaços vazios no oeste do país, colonizar, colocar o homem na terra e produzir alimentos. Essa política de colonização do interior do país recebeu o nome de Marcha para o Oeste.

Aliado a esta preocupação política, outros fatores também determinaram a implantação da Colônia, tais como a abertura das estradas e os fortes investimentos do governo federal para que tornasse possível o fluxo migratório para essa região. De acordo com Arrais (2007), a região do Mato Grosso de Goiás representava uma das mais expressivas frentes pioneiras de Goiás.

² Joan Lowell se tornou amiga de Bernardo Sayão, tomou parte em uma viagem pela Belém-Brasília em uma Kombi no ano de 1962, em que escrevia sobre o abandono da estrada após o fim do governo de JK. Joan Lowell viveu seu último ano de vida numa chácara em Planaltina-DF, frequentando as páginas sociais da nova capital. (MAIA, CLÁUDIO LOPES. Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira-a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950-1960. Dissertação de Mestrado – UFG, 2008.)

O Mato Grosso de Goiás é uma extensa região florestal situada a parte do centro sul do Estado de Goiás. A área de mata original não esta ainda calculada [...] Ela começa nas proximidades de Anápolis e continua para oeste até a base da Serra Dourada, na região do Córrego do Ouro; no sentido norte-sul, vai das proximidades de Goiânia até um pouco ao norte de Itapaci, Anicuns, Goiás [...]. (ARRAIS *apud*FAISSOL, 2007, p.107).

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás foi implantada na região do Vale São Patrício³ devido a fertilidade de suas terras, e contou com apoio financeiro do governo federal para que a região fosse povoada. Para isso, as terras devolutas, aquelas que pertenciam ao Estado sem que tivessem qualquer uso público, foram doadas pelo Estado de Goiás. A administração do projeto CANG em Goiás ficou sob a responsabilidade do engenheiro agrônomo Bernado Sayão⁴ Carvalho de Araújo que foi indicado pelo oficial do gabinete do presidente Vargas, Luís Simões Lopes. Sayão permaneceu no cargo por nove anos, até o ano de 1950.

Sayão já tinha percorrido as fazendas da região de Jaraguá no ano 1939. Porém, em 1940 retornou à próspera região com uma finalidade específica, a de implantar a CANG. Para surpresa do agrônomo, havia uma estrada aberta nas Matas do São Patrício que cortavam todo o território onde implantaria a CANG, e isso facilitou a demarcação da área. Sayão percebeu que a iniciativa da abertura dessa estrada feita por Capitão Bowem⁵ tivera um propósito, o de fazer com que essas terras fossem valorizadas. Essa estrada desembocava nas terras de São Sebastião das Lavrinhas, que posteriormente foram divididas em fazendas e vendidas por valores altos. Segundo Dayrrel (1974), as terras dessa região sofreram uma supervalorização, principalmente depois da instalação da Colônia. Atualmente, as terras da CANG

³ A região que compreende Ceres, Jaraguá e outras cidades da região Centro-Norte do estado de Goiás é denominada de Vale do São Patrício. Essa denominação deveu-se ao Rio São Patrício, que recebeu esse nome em 1733 por dois frades franciscanos portugueses (frei João de Jesus e Maria e frei Domingos Santiago), que residiam em Pirenópolis. Existem algumas especulações sobre a denominação da região, como o fato de não ter sido batizada de São Francisco, em homenagem à ordem dos frades, ou não ter recebido o nome de outro santo português. A explicação mais utilizada pelos clérigos da região é a de que existia um seminário jesuíta em Portugal sob o patrocínio de São Patrício, no período em que as “Leis Penais” estavam sendo aplicadas na Irlanda pelos ingleses, forçando muitos católicos a estudarem fora da Irlanda, sendo muitos desses estudantes acolhidos por Portugal. Não apenas o rio, mas toda a região recebeu essa denominação em honra ao santo irlandês. No livro de óbitos de Pilar de Goiás, um antigo núcleo aurífero dos tempos da mineração, no período de 1850-1864 existe uma referência a uma vila denominada de São Patrício, situada próxima ao rio na região onde é hoje o município de Itapaci. A vila teria sido abandonada por seus habitantes logo após a Guerra do Paraguai, quando os familiares receberam a notícia da morte de seus filhos. A vila acabou e seus habitantes voltaram para a cidade de Pilar. Outra informação interessante é o da existência de uma imagem de madeira, que fora nomeada em honra do santo. A imagem goiana não corresponde à descrição tradicional do santo, mas, no imaginário popular, aquela é a imagem de São Patrício.

⁴ Foi o desbravador da região de Ceres e coordenou todo o projeto de implantação até 1950.

⁵ Era capitão do navio que trouxe Joan Lowell para o Brasil.

correspondem à cidade de Ceres e as terras das Lavrinhas que circundavam a Colônia, aos municípios de Goianésia, Itapaci e Jaraguá.

As famílias que compunham a colônia geralmente eram de trabalhadores sem terra de outros Estados e chegavam a pé, a cavalo, de trem ou caminhão e, em sua grande maioria, eram mineiros, paulistas e nortistas. Esses colonos eram paupérrimos, em lamentável estado físico, maltrapilhos, sujos e subnutridos. Porém, contavam com um espírito desbravador e com uma coragem surpreendente. Para Andrade (1990) a chegada dos primeiros colonos, trabalhadores sem terra, foi incentivada por vários meios de comunicação, como o rádio e os jornais de grande circulação da época, que propagavam a promessa por terras gratuitas. Diversos colonos vindos de todos os lugares do país puderam adquirir por meio de requerimento no escritório da CANG lotes que variavam de 20 a 50 hectares. Andrade (1990), relata que na área da antiga CANG havia 3.996 lotes rurais registrados e escriturados e em uma área ocupada de 106.000 há e, em meados de 1945 até fins de 1950, existia 1.304 famílias, num total de 7.519 pessoas, estabeleceram em caráter permanente na Colônia.

Para isso, foram construídas escolas, edifícios para serviços administrativos, subdelegacias de polícia, oficina mecânica, serraria, carpintaria, fábricas de manilha, usinas de açúcar e outros. Pina (1968) afirmava que Sayão priorizava as estradas, os serviços de saúde e educação e a divisão de terras. Para candidatar-se a proprietário de um lote, o colono não precisava ter aptidão por agricultura. Bastava apenas ser casado ou amasiado e ser pobre. De posse gratuita da terra, o colono tinha acesso à casa popular, ferramentas, sementes, assistência hospitalar, remédios, escolas, material escolar, oficinas para concerto dos equipamentos e todo auxílio necessário. Para tanto, era exigido que plantasse a terra e não negociasse e nem houvesse a troca dos lotes. Na colônia, o trabalho era realizado sob a forma de mutirões. Sendo que a produção total pertencia à família que sediava o mutirão.

O projeto da Colônia começou a degradingolar quando as metas estabelecidas para o funcionamento não foram realizadas. A princípio, o programa propunha conceder auxílio financeiro e suporte técnico para a modernização da produção agrícola regional, mas a falta de verbas do governo federal o inviabilizou. Além disso, já no início dos anos 50, a Colônia foi ‘engolida’ pelo latifúndio, porque, a partir desse período, tanto o assentado como o pequeno produtor passaram a se defrontar com uma sucessão de mudanças, isto é, uma crise econômica financeira que os conduziu à completa ruína.

Por um lado, ele era pressionado pela especulação comercial e financeira que se apropriava do excedente econômico que ele produzia. Por outro, era acossado pela

especulação imobiliária que, com a valorização das terras, atraía para a região grileiros e grandes fazendeiros (Borges, 2000, p. 78)

O tão sonhado projeto CANG embrenhou-se por uma série de frustrações e foi considerado sem êxito por muitos anos, porém, esse projeto não pode ser concebido com um fracasso. Os colonos que não conseguiram se integrar ao projeto, foram se estabelecendo em suas adjacências, em áreas dos municípios circunvizinhos. E, em 31 de dezembro de 1941, a colônia é elevada a Distrito, e em 13 de novembro do mesmo ano nasce a comarca de Ceres.

A Marcha para o Oeste e as CANG alcançaram alguma repercussão no país. As políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional e a inclusão destes rincões ao mercado interno que paulatinamente ia se formando. As dificuldades para que o projeto pudesse se completar residiram fundamentalmente na incipiente estrutura econômica. A ausência de uma maior e melhor articulação entre as estruturas financeiras, de investimento e de distribuição impossibilitou a disseminação pelo território nacional de experiência deste quilate. (LENHARO, 1986, p.47)

É perceptível que a região centro do Estado de Goiás passa a ter maior visibilidade no contexto da história nacional a partir do governo de Vargas, que através de uma política centralizadora colaborou para a formação da região do Vale São Patrício. Nesse ínterim, junto ao processo de consolidação da CANG, muitas vilas surgiram nos limítrofes desse projeto efetivando a ocupação dessa região.

Assim, para possibilitar a construção espacial do objeto de estudo desse trabalho, o Assentamento Presente de Deus, é necessária uma retomada histórica sobre a formação de uma dessas vilas limítrofes do projeto CANG, a atual cidade de Goianésia. Município que é cenário da realização de um dos maiores projetos de assentamento do estado de Goiás.

2.3.2 Município de Goianésia: Referências Geográficas

O município de Goianésia, Estado de Goiás, está localizado na Mesorregião do Centro Goiano, conforme mostra a Figura 2 mostra. Próximo à Microrregião de Ceres, e também dos principais centros de distribuição e consumo da região central do Brasil (Goiânia - 170 km; Distrito Federal – 280 km; e Anápolis - 135 km) possui área de 1.547.650 km² e foi criado pela Lei nº 747 de 24 de junho de 1953.

Para melhor visualização da posição geográfica do município de Goianésia, foram usadas as seguintes Figuras: 1- mapa do Estado de Goiás com as suas mesorregiões; 2- mapa que destaca a localização o município de Goianésia - GO.

Mapa nº 01- Mapa do Estado de Goiás e suas Mesorregiões



IBGE – Mapas

Mapa nº 02 - Localização do município de Goianésia – GO



SEPLAN- SEPIN 2014

Goianésia, conforme demonstrado na Figura 02, faz fronteira ao norte com os municípios de Barro Alto, Santa Rita do Novo Destino e São Luiz do Norte, ao leste, com Vila Propício e Pirenópolis, ao sul com Jaraguá e à oeste com Santa Izabel. Este município

possui como coordenadas: ao Sul a latitude de 15°19'02" e longitude 49°07'01" a Oeste. A altitude média da sede do município é de 640 metros.

2.3.3 Caracterização do município de Goianésia – GO

Não diferente de muitas outros municípios, o de Goianésia nasceu da junção de fazendas que colaboraram para a formação de seu espaço físico. E, foi nesse espaço que os sonhos de muitos foram projetados, uma vez que grandes transformações foram empreendidas. De certa forma, pode-se dizer que foi nesse contexto que muitas pessoas construíram o palco para que mudanças significativas ocorressem em suas vidas, pois grandes desbravadores não se permitiram abater diante das dificuldades encontradas nessas terras até então desabitadas. Para compreender esse espaço que foi responsável por abarcar as esperanças de tantas pessoas, é necessário trazer à tona a formação desse município aliado ao surgimento de algumas dessas fazendas dessa região e em especial a fazenda Itajá.

Melo (1981) conta que a história desse município se iniciou em 1857 quando o Sr. Antônio Manoel de Barros requereu da Paróquia de Jaraguá, registro de uma gleba de terra com a área de 5.000 alqueires goianos (24.000 hectares), situados na divisa do município de Jaraguá com o de Pirenópolis e que recebeu o nome de Calção de Couro. Essas terras não foram exploradas imediatamente e somente em 1920, o Sr. Ladislau Mendes Ribeiro⁶, construiu um rancho à margem direita do córrego Calção de Couro, construindo aí sua residência. Melo ainda acrescenta que, quando Antônio Manoel chegou ali nesses arredores encontrou muitos nativos que viviam ali, e que tinham como fonte de sobrevivência o que a natureza oferecia. Para surpresa de Antônio o primeiro contato com nativos foi considerado amigável de acordo com o depoimento:

...uma tribo indígena habitava a região [...] os índios eram pacíficos, e se mostravam ferozes quando atacados pelo homem branco, no dia-a-dia, brincavam com moradores soltando os bezerros dos currais, espantando os animais a noite e abrindo as cancelas das propriedades, usavam tangas feitas com pau de buriti que chamavam de "carocha", como aramas utilizavam arcos flechas e bordunas provenientes de pedaços de madeira alimentavam-se da caça e da pesca, de frutas silvestres ou do milho e da mandioca plantadas pelos nativos. (MENEZES et al., 2000, p.23)

⁶Casado com neta do Sr. Antônio Manoel de Barros, proprietário das terras do Calção de Couro, atual cidade de Goianésia,

É perceptível por meio das lavouras dos nativos que a fertilidade das terras era mesmo de causar surpresa, esse fato estimulou ainda mais o desejo dos fazendeiros em desbravar as densas e sinuosas matas da região. A terra sem sombras de dúvidas era propícia para a agricultura; como já era de esperar-se, a grande maioria do território ainda era composto por terras virgens e isso atraía ainda mais os interesses dos fazendeiros. No entanto, havia um grande entrave para a realização do desbravamento dessas terras: a ausência de estradas, de maneira que os equinos eram o único meio de transporte usados para transporem as picadas mal abertas que embrenhavam por mata adentro.

Laurentino Martins também adquiriu algumas glebas da Fazenda Calção de Couro. Com a finalidade de vir morar nas terras recém-compradas, ele fez o reconhecimento de toda a área que comprou e realizou a demarcação, conhecendo assim, os vizinhos. Laurentino como os outros fazendeiros trouxe consigo muitas famílias para que realizassem a derrubada das densas matas, para fazer o plantio dos cafezais; construir a casa que seria a sede e, um rancho que teria duas finalidades: durante o dia era destinado à escola e, à noite serviria para a reza e festas religiosas.

Anos mais tarde, Laurentino Martins usou parte das suas terras para estimular ainda mais a vinda de famílias com a finalidade de povoar a pequena vila que já contava com um pequeno comércio local formado por pequenas pensões, açougue, padaria, farmácia e as vendas.

No decorrer dos anos de 1944, as famílias vão chegando ao povoado atraído pela riqueza da terra, ou pelo progresso das fazendas cafeiras. Incentivadas por Laurentino, que não raro sacrificava seus próprios interesses em favor de uma povoação organizada que pouco a pouco se formava [...] (MENEZES et al., 2000, p.39).

O sonho do idealizador e fundador de Goianésia foi ganhando forças e aos poucos, Calção de Couro passa a abastecer o consumo desses trabalhadores rurais e em contrapartida, esses trabalhadores passam a contribuir para o aumento do comércio local. Melo destaca:

Foram construídas casas de palha para estas pessoas, eram próximas uma das outras chegando a ter mais de 60 casas aglomeradas onde merecem destaque a Colônia da Rua dos Amarelos próximos à sede e a Rua do Pará que ficava a cerca de 3 km da casa grande. (MELO, 1980, p.71)

A notícia da fertilidade dessas terras se espalhou por meio das rádios e, a pequena vila que servia de abrigo para os recém-chegados principalmente de Minas Gerais, crescia e

chegou ao ponto de se consolidar em um distrito, graças aos grandes esforços de Laurentino Martins⁷. Menezes (2000, p.40) relata que:

Calção de Couro crescia em população, a cafeicultura fazia diferença na economia e, com isso, a renda interna se expandia. Diante dos fatos e dos contatos políticos que mantinha com Laurentino, o prefeito de Jaraguá Nelson de Castro resolveu elevar o povoado à categoria de Distrito de Goianésia [...] – Lei n. 10, de 21 de agosto de 1948.

Assim, da Fazenda Calção de Couro surgiu a atual cidade de Goianésia, e de outras grandes fazendas que formaram no seu município. Dentre as principais fazendas que serviu de cenário para abarcar a história da construção desse município, primeiro, vale a pena ressaltar a Fazenda da Lavrinha de São Sebastião, denominada Fazenda São Carlos após ser adquirida pelo grupo familiar Monteiro de Barros, de São Paulo e foi destinada também à plantação de café. Paulo Bergamelli é instituído gerente da fazenda e deu início a todo processo de derrubada da mata para a construção da sede da fazenda e para a plantação do grande cafezal. A técnica de plantio era a mesma que os estados de São Paulo e Paraná usavam e para essas terras, foram consideradas inusitadas. Anos depois, mesmo com a farta colheita, o grupo Monteiro de Barros vendeu uma gleba de terras dentro dessa propriedade, 2500 alqueires goianos, à Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda., empresa também com sede em São Paulo, pertencente ao grupo da família Geremia Lunardelli.

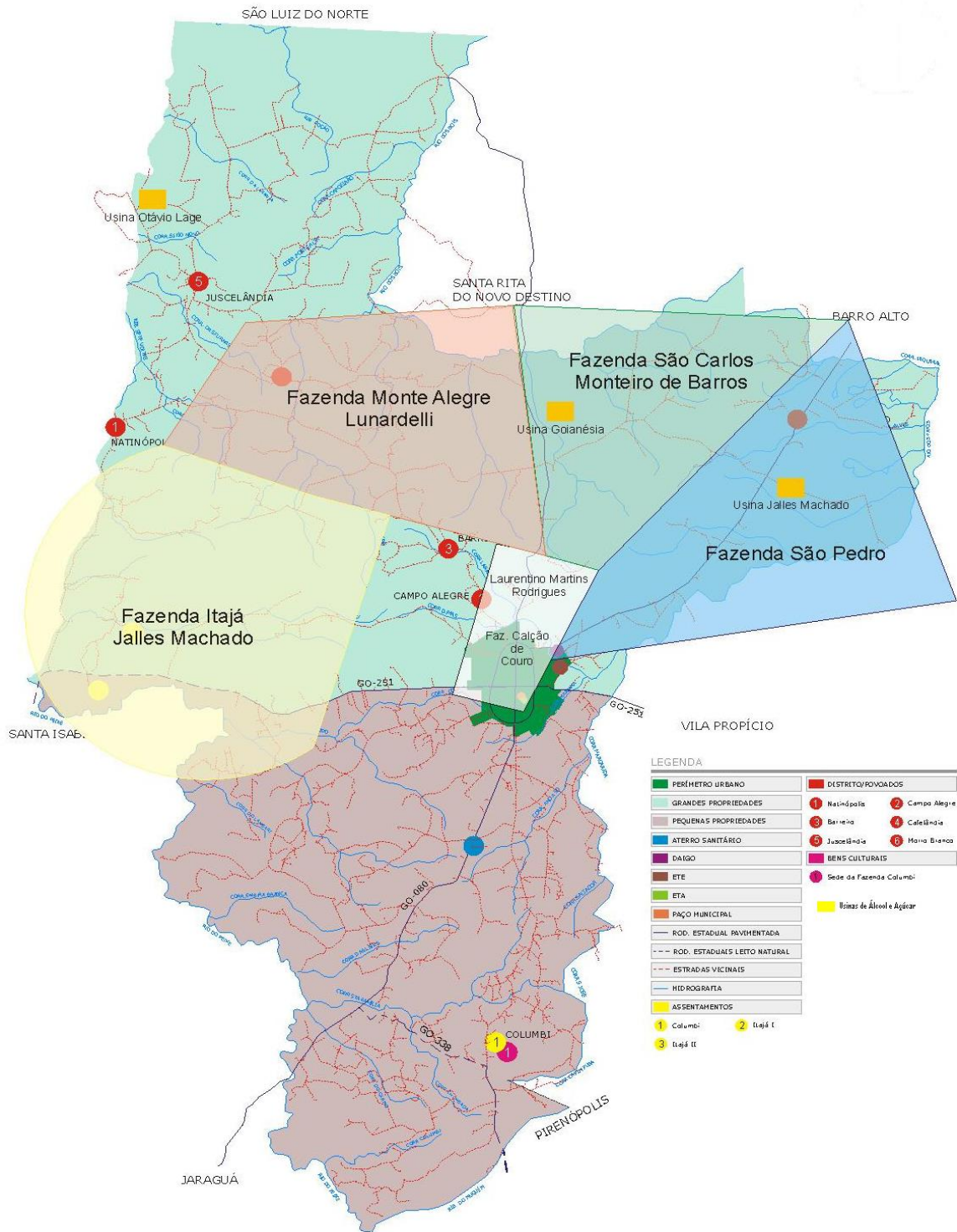
Em 1949, a gleba vendida a Geremia Lunardelli⁸, que era considerado o “Rei do café Mundial” foi nomeada de Fazenda Monte Alegre que também como as demais, tiveram sua produção voltada à cafeicultura. Segundo Moacir (1980), Geremia Lunardelli acreditou na fertilidade das terras recém-compradas e investiu de forma audaciosa nas plantações dos cafezais usando da alta tecnologia e de técnicas inovadoras para a época, a fazenda Monte Alegre chegou a ter mais de 900.000 pés de café em 1951. E, para atender todo o trabalho que os extensos cafezais exigiam, foi necessário que um grande número de famílias fosse trazido para essa fazenda que ainda tinha muitas terras que não haviam sido desmatadas.

Sobre o histórico levantado a propósito das principais fazendas do município de Goianésia das décadas de 1930 a 1950, foi intencional resguardar uma das fazendas que é o berço para esse estudo: a Fazenda Itajá.

⁷Laurentino Martins foi o fundador da cidade de Goianésia.

⁸Geremia Lunardelli é considerado o “Rei do Café” por ter em suas fazendas espalhadas pelo país mais de 14 milhões de pés de café. Superou a Crise do Café nos anos 30. (Mello, 1981, p.66)

Mapa nº 03 - Mapa do Município de Goianésia – Grandes Propriedades Rurais que compõem o município de Goianésia- GO



Adaptado de SEPLAN/Goianésia 2014

2.3.4 Fazenda Itajá

Para conhecer a história desse espaço, hoje idealizado como cenário do assentamento Presente de Deus, é preciso traçar a linha histórica dessa fazenda. E, para isso Melo(1981) relata que:

Em 1930, quando Jalles Machado Siqueira, fazendeiro bem sucedido, residente na cidade de Buriti Alegre – GO, adquiriu uma gleba de terras, de Diony Perreira Silva e sua Mulher. Acreditando no desenvolvimento estimulado pela “Marcha do Oeste” promovida pelo governo federal, Jalles adquiriu muitas outras glebas e formou a grande fazenda Itajá. (MELO, 1981, p. 65)

Foi com a junção de várias glebas que a fazenda Itajá foi se formando. Jalles, ao adquirir esse território, já tinha em mente os grandes investimentos que seriam implantados para alavancar o crescimento dessa região. Como grande visionário que foi, Jalles trouxe muitas famílias da cidade de Buriti Alegre, com a finalidade de realizar o árduo trabalho de abrir as primeiras estradas, pois a estrada significava a esperança de que viria a construção de benfeitorias para essa região. Para isso, o desmate foi realizado e nos anos seguintes foram formadas grandes piquetes para pastagens e todo o preparo do terreno que seria usado para o plantio dos grandes cafezais. A fazenda Itajá foi alvo de admiração por quem passava por seus arredores devido a beleza e a grande produção dos cafezais. Esse reconhecimento foi atribuído ao uso de técnicas inovadoras, desde o plantio até a colheita, conforme Menezes(2000) afirma:

De 1938-43 houve a preparação global da Fazenda Itajá, de Jalles Machado de Siqueira para o plantio sistematizado de Coffe Arábica L., com tecnologia moderna. Durante esse período as áreas eram paulatinamente abertas e estocadas, sendo dali retirada às madeiras de lei e feita às coívaras. Enquanto isso se providenciava a semente em São Paulo, das variedades de porte alto Bourbon, Nacional e Mundo Novo, de grande valor econômico, indicadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas-IAC, e montado em lugar sombreado um viveiro para a formação de mudas, preparado sobre uma camada de solo solto. Em 1943, à época das águas foram lançadas ao solo as mudas de ouro negro, a rubiácea que constituía fonte de riqueza. (MENEZES et al., 2000, p.38).

Jalles Machado foi também destemido quanto à construção da suntuosa sede da fazenda. Ele próprio fez todo o projeto arquitetônico e estrutural. A casa conta com 49 cômodos, sendo 36 quartos, 6 banheiros, 2 cozinhas, 1 escritório e 1 sala grande. Tinha também uma piscina de 100m².e para realizar a obra trouxe de Uberlândia a família Cirilo. Manoel Cirilo Filho relata em depoimento para Menezes:

Foi na década de 40, papai, mamãe nos trouxe para trabalhar na construção, através de nossos serviços fizemos uma serraria movida à água e também através da água gerava-se energia que abastecia toda fazenda. Construimos a arquitetura da casa toda em madeira, os móveis da fazenda e demais obras que envolvia a carpintaria foi nós que construimos. (MENEZES, 1983, p. 29)

Na fazenda Itajá iniciou as obras para a construção da casa sede, as derrubadas necessárias foram realizadas e aos poucos, a fazenda passou a ter suas delimitações de habitação constituída. Para um completo empreendimento também foi construída uma igreja em frente à sede, uma escola que tinha as aulas ministradas por Dona Isabel, esposa de seu Armando, que era responsável pelo escritório, pelo pagamento dos trabalhadores que ali estavam e pelo campo de aviação pois, Jalles era piloto, conforme Menezes (1983).

Figura nº 04 - Fachada da antiga sede da fazenda Itajá



A autora – Arquivo pessoal - 2014

Figura nº 05 - Pátio interno da sede da fazenda Itajá



A autora – Arquivo pessoal - 2014

Figura nº 06 - Fundos da sede da fazenda Itajá



A autora – Arquivo pessoal - 2014

Figura nº 07- Imagem da piscina da sede da fazenda Itajá



A autora – Arquivo pessoal - 2014

A fazenda além de grande produtora de café também passou a cultivar a cana de açúcar, para a fabricação de pinga e rapadura. Para suprir a demanda de tantos serviços devido aos vultosos empreendimentos, centenas de pessoas trabalhavam e moravam nas terras dessa fazenda, de maneira que foram construídas ali centenas de casas que abrigavam famílias inteiras e, essas famílias acompanharam e participaram de toda a estruturação dessa grande fazenda.

Figura nº 08 - Imagem aérea dos pés de café da Fazenda Itajá



Fazenda Itajá _ Arquivo da família/1957

Anos mais tarde, chegou à Fazenda Itajá um novo administrador para gerenciar os negócios, Otávio Lage de Siqueira, filho de Jalles. Recém-formado em engenharia, Otávio retorna para a região e faz de Goianésia seu lugar de pertença, deixando de lado os sonhos da mãe de ser um engenheiro de carreira e dedicando-se por completo as atividades da fazenda que desde o princípio foi sua grande devoção, de acordo com o depoimento:

Então ele, todas as férias, ele adorava a fazenda, ele era uma paixão com a fazenda muito grande, tanto que ele não queria estudar, minha avó é que obrigou ele a estudar. E aí ele optou pela engenharia por causa do pai, que é engenheiro, aí ele até teria sido mais interessante se tivesse sido engenharia agrônoma, então ele fez engenharia civil, que foi bom, engenharia civil é um curso muito abrangente, então um curso bom. E ele tinha essa paixão, e formou, entregou o diploma pra minha avó e veio aqui pra Goianésia, que era a vontade dele, por ele não teria formado não, não teria estudado, ele teria vindo pra cá trabalhar antes dele ingressar na faculdade a vontade dele era vir pra fazenda. (Entrevista)⁹

Ao chegar à fazenda, Otávio passa a modificar a forma de plantação de café, passando a partir de então a fazer o sistema consorciado, associando arroz entre os pés de café. Essa técnica gerou mais empregos e mais riquezas. Otávio era dotado do mesmo espírito empreendedor do pai, fez muitos investimentos, principalmente o que diz respeito ao uso de novas tecnologias, tornando a fazenda Itajá em 1955 uma imensidão verde com pastagens a perder de vista, conforme mostra a fotografia n.05.

Em pleno vapor na produção da fazenda, um grave período de estiagem ataca a região associado às pragas que surgiram nos cafezais. Muitos cafeicultores se viram obrigados a modificar as técnicas de plantio, e não foram bem-sucedidos diante dessas mudanças. Então, no início da década de 1960, muitos fazendeiros tiveram que erradicar os pés de café de suas propriedades e passaram a se dedicar à plantação de culturas e a pastagem de gado, aproveitando o solo que mesmo diante das pragas continuava com a fertilidade de antes. E assim, surgiram outras culturas como a da cana de açúcar, do feijão e do arroz que foi maior escala, e a criação de gado em pastagem livre.

Nesse interim, as mudanças continuaram acontecendo na fazenda Itajá, Jalles Machado termina seu mandato político de deputado e retorna a fazenda para administrá-la. Em 1956, Otávio Lage se muda para a Fazenda Pedra Preta, que foi denominada posteriormente de Fazenda Vera Cruz.

[...] por volta de 1955, quando ele veio aqui pra Fazenda Pedra Preta, Fazenda Vera Cruz, que era o nome até hoje, ele veio para tomar posse de uma doação de terras

⁹ Entrevista realizada com Otávio Lage de Siqueira Filho, em 06/05/14.

que o pai dele, Jales Machado, fez para os filhos, meu pai veio para cá e o meu avô, Jales Machado, voltou para ser o gerente da Fazenda Itajá e meu pai, Otávio Lage, veio para a fazenda aqui, Vera Cruz, para poder continuar a atividade agrícola que ele tinha. Otávio Lage ficou nessa atividade de 1956 até 1960, quando ele candidatou a prefeito de Goianésia [...] (Entrevista)¹⁰

Os anos se passaram e vários outros proprietários desfrutaram da fertilidade das terras da fazenda Itajá, por meio da cultura do latifúndio. Porém, na década de 1980, começou a surgir um novo cenário nesta fazenda, as terras que produziam em abundância, agora mostraram-se devolutas, voltadas para a especulação financeira¹¹. Com isso, ela passa a ser o foco de interesse para sediar um projeto de reforma agrária.

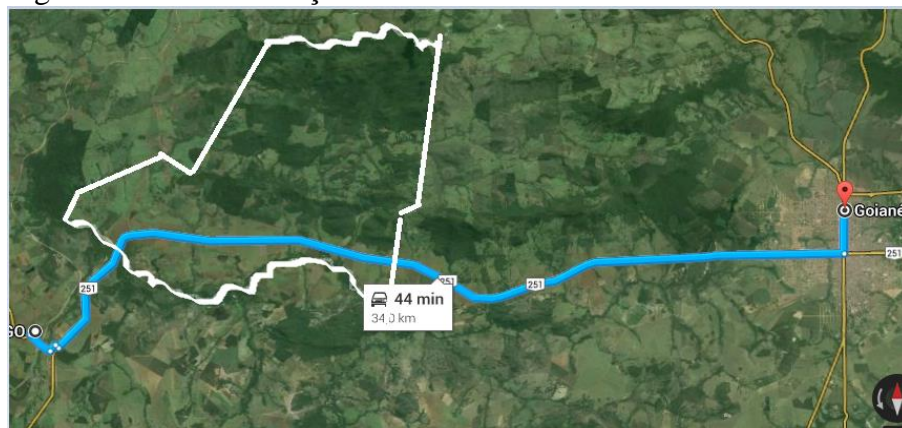
2.3.5 Histórico do Assentamento Presente de Deus

Figura nº. 09 - Acesso ao Assentamento Presente de Deus



A autora - Adaptado google maps 2014

Figura nº 10 – Localização do Assentamento Presente de Deus



A autora - Adaptado google maps 2014

¹⁰ Entrevista realizada com Otávio Lage de Siqueira Filho, em 06/05/14.

¹¹ Informações informais, os motivos que levaram a desapropriação das terras da fazenda Itajá foram mantidos em sigilo, uma vez que foram tramitados por processos judiciais de cunho sigiloso.

O Assentamento Presente de Deus está localizado no município de Goianésia – GO. A via de acesso ao Assentamento partindo da BR 153 trevo da cidade de Ceres é a rodovia estadual 251 com destino à Goianésia, passando pela cidade de Santa Isabel, e depois pelo distrito de Cirilândia, ainda pela GO 251 por um percurso de aproximadamente 10 km já se adentra nas terras do Projeto do Assentamento.

O que pode ser observado ao longo da história das terras da antiga fazenda Itajá é o curioso “destino” que guardava essas terras, desde o desbravamento das suas matas para o plantio dos imensos cafezais, já abarcava a força dos inúmeros trabalhadores rurais que buscavam a sobrevivência nas terras férteis dessa fazenda. E, essas mesmas terras que realizaram o sonho pela sobrevivência de outrora, hoje é novamente cenário de profundas mudanças na história de tantos outros trabalhadores rurais que não se intimidaram diante das forças do latifúndio e lutaram incansavelmente pela ‘terra prometida’ com o intuito de viver na terra e dela tirar o seu sustento.

Foi com esse intuito que em 1997 cerca de 20 famílias chegaram a esse município com o propósito de realizar a ocupação das terras da fazenda Itajá com o apoio e a organização da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) que tem como função coordenar e defender os interesses dos trabalhadores rurais goianos. Em parceria com os sindicatos das regiões de Ceres, Rubiataba, Itapuranga, Goianésia, Rialma foi recrutado aproximadamente 60 trabalhadores rurais com suas respectivas famílias para lutar pela terra.

...em maio de 1998, os presidentes dos sindicato de Rubiata e Goianésia foram fazer um convite pra nois, trabalhado rural, pra faze a ocupação dessa terraconto que precisava vim com toda a famia pra ocupa a terra, a gente veio na carroceria de uma caminhão, nós era 17 famia de Rubiataba, quando conseguimos chegar ao lugar cumbinado já passava das 3 horas da manhã, cumprimentamo os trabalhadores que estava esperando perto da ponte, que já estavam ali desde 1997 , e fomo pra perto da sede, no meio de uma braquiara que só. Quando amanheceu, coitado das muié e das crianças, pois era uma lugar cheio de cobras perigosas, cascavel jaracuçu... era só Deus quem olhava... voltei pra Rubiataba pra colhe a roça que tinha plantado, gastei 7 dias...nesses mei tempo foi dado a ordem de despejo e quando cheguei aqui de novo... o acampamento tava no corredo perto do rio ...fui escalado no mesmo dia para tira guarda e tirar o caixinha que era 5 reais que nois pagava por mês. ai comecei a trabalha...ficamo 8 meses, no pé da ponte. (Entrevista com o senhor ‘Lula’ no dia 09 de maio de 2014)

De acordo com o depoimento a primeira tentativa de ocupação foi realizada nas próprias terras da fazenda Itajá, e com essa iniciativa, sérios entraves legais seriam acarretados, conforme relata o § 7º do art. 6º da Lei 8.629/93 que terra invadida ilegalmente não pode ser destinada a projetos de Reforma Agrária. Pensando nisso, na tentativa de

realizar um acampamento dentro das regularidades, os interessados corrigiram a atitude de invasão de propriedade e se instalaram no corredor que ficava na GO 230, às margens do Rio do Peixe, conforme depoimento: “... ficamos lá no corredor, na margem do rio do peixe, por mais de 8 mês, sofrendo muito, embarracamos na lona preta mesmo, pois não tinha dinheiro pra nada... passava necessidade mesmo... (Entrevista com o senhor ‘Lula’ no dia 09 de maio de 2014).

As condições precárias de sobrevivência, desde a moradia que era feita por lonas pretas e coberta por capim até mesmo a restrição de alimentos, pois aos homens cabiam a tarefa de guardar o acampamento diuturnamente, tornando o trabalho nos arredores inviável e, a forma que usavam para sobreviver eram as economias que restavam, a ajuda de familiares e a cesta que o governo do estado juntamente com o Incra enviava para essas famílias acampadas.

Passado os oito meses no corredor, chega ao conhecimento dos coordenadores desse acampamento o Decreto de 13 de agosto de 1998, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária o imóvel rural denominado “Fazenda Itajá” situado no município de Goianésia, no Estado de Goiás, para que providências necessárias fossem tomadas (ANEXO II). Diante dessa nova realidade, os assentados reocuparam as terras da fazenda, por meio de uma demarcação feita pelos coordenadores do acampamento com a autorização do INCRA. Nesse período, os acampados se uniram em prol do trabalho coletivo, concretizado na produção de hortaliças, arroz e feijão para abastecerem as famílias que estavam ali, longe da sede para que os problemas fossem evitados. Uma vez que houve um forte clima de comoção social entre os membros do MST acampados e a proprietária da fazenda, viúva do senhor Serafim Rodrigues, o último proprietário da fazenda Itajá.

.. temo que entra e resisti pra o que de e vie... foi ai que embarracamos por volta de 2h da manhã. Ficamos vigiando cento e tantas barracas, nois era 8 homens que tirava guarda.. aí a coisa foi preta, foi tiro pra todo lado, pistoleiros mandando fogo, mais ninguém foi atingido não.... ameaçava muito, fizeram um banco perto da represa pra muitos capanga fica assentado e nos vigiano ... foi uma luta muito grande e até que Deus abençoou(o secretário tomou conhecimento e enviou patrulheiros para averiguar a situação) Ai dessa época pra cá parou a perseguição. Mas continuou uma ‘guerra’ entre nois e o gerente da fazenda,tivemos que tira as criação do pasto que tava lá as pressa. (Entrevista com o senhor ‘Lula’ no dia 09 de maio de 2014)

O auto de imissão de posse foi expedido no dia 05 de dezembro de 2000 movido pelo INCRA em desfavor da Fazenda Itajá, (ANEXOIII). Conforme depoimentos dos entrevistados, em 20 de julho de 2001 chegaram mais 72 famílias de Ceres, de Itapuranga e Cirilândia, para reforçar o grupo agregando aos que estavam na luta pela implantação do

projeto de reforma nesta fazenda, pois com mais forças mobilizadas, o governo se apressaria em atender às reivindicações,

...Éramos 72 famílias, de Ceres, Cirilândia e Itapuranga... chegamos no dia 20 de julho de 2001, vim de Ceres, tomei conhecimento por meio de um amigo que teria uma reunião sobre a seleção de famílias que viriam fazer parte dessa mobilização.... a terra já estava saindo e nós tínhamos que ocupar essa terra... combinei com os companheiros pra fazer meu rancho já tinha trazido a lona e a madeira paguei pra eles tira...quando cheguei não tinha nada... era 6h da tarde estava preparando uma chuva que só... (Entrevista com o senhor Adão Martins no dia 09 de maio de 2014)

Em alguns projetos de assentamento a liberação das terras ocorre de uma única vez. Aqui, elas saíram por meio de duas etapas, mas nos autos do INCRA, há apenas um único projeto de assentamento nas terras da antiga fazenda Itajá. Os treze longos anos marcaram as primeiras famílias enlonadas, que a partir de julho de 2010, conforme informação dada pelos parceiros, deliberou que das 150 famílias que estavam acampadas fossem alocadas nas 76 áreas já demarcadas pelo INCRA. E, após 3 meses as 60 famílias que restavam do acampamento no corredor foram assentadas nas terras do projeto, esse fato foi justificado por questões de liberação parcial da área. O intervalo de tempo para que assentassem todas as famílias acampadas nesse assentamento foi considerado pequeno, porém, fomentou o surgimento de duas associações com as nomenclaturas: “Presente de Deus” foi designado 76 famílias e para a “Verde Vida” com 60 famílias. Conforme registro do Ministério de Desenvolvimento Agrário - SIPRA de 16 de julho de 2008.

A Fazenda Itajá, em Goianésia, é uma área remanescente. A maior parte dos seus 4.300 hectares havia sido desapropriada e foi implantado o projeto de assentamento Presente de Deus, com 136 famílias. Contudo, o proprietário conseguiu na Justiça a permanência em parte da fazenda. Desde 1998 o Incra vem tentando reaver a área e completar o assentamento, o que vai ser possível agora. A área restante tem capacidade estimada para entre 16 e 20 famílias, com aproximadamente 1.600 hectares. –

Fica claro que mesmo para a primeira etapa o tempo de acampamento foram dez longos anos, pois desde 1997 já existia famílias agrupadas com a finalidade de luta pela reforma nessas terras. A última etapa de famílias a chegar foi em 2001, nesse mesmo ano, foi aprovada a proposta de destinação para assentamento de agricultores, (ANEXO IV), então imóvel rural de nome Fazenda Itajá S-A, com a área de 4.376,8725 há passou a sediar o Projeto de Assentamento Itajá, partir da portaria do INCRA-SR-04, de 22 de fevereiro de 2001, publicada no D.O.U 47 de 22 de fevereiro de 2001, que previa a criação de 126 unidades agrícolas. No entanto, o nome do assentamento e a quantidade de unidades foram

alterados pelas portarias de 16 de agosto para 2007 onde o projeto passou a ser intitulado Presente de Deus e com 137 unidades agrícolas familiares. Dessa maneira foi criado – as 137 unidades agrícolas familiares (ANEXO V), pois, uma parcela não foi destinada às famílias, mas a construção de uma faculdade de agronomia, conforme ressalta ata da assembleia geral dos assentados em 25 de maio de 2011, (ANEXO VI).

Em 23 de agosto de 2010 ocorreu a seleção das unidades agrícolas e, o método usado para distribuir as unidades foi o sorteio. Realizou-se uma reunião com todos os acampados, o superintendente do INCRA e a comissão de Projetos de Assentamentos Rurais. Na oportunidade, sortearam o número que correspondia a parcela equivalente ao nome do futuro parceleiro que constava em uma lista em ordem alfabética. Em maio de 2011 foi aprovado e homologado a organização espacial, denominado – Plano de Parcelamento do Projeto de Assentamento Presente de Deus (ANEXO VII). Foi assim que os agora intitulados assentados, adquiriram o direito de uso das terras por meio do projeto de reforma agrária, realizado pela via de desapropriação pelo governo federal, sob a formalidade para fins de indenização sob o montante de R\$3.427.719,55 (três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos pagos ao ex - proprietário da fazenda Itajá. (ANEXO VIII).

Desde o período de acampados até o momento em que passaram a ter o direito de uso das respectivas parcelas foi considerado por muitos como um período sofrido, além da demora de 10 anos. Nesse período o total de pessoas que perpassaram por esse acampamento foi grande, estima-se que foi mais de 400 pessoas, muitas delas desistiram pois, as constantes dificuldades encontradas desde a sobrevivência até as diversas formas de violência os obrigaram a tomar outros rumos com direção em busca de outras formas de sobrevivência.

Com a mudança para as parcelas, a partir de 2007, agora conhecidos como parceleiros, passaram a ter uma forma de vida diferente daquela que levavam quando na condição de acampados, onde predominava somente a esperança. Agora, os sonhos podiam se tornar projetos executáveis. Logo de início os assentados construíram pequenos barracões para que pudessem se abrigar e a partir de então investir no trabalho, nas atividades agropastoris, para a sobrevivência. As atividades mais frequentes foram a criação de gado, plantação de arroz, feijão, milho e maracujá

Inicialmente, foram liberados os créditos nas modalidades Fomento R\$2.400,00; e aquisição-material de Construção R\$ 15.000,00. O primeiro crédito teve a finalidade de garantir a segurança alimentar das famílias, ainda em acampamento liberou R\$ 400,00, o restante foi em 2009 para facilitar a produção de alimentos, além do caráter de subsistência,

gerando um excedente produtivo para a comercialização. O segundo crédito veio em 2010 para construir as casas de alvenaria, uma vez que a casa para essas pessoas além de uma forma de materialização das subjetividades, comporta também outros sonhos que ultrapassam as simples paredes de alvenaria. Ela representa para, os assentados, a libertação de uma vida carregada de sofrimentos e da falta de referência no universo social.

Figura nº 11 - antiga e atual casa no Assentamento Presente de Deus



A autora – arquivo pessoal - 2014

Nesse assentamento a aplicação dos recursos foi realizada sob a orientação da Assessoria Técnica do INCRA na escolha e no recebimento de todas as compras realizadas. O pagamento do que foi adquirido foi feito diretamente ao fornecedor (mercados do município, lojas de material de construção e implementos agrícolas)

Programa Petrobrás de preservação da natureza - Consciência Ambiental do Assentamento

Um fator que caracteriza esse assentamento é a consciência ambiental, e esse fato se deve ao “Projeto Cerrado Vivo”, patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Ambiental, que contribui para a proteção e recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal do Assentamento Presente de Deus, no município de Goianésia-

GO, cujas ações estão voltadas à conservação dos recursos hídricos e do solo da comunidade e à proteção de sua fauna e flora.

O Projeto teve suas atividades iniciadas em 2009, em sua primeira fase atendeu 75 famílias e, após dois anos de execução, foi renovado por mais dois anos, desta vez, beneficiando diretamente 136 famílias. Durante a primeira etapa de execução, foi realizado o isolamento dos corpos hídricos do assentamento, incluindo Áreas de Preservação Permanente, nascentes, córregos, Reserva Legal e parte do Rio do Peixe, deixando uma área recuperada de aproximadamente 123,20 hectares. Foi realizado o isolamento total de 19 nascentes, as quais receberam também recomposição das matas ciliares através do plantio de mudas nativas do Cerrado, nas Áreas de Preservação Permanentes (APP's) e Reserva Legal. As mudas foram adquiridas nos quatro viveiros florestais implantados no próprio Assentamento. Para a renovação hídrica, ocorreu o manejo nos recursos hídricos isolados e recuperados, além do isolamento total de 20 outras nascentes, e isolamento de 71,8768 hectares de Área de Reserva Legal.

Figura nº 12 - Reserva Legal



Cerrado Vivo - arquivo do projeto - 2012.

Figura nº 13- Viveiro comunitário - mudas nativas do Cerrado.



Cerrado Vivo - arquivo do projeto - 2012

Além de gerar benefícios ambientais como proteção dos leitos dos córregos e nascentes, o Projeto Cerrado Vivo promoveu geração de renda na comunidade, pois os quatro viveiros foram implantados e geridos por 12 famílias de agricultores que produziram as mudas. O próprio projeto realizou a aquisição das mesmas. O resultado foi a produção de 43.345 mudas. Ainda foi criado um viveiro comunitário, que produziu 50 mil mudas que foram utilizadas nas atividades do próprio assentamento e implantados 15 Sistemas Agroflorestais, de 0,5 hectare cada, com espécies nativas do Cerrado, frutíferas, leguminosas e gramíneas (CERRADO VIVO, 2012)

Foram implantados trinta Sistemas de Captação de Água da Chuva, com capacidade para armazenar 20.450 litros e abastecer 30 parcelas que foram consideradas secas.

Figura nº 14 - Sistema de captação de água da chuva



Cerrado Vivo - arquivo do projeto - 2012

Outra prática permacultural foi a implantação da Tecnologia Social – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), beneficiando 15 famílias no assentamento. Essa prática é considerada de grande importância, pois é dela que muitas famílias tiram seu sustento. Conforme o projeto Cerrado Vivo, essa é uma alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar que pode ser reaplicada por todo produtor que busque melhoria da qualidade da produção de alimentos. Possibilita o cultivo de alimentos mais saudáveis, tanto para a sua subsistência quanto para a comercialização.

É um sistema de horta em forma de anéis (horta em círculo), onde são plantadas várias culturas diferentes. No centro desses anéis há um cercado de tela que é utilizado para a criação de pequenos animais (pato, galinha, etc.) e ao redor da horta pode ser criado um quintal com frutas e outras árvores do interesse de cada agricultor.

O Sistema PAIS é composto por: Área de 0,5 ha; Galinheiro; Mandalas (canteiros circulares); Sistema de Abastecimento de Água; Sistema de Irrigação por gotejamento; Casa para produção de Mudanças; Área para compostagem; Corredor e piquetes de manejo das aves; Quintal Agroecológico.

Figura nº15 - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável



A autora – arquivo pessoal - 2014

Esses projetos foram acompanhados por uma equipe técnica especializada, que promoveu a demarcação das reservas ambientais existentes no assentamento além de oferecer todo o suporte técnico necessário para que usuário da parcela tivesse conhecimento da importância da preservação ambiental por meio de várias atividades de educação ambiental como as oficinas sobre Manejo de Reserva Legal, de Sistemas Agroflorestais, de Sistemas Agrossilvipastoris e Manejo Permacultural, além dos temas de Gestão de Recursos Hídricos e Biomas e sobre Legislação Ambiental, conforme a necessidade da comunidade. (Petrobrás, 2010)

Com o suporte ambiental necessário bem como a demarcação das reservas Legais realizadas em todo o projeto de Assentamento, os parceleiros estão na expectativa da liberação de um crédito pelo PRONAF, pois ainda não foram contemplados com nenhum auxílio creditício para investir nas atividades do assentamento, uma vez que as demarcações das reservas ambientais ainda não tinham sido finalizadas. (Petrobrás, 2010)

3- PERFIL DOS ASSENTADOS PRESENTE DE DEUS

3.1 Considerações metodológicas

Para conhecer o perfil dos assentados do Presente de Deus foi aplicado um questionário, conforme o APÊNDICE 01. Esse questionário contou com quarenta e oito questões que objetivaram traçar não somente o perfil econômico, mas também o social antes e depois de estarem na condição de assentados. Para a aplicação foi marcado reuniões no Núcleo e visitas domiciliares, com o intuito de colher o maior número de informações para dar créditos à esta pesquisa. Já era sabido que as terras desse assentamento foram registradas em nome do cônjuge feminino, devido a esse fato a participação das mulheres foi maciça, dos vinte e seis entrevistados, apenas cinco eram do sexo masculino. O critério para a escolha dos assentados foi conforme a frequência na reunião feita pela presidente da Associação, Sumaia. A data já tinha sido previamente agendada, e isto favoreceu a participação. Para a coleta das histórias de vida, foram realizadas várias entrevistas domiciliares, e o papel da fidelidade de ouvir as experiências foi assumido com responsabilidade para que posteriormente pudesse transcrevê-las com imparcialidade. A boa receptividade dos assentados marcou os diálogos que permearam as visitas, além de contar com o entusiasmo da grande maioria dos assentados.

As respostas aos questionários foram tabuladas e a seguir apresentamos os dados sintetizados, para possibilitar a construção da identidade desse Assentamento.

3.2 Dados do questionário aplicado

- Identificação do Projeto de Assentamento: Presente de Deus;
- Data de início: setembro/2007 (oficial);
- Nº de famílias: 136;
- Área total do assentamento: 4.376,8625 ha;
- Área dos lotes: 23 ha;
- Domínio: INCRA;
- Distância da sede do município de Goianésia: 18km;
- Principais culturas plantadas: pastagens, milho, feijão, cana, mandioca e banana;

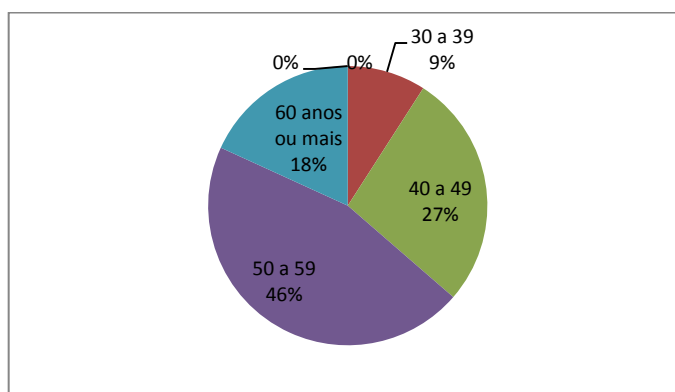
- Principais criações: rebanho bovino leiteiro;
- Atividades artesanais: Grupo de Mulheres (10 assentadas), Produção de panos de pratos, bordados e crochê; aproveitamento alimentar fitoterápico dos frutos do cerrado;
- Instituições parceiras no assentamento: Governo Federal pelo programa PRONATEC, EMATER, INCRA, SENAR e a Petrobrás.
- Organizações existentes – Associação dos Moradores do Presente de Deus conta com 76 famílias e a Associação “Verde Vida”, 60 famílias. Todas têm o objetivo de apoiar a produção agropecuária do pequeno produtor assentado, e tentar resolver os problemas de ordem comum que surgem no assentamento.
- Centro de vivência: sede – local de encontro dos jovens e toda comunidade para atividades sociais – construído pelo projeto Cerrado Vivo da Petrobrás.
- Infraestrutura disponível: estradas internas, habitação: casas de madeira e alvenaria;

3.3 Perfil dos assentados, funções desempenhadas e meios de locomoção

A ocupação que as famílias exerciam imediatamente antes de vir para o assentamento era o trabalho rural, cerca de 60% da população desse assentamento exerciam atividades em trabalho permanente, temporário ou eram arrendatários e parceiros. A atividade que despontou foi a de cortador de cana. Já entre as famílias que tinham trabalhado em atividades urbanas, somavam 30% do total, e a que sobressaiu foi a de servente e pedreiro, e cerca de 10% eram pequenos comerciantes especificamente em feiras livres.

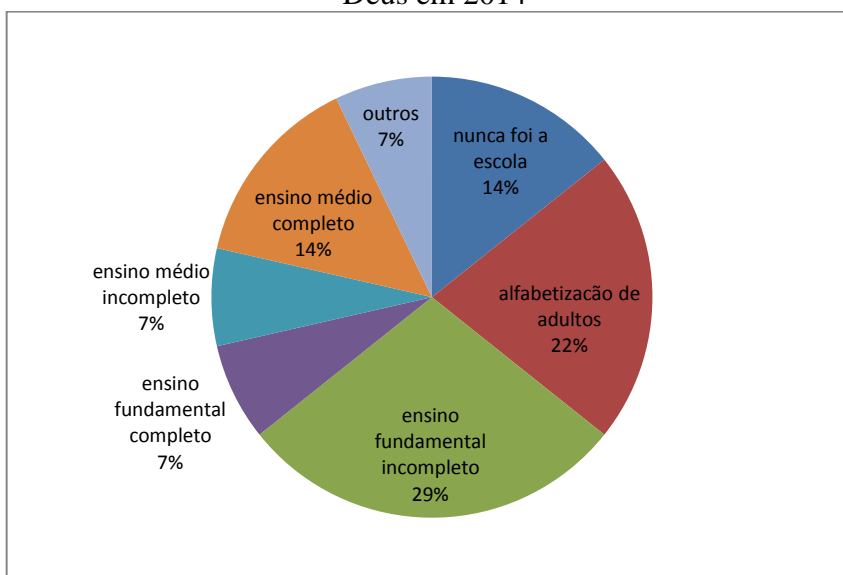
Às esposas cabe a responsabilidade legal dos lotes 100%, porém, quanto à administração, é feita notadamente pelo gerenciamento dos homens. Quando se trata da idade desses administradores, 36% têm menos de 50 anos, e 64% têm mais de 50 anos, no quesito escolaridade, 65% não conseguiram finalizar o ensino fundamental, fator esse que merece especial atenção uma vez que a educação é vista como fator essencial para esses assentados, dessa maneira, os dados apontam para o grande desafio que necessita ser superado, o aumento da escolaridade dos assentados, por meio de medidas promovidas pelo estado e pelo município.

Gráfico 03. Média de idade do administrador da parcela no Assentamento Presente de Deus em 2014.



A autora, respostas ao questionário aplicado, 2014

Gráfico 04 - Grau de escolaridade do administrador da parcela no Assentamento Presente de Deus em 2014



A autora, respostas ao questionário aplicado, 2014

Quando se menciona a distância do Assentamento Presente de Deus em relação às zonas urbanas, ressalta-se que para o deslocamento de uma família assentada para o município mais próximo, no caso Goianésia, leva-se em média 30 minutos. Hoje, 90% dos assentados consideram as estradas principais e secundárias do Assentamento de fácil acesso, mesmo em tempo de chuva, uma vez que o assentamento é cortado pela GO 230 no sentido Goianésia a Rianópolis, cuja pavimentação está em vias de finalização. Um ônibus coletivo municipal passa pelo assentamento uma vez por semana e faz o transporte dos assentados até a cidade para realizarem as mais variadas atividades desde a compras para suprir as necessidades da casa até ao pagamento de contas.

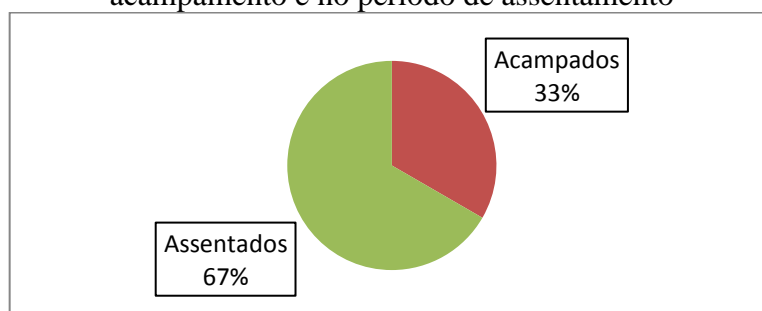
3.4 Educação e saúde

Apesar do fato de não existir escola no assentamento, a importância da educação para esses assentados é reconhecida, uma vez que todas as crianças e jovens em idade escolar estão regularmente matriculados nas escolas das cidades de Goianésia, Santa Isabel ou do distrito de Cirilândia. Os jovens que concluíram o ensino médio, estão empenhados nos cursos superiores e usam o transporte escolar que são oferecidos gratuitamente pelas respectivas prefeituras.

É possível identificar, uma certa mudança de mentalidade, no que se refere a "preparar" os filhos para o trabalho no mundo camponês e preparar os filhos para "o futuro" e isto vai de encontro com o pensamento de Bradão (1999) que enfatiza que “alguns assentados acreditam que a educação escolar é uma herança para o futuro, o que antes poderia significar possuir apenas o domínio de trabalho (rural) ou mesmo o acesso a uma propriedade”. A educação escolar tende a se resumir como um elemento da herança "permitida" pelos pais aos filhos.

No início, quando acampados, era oferecido a eles o Programa Educação para Jovens e Adultos (EJA), como instrumento para combater o analfabetismo, porém, atualmente esse programa não está sendo realizado. No que diz respeito a cursos de formação técnica agropastoril, destacam-se os de inseminação, artesanato, entre outros, oferecidos pelo projeto Cerrado Vivo e pela EMATER. É visível a disposição dos assentados quanto ao esforço em se aperfeiçoar, cerca de 70% se dispõem em participam efetivamente dos treinamentos oferecidos. Porém, em diferentes cursos que exigem habilidades educacionais não tão primárias, muitos não podem participar, pois não dominam principalmente as operações básicas de matemática.

Gráfico 05. Formação técnica dos assentados do Presente de Deus – no período de acampamento e no período de assentamento



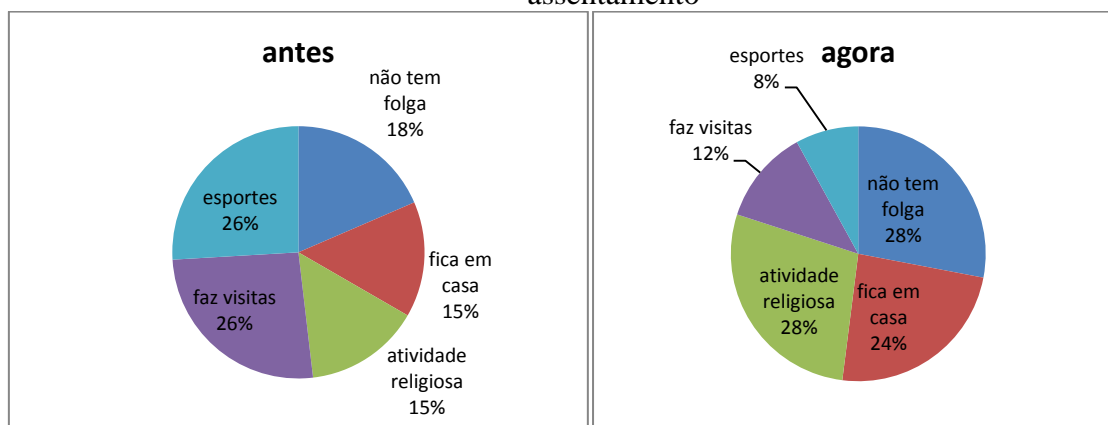
A autora, respostas ao questionário aplicado, 2014

No que se refere à saúde existem dois agentes de saúde do Programa Saúde da Família do Governo Federal, que atuam com medidas preventivas e acompanhando o cotidiano das famílias. O médico clínico geral visita o assentamento a cada 15 dias e atende principalmente casos de hipertensão e de diabetes. No caso de emergências os assentados procuram a cidade de Goianésia.

3.5 Convívio social

Quanto ao aspecto social, os encontros giram em torno das festas religiosas, como as missas, folias e cultos. No assentamento, a convivência foi construída no período de acampamento, conforme os dados coletados, cerca de 67% ainda não se conheciam. Os espaços para os encontros mais comuns no assentamento são o Núcleo (construído pelo projeto Cerrado Vivo), a sede (antiga sede da fazenda), as igrejas (católica e evangélica).

Gráfico 06. Participação dos assentados em atividades sociais – antes e depois – do assentamento



A autora, respostas ao questionário aplicado, 2014.

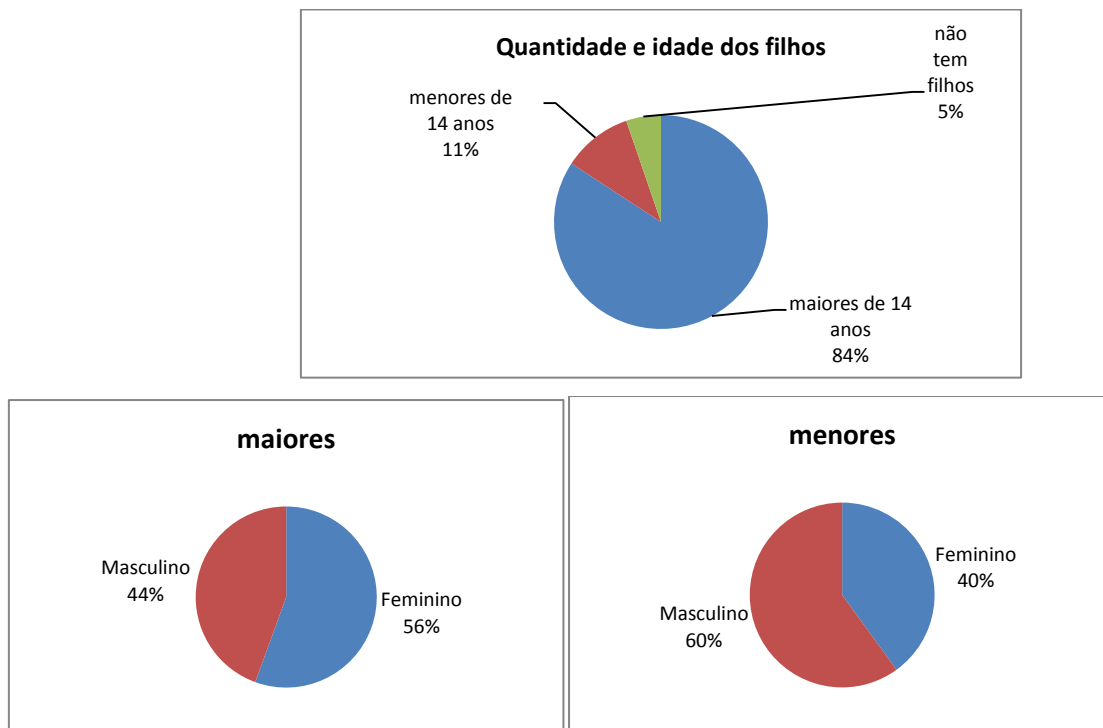
Dentre os entrevistados 72% afirmaram que agora, não tem nenhuma atividade de lazer no assentamento, antes jogavam futebol, faziam caminhadas e que agora não tem tempo e nem espaços específicos para desempenhar as atividades de lazer. Fator que causa preocupação é o baixo percentual nas atividades esportivas desempenhadas depois de assentados, pois, o esporte para os jovens é extremamente atrativo e, para os idosos, é essencial para manter uma boa saúde. Quanto à religião é visível o crescimento participativo,

esse fato é justificável tanto pela atuação dos representantes religiosos quanto ao sentimento de gratidão a Deus

3.6 Perfil familiar

O perfil familiar observado nesse assentamento é representado, em sua grande maioria, por famílias com filhos cerca de 95%, e a média do número de filhos é de três por família, sendo que 84% dos filhos são maiores de 14 anos e, os que pertencem à essa faixa etária, 56% são mulheres. Porém, esse panorama será modificado tendo em vista que na categoria dos menores de 14 anos ocorre o aumento do percentual do gênero masculino.

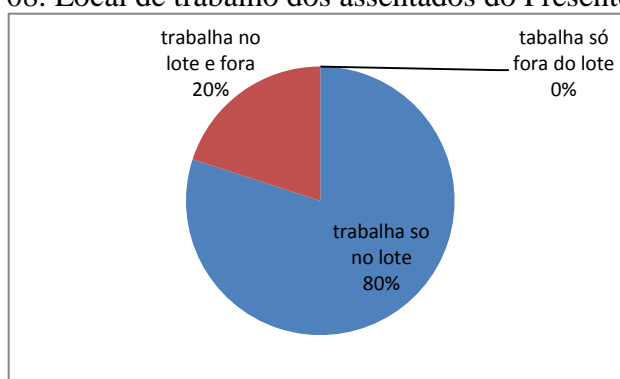
Gráfico 07. Média da quantidade e da idade dos filhos dos assentados do Presente de Deus



A autora, respostas ao questionário aplicado, 2014.

Levando em conta a população acima de 14 anos que reside no assentamento, 80% trabalham somente no lote e os outros 20% trabalham no lote porém a renda é completada com trabalho esporádico externo (como trabalhador eventual, temporário ou permanente).

Gráfico 08. Local de trabalho dos assentados do Presente de Deus



A autora, respostas ao questionário aplicado, 2014.

3.7 Atividades econômicas e infraestrutura

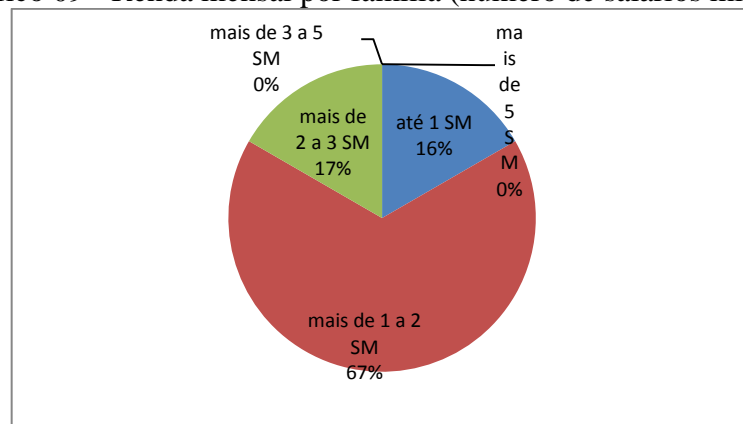
Foi observado que 90% das atividades agropecuárias existentes no assentamento referem-se à pecuária leiteira. Conforme informações coletadas, a produção total de leite é destinada à venda para a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Assentamento Nova Aurora –(COOPAFANA), situada no município de Santa Isabel GO. Mesmo não contando com o tanque de resfriamento para a coleta de leite e tampouco ordenhas mecânicas, o retiro do leite é feito manualmente e o transporte é feito diariamente por ‘leiteiros’ que coletam a produção do Assentamento Presente de Deus. Para a alimentação do gado a pastagem livre é principal forma.

Em 90% dos lotes os investimentos em instalações, estão acontecendo agora, sendo que as cercas foram finalizadas, porém a energia elétrica está em caráter experimental, foi ligado em junho de 2014, em apenas 40 parcelas, as demais estão em processo de implantação. Esse fator representa um sério entrave para o desenvolvimento das atividades cotidianas desde as mais simples, como o lavar as roupas, até as mais complexas como o da fabricação de silagem, para alimentar o rebanho. Mesmo diante dessa problemática, os assentados se esforçam em usar geradores para realizar as atividades que necessitam de energia elétrica. A construção da rede ficou sob a responsabilidade do governo federal por meio do programa “Luz Para Todos,” sob a administração CELG, sem custos para os parceiros. Quando se refere a créditos de instalação, infraestrutura, investimentos e custeio no Assentamento Presente de Deus percebe-se que ainda não foram contemplados, nem para o projeto de estruturação inicial que é comum aos assentamentos.

Quanto à renda total dos parceiros, mais de 67% das famílias recebem até dois salários mínimos mensais, resultado das vendas do que é produzido nas parcelas (hortaliças,

rapaduras, polvilho, quitandas) em feiras nas cidades de Goianésia, Santa Isabel e no distrito de Cirilândia. Há de se considerar que a renda seja maior porque é preciso contabilizar a produção para autoconsumo da família, como o de carnes(bovina, suína, aves, peixes), cereais(arroz, feijão, milho e café) ovos, leite, verduras, legumes, frutas e outros. Foi notado por meio da pesquisa realizada que a renda obtida inclui uma composição em que se somam salários, remessas diversas, aposentadorias, serviços prestados e outras rendas, no caso da unidade familiar

Gráfico 09 - Renda mensal por família (número de salários mínimo)

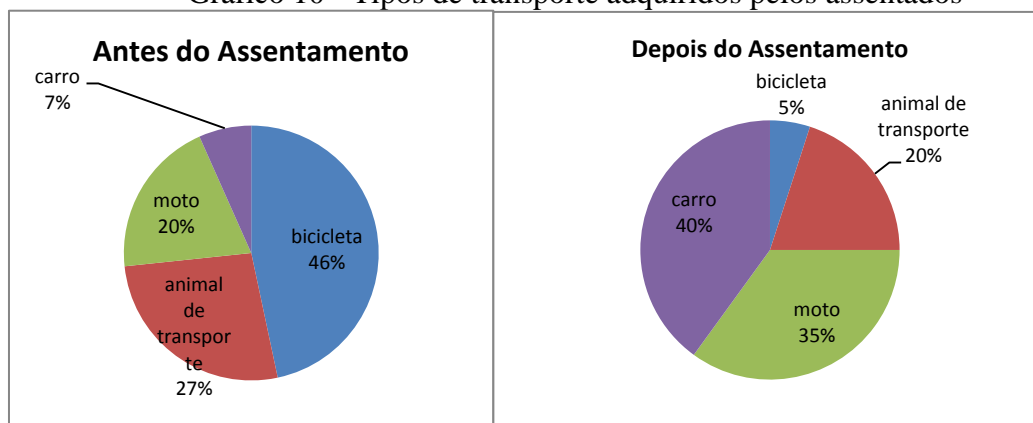


A autora, respostas ao questionário aplicado, 2014.

3.8 Cultura material

Quanto à cultura material dos parceiros, foi observado que não houve uma mudança significativa, os que possuíam eletrodomésticos, os mantiveram para que no futuro após a instalação da rede elétrica pudessem utilizá-los, e os que não tinham ainda continuam no mesmo patamar. Porém, foi notado que quanto aos meios de transporte o destaque é para a aquisição de carros e motocicletas, adquiridos após o assentamento. A aquisição desses bens é celebrada, pois seria impossível comprá-los antes de serem assentados devido a baixa renda familiar, quanto aos meios de transportes o destaque no assentamento é para aquisição de automóveis, cerca de 30% das famílias assentadas adquiriram veículos após a condição de assentados.

Gráfico 10 - Tipos de transporte adquiridos pelos assentados



A autora, respostas ao questionário aplicado, 2014.

Tabela nº 02-Percepção dos assentados sobre suas condições de vida(moradia, Alimentação, saúde, educação, poder de compra, segurança física, lazer e futuro da família) e melhorias para a região de Goianésia – GO.

Condições de Vida	%	Melhoria na região de Goianésia - GO	%
vida melhorou	90%	aumentou a produção	97%
moradia melhorou	100%	melhorou a infraestrutura	73%
alimentação melhorou	90%	melhorou o movimento do comércio	97%
saúde melhorou	53%	aumentou a oportunidade de trabalho	77%
acesso à educação	70%	não trouxe financiamentos	80%
aumentou poder de compra	77%	diminuiu a violência e os conflitos por terra	53%
aumentou segurança física	87%	aumentou a arrecadação de impostos	90%
diminuiu ao acesso ao lazer	48%	trouxe liberdade	97%
melhores perspectivas de futuro da família	93%	não trouxe melhorias	0%

A autora, arquivo pessoal, 2014

Ao lançarmos o olhar para os resultados da tabela anterior, chama-nos a atenção a melhora significativa que obtiveram quanto a moradia, alimentação e boas perspectivas para o futuro da família, no entanto, nos leva à preocupação, o quesito saúde, pois é um percentual ainda alto de assentados que consideram que a saúde não melhorou. Fato que pode ser atribuído pela faixa etária, uma população mais velha conforme gráfico 03, e a insignificante prática das atividades esportivas, conforme gráfico 06.

3.9 Expectativas dos assentados.

A estreita relação que esses assentados têm com a terra é um misto do que trazem na memória da infância e da juventude com a experiência sofrida de pertencer a classe dos que ficam à margem da sociedade. Por essa maneira, são reprodutores de várias formas da relação entre natureza, terra e trabalho, ou seja, são herdeiros de uma cultura trabalhista precária, dividida e totalmente dependente da administração de outrem, uma vez que trazem as marcas da submissão e da exploração. As experiências de trabalho e vida foram determinadas para atender as necessidades do hoje, como forma de luta constante pela sobrevivência.

A propósito, foi a partir desta observação que foi permitido traçar as expectativas dos assentados em relação ao assentamento. Para eles o assentamento é um lugar para se fixarem, onde as famílias podem encontrar condições para superar as dificuldades de integração social, principalmente no que se refere à alimentação e a moradia. É um lugar para unir os membros da família e construir raízes fundamentadas em uma qualidade de vida que lhes assegurem os direitos básicos à educação e saúde. Aqui, foi destacado a preocupação com educação e a saúde como fundamentais, principalmente na fala de algumas mulheres, geralmente das mães, por estarem diretamente ligadas com a reponsabilidade pela educação dos filhos e tem a consciência de que é pela educação que os filhos poderão construir um futuro melhor. Quanto à preocupação com a saúde, vale ressaltar que a maioria dos assentados já se encontram na faixa etária acima dos 50 anos de idade, e, esse fato provoca já o desgaste do corpo humano, necessitando de cuidados médicos com mais frequência.

No início, “o assentamento era visto como um lugar onde se trabalhava e se produzia” esse discurso esteve presente, em quase todos os depoimentos, até mesmo nos das mulheres. Esse fato chamou nossa atenção pela diversidade de projetos que eram realizados, desde as atividades agropecuárias, como as lavouras comunitárias de arroz e de maracujá, as agroindustriais, as artesanais e as de comercialização. Nesse período, as expectativas relacionadas a forma de organizar a vida estava voltado para a coletividade, contribuindo para o desenvolvimento e a solidificação dos valores em comunidade. E é com um forte sentimento de pertença a essas terras, que traz à tona o que deve ser valorizado e ao que deve ser mudado na organização da vida em comunidade. Nesse contexto, a liberdade é a maior riqueza conquistada, e, riqueza aqui, é pensada não como capacidade do poder do consumo, mas como oportunidades que possibilitam o aprendizado, a ter o convívio com os vizinhos e a família. APÊNDICE 02 “(...) a maior riqueza pra mim é ver que os meus companheiros

estão todos bem, não só a minha família ... é poder ter condições de pensar no amanhã, sem ficar angustiada. (José 'Bocão' Entrevista realizada em março de 2014)

As expectativas quanto ao meio ambiente estão aliadas ao reviver uma antiga relação de respeito com a terra. Quanto a incorporação das orientações recebidas dos executores do projeto Cerrado Vivo, reafirma-se aqui a importância desse projeto para esse assentamento, que alia a consciência ambiental com os propósitos do INCRA de desenvolver uma “produção familiar limpa” no campo e de consolidar um posicionamento crítico em relação à monocultura extensiva e intensiva. Com base nas observações e nas informações obtidas é possível afirmar que, entrelaçados a uma consciência estruturada pela importância da preservação ambiental, existe também uma preocupação com a recuperação do solo e das águas como condição fundamental para produzir e com isso a família será mantida em segurança.

Contrapondo as boas expectativas mencionadas houve depoimentos reveladores quanto à existência de expectativas pessimistas e negativistas. Essas expectativas estão voltadas para um patamar que manifesta o individualismo e evidencia que alguns assentados preferem se isolar ou colocarem as propostas coletivistas para o segundo plano, devido a algumas experiências que não obtiveram tanto êxito. A frustração e o negativismo ficam estampados quando é mencionada a forma do coletivismo.

Outra expressão de descrença é em relação às políticas públicas voltadas para atender os assentamentos como a liberação de créditos para a agricultura. Foi ressaltado que eles ficaram esquecidos, esse sentimento de amnésia por parte de alguns assentados não poderia passar despercebido, apesar das alegrias e tristezas; fadigas e labutas e todo mais que o cotidiano vem a oferecer, nada se assemelha a um fardo doloroso a ser carregado senão a realidade de estar esquecido. Esquecidos pelas autoridades políticas e civis que regem seus municípios. Esquecidos pelos próprios sindicatos, que os abandonam à mercê do tempo e do destino. Enfim, esquecidos pela própria sorte.

É grande a diversidade das expectativas entre os assentados do Presente de Deus. E, essa situação direciona para o enfrentamento dos desafios para convergir esta diversidade para o sentido de construir um projeto econômico-social essencialmente coletivo que seja possível pensar em um assentamento sem negar as raízes e, ao mesmo tempo voltados para a cooperação. Não é ilusório pensar esse grande desafio, o enfrentamento da cultura dopatrão, herdada pelo assalariamento e da vivência das tradicionais formas de relação de trabalho no campo focada na pequena produção familiar e, ao mesmo tempo, construir relações sociais

que estejam voltados para o resgate do princípio educativo do trabalho, agora, pelo viés do cooperativismo e do auto gestor.

Levando em consideração a qualidade de vida nos assentamentos, Bittencourt, Castilho, Bianchini e Silva (1999) enfatizam que é visível a precariedade que é percebida pela grande maioria dos assentados como tendo melhorado em relação à que usufruíam anteriormente. Pode-se fazer a suposição de que o patamar anterior de qualidade de vida era muito baixo; era o patamar em que se encontrava e em que ainda hoje se encontra a maioria dos brasileiros pobres que habitam o ambiente agrário. Leite (1998) já havia feito essa observação sobre os assentamentos, enfatizando que embora a própria constituição do assentamento se apresente como uma estratégia de inserção social das dificuldades, o assentamento é uma alternativa consistente.

Cabe aqui, ressaltar a falta de uma política efetiva de créditos para os assentados pela reforma agrária. Embora exista, seu alcance é ainda bastante restrito. Além das grandes dificuldades de acesso aos mesmos, pode-se constatar que os recursos disponibilizados pelo governo ainda são extremamente limitados e concentrados em algumas regiões conforme Oliveira (1996) ressalta. Essa realidade vem a comprovar as informações obtidas ao longo da coleta de dados e que veio confirmar a identificação de graves problemas sociais que ainda persistem, corroborando dessa opinião Bergamasco & Norder (1996) sintetizam que a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial).

4-SUGESTÕES PARA A CONQUISTA DA AUTONOMIA DOS ASSENTADOS E A PROMOÇÃO DO SEU DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A conquista da autonomia para os assentados assume o significado de negação em relação à condição de vida que levavam antes do assentamento, ou seja, a autonomia agora é uma forma de contraposição à exploração da força de trabalho e às relações de subserviência e total dependência, centralizadas na obediência às ordens do patrão, na apropriação do trabalho, no colocar-se ao dispor do patrão, enfim, permitir-se ficar nas condições de vida precárias, chegando até mesmo a ficar em um estado de alienação que nada mais é, do que a negação do sujeito diante do seu trabalho. Baseado por esse contexto pode-se afirmar que a autonomia é, portanto, a negação da exploração (e, conseqüentemente, da alienação), quando o assentado conquista o domínio sobre o seu trabalho. Assim, o assentado passou a ser o sujeito que ultrapassou a condição servil anterior de assalariado ao conquistar a terra. Por esse viés, Wolf (1976, p. 33) já havia afirmado que:

...com seu controle da terra e a capacidade de cultivá-la, o camponês conserva tanto sua autonomia como sua capacidade de sobreviver, enquanto outros, continua na dependência sutil da sociedade, têm essa sobrevivência bastante dificultada...

A transferência da condição de trabalhador assalariado para a condição de assentado implicou em uma ressignificação na vida desses assentados. A conquista da terra, os colocou da condição de acampados a de sujeitos com capacidades de produzir para sua própria existência nas mais variadas áreas. O assentamento passou a ser o ambiente onde as múltiplas faces da construção desse novo sujeito se interagem, não só no assentamento; mas, também, externamente, com a comunidade local, como Leite, Medeiros et al (2004, p. 257) enfatiza:

A passagem para a condição de “assentado” dá um novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz conseqüências não somente para suas vidas, mas para a região onde está inserido.

Essa nova condição apresenta dois aspectos importantes que foram observados ao longo da pesquisa, são: o domínio sobre o trabalho e o tempo, uma vez que os assentados passam a ser gestores da parcela bem como administradores e produtores do próprio tempo. E, a construção da responsabilidade pela atividade produtiva. Aqui, a autonomia assume uma ressignificação muito especial, quando é “trabalhar para si mesmo, por conta própria”. É plantar e colher produtos que pertencem a você e a sua família, deixando de ser propriedade

do patrão. Por esse viés, a autonomia é a negação do trabalho para outros; é também ter o poder para decidir sobre o seu tempo de trabalho, inclusive o tempo para o descanso; é ter o direito ir ao quintal e colher uma fruta, um legume, para comer, sem pedir autorização para alguém. É, enfim, poder se permitir a uma vida digna.

Para os assentados, a autonomia é vista como um processo que está em constante construção, marcada pelos sentimentos de pertença e de exclusão, cuja iniciativa foi dada por meio da conquista da terra. Esta conquista foi fundamental, pois, permitiu o acesso dos trabalhadores ao ‘próprio’ trabalho de maneira que proporcionasse uma realização interior. As atividades realizadas com a terra, o compromisso que passaram a ter no planejamento das atividades de produção e venda, e a valorização das relações do Estado, são reflexos desse processo de construção. A conquista da terra fez com que permitisse a abertura para uma gama de oportunidades. Por esse pressuposto Sen (2000, p. 54) ressalta que: “A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros”

Wanderley citou Medras para enfatizar que a autonomia dos assentados teve início com a conquista da terra, uma vez que é um anseio que permeou a evolução histórica da sociedade brasileira no meio rural, marcada por relações de subserviência, e que pode ser resumida pela seguinte frase: “Toda história agrária pode ser analisada como uma luta dos camponeses pela posse total da terra, libertando-se dos direitos senhoriais e das servidões coletivas.” (1999, p 105)

4.1 Condições para o sucesso

4.1.1 Quadro natural propício

Para construir o leque de sugestões para que o assentamento Presente de Deus alcance de fato sua autonomia, a princípio, será feita uma análise sobre os pontos que foram considerados favoráveis e os que funcionam como entrave para o sucesso, para com isso balizar, e oferecer algumas sugestões por meio de exemplos de outros assentamentos que alcançaram a autonomia, uma vez que se propuseram à prática dessas atividades/postura que aqui serão consideradas e refletidas.

Para isso, um estudo realizado pelo INCRA/FAO (1998) será tomado como suporte, uma vez que ele aponta uma série de fatores determinantes para que um assentamento seja bem sucedido e, dentre eles estão: o quadro natural, a origem e forma de ocupação, o sistema de produção, a organização produtiva, o crédito rural, a assistência técnica e a organização política. No caso do quadro natural (que reflete uma das principais externalidades da agricultura) as características das áreas destinadas ao assentamento (levando em consideração a qualidade físico-química do solo, a disponibilidade de água, à frequência das chuvas e o relevo) contribuem expressivamente para potencializar esse projeto (ANEXO VIII) pois quando ocorre o contrário,

[...] da qualidade do quadro natural dentro de um assentamento, algumas vezes procura-se compensar os que receberam solos mais fracos pela destinação de lotes maiores. A observação é que esse tipo de compensação não surte os efeitos desejados. (INCRA/FAO, 1998, p. 16).

4.1.2 Localização privilegiada

Outro fator que aqui assume um grande destaque diz respeito à influência do contexto socioeconômico no entorno desse projeto. A proximidade com municípios e mercados locais pode impulsionar o desenvolvimento das atividades internas do assentamento, devido a existência de mercado consumidor próximo. Como esse projeto está localizado entre as cidades de Santa Isabel e de Goianésia, e tem por via de acesso a GO 251, a pavimentação dessa rodovia está sendo finalizada agora, em 2014. Este fator, além de facilitar a transitividade entre a região e, principalmente entre as cidades circunvizinhas ao assentamento, tonará as atividades agropecuárias mais dinâmicas e integradas, uma vez que estão propensos a se desenvolver de forma mais eficaz, com maior qualidade de vida. De acordo com INCRA/FAO(1998), além desses princípios existem outros fatores relevantes e que também corroboram para o sucesso de um assentamento tais como o acesso a infraestrutura básica (água, energia elétrica e boas estradas), os sistemas de produção (ou seja, aqueles onde há melhor inter-relação com a tecnologia e com a mão-de-obra empregada) e o nível de organização dos agricultores.

Na tentativa de se construir uma análise sobre a autonomia desse assentamento, é salutar que se leve em consideração que é um projeto com pouco tempo de implantação, e

como tal, medidas previstas no PDA¹², ainda precisam ser aplicadas, porém, o que ficou evidenciado que mesmo tendo um localidade propícia, com terras férteis, mananciais de águas preservados, reservas demarcadas, estradas em bom estado de conservação, moradia digna, ainda tem muito a que ser estruturado nesse assentamento.

4.2 Entraves observados no assentamento e sugestões para superá-los

4.2.1 Dificuldades com o acesso ao crédito e a pouca assistência técnica

Duas variáveis abordadas que provocam impactos significativos sobre o desenvolvimento desse assentamento e que merecem ser vistas com maior atenção são: o acesso ao crédito e a assistência técnica. Em relação ao crédito, sua efetivação é fundamental uma vez que se constitui em um significativo estimulante e é capaz de determinar o diferencial para o desenvolvimento desse projeto de assentamento. Essa afirmação é possível graças à diferenciação presente entre os assentamentos analisados pelo INCRA/FAO (1998), onde aqueles com maior acesso a recursos provenientes do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), unido a outros tipos de concessão de crédito, obtiveram desenvolvimento expressivo ao serem comparados àqueles que não o tiveram.

Sugestão: Aos presidentes das associações cabe a tarefa e recorrer aos órgãos competentes, inteirando-se e tomando conhecimento sobre as linhas creditícias que são destinadas aos projetos de reforma agrária, repassando as informações e estimulando a inserção a essas propostas. E, aos assentados, agilizar a documentação necessária para a inserção aos créditos, bem como participar de todas as etapas dos projetos. Uma vez que se trata de melhorias para toda uma comunidade assentada.

Quanto à assistência técnica o documento do INCRA/FAO (1998) deixa claro que a mesma só produz resultados eficientes quando é realizada de maneira articulada, ou seja, quando os técnicos das diversas instituições parceiras Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, (EMATER,) Governo Federal, Estadual e Municipal, SENAR e a Petrobrás trabalham de maneira a atender as necessidades do assentamento, uma vez que:

¹²É o instrumento de planejamento dos PAs voltado para o desenvolvimento sustentável, seguindo as dimensões econômicas, culturais, sociais e ambientais. (BRASIL, 2008). O PDA tem como meta descrever as dimensões do Assentamento, prevendo a organização espacial das áreas individuais e coletivas, mapeamento de tipos de solo, definições de possíveis sistemas de produção, reserva legal, áreas de preservação permanente, indicando uma proposta de desenvolvimento que siga uma linha sustentável.

[...] foi possível constatar que a assistência técnica é mais intensiva nos projetos com maior desenvolvimento enquanto que nos projetos menos desenvolvidos observou-se uma maior ausência, ficando na maioria das vezes no papel de elaborar projetos de crédito sem nenhum envolvimento com os assentados [...] (INCRA/FAO, 1998, p. 40).

Sugestão: Acompanhar assiduamente para que as forças governamentais de todas as esferas, que se ocupam em conduzir a execução do projeto, após a implementação, não o abandonem, mas oferecer condições para que ele se estruture, por meio de uma assistência técnica acompanhada efetivamente para que o sucesso do projeto seja garantido. Ressalta-se aqui o projeto Cerrado Vivo sob a coordenação da Petrobrás que obteve resultados significativos, principalmente na área da ambiental, pois foi acompanhado efetivamente.

Segundo Sparovek (2003), para que um programa de Reforma Agrária alcance a autonomia, de acordo com experiências bem sucedidas, ele deve estar vinculado com a liberação de créditos específicos, campanhas de conscientização, cursos de capacitação gerencial, fortalecimento da assistência técnica e social nos assentamentos, priorização das parcerias locais, e o cooperativismo são ações que podem impulsionar o projeto. Uma vez que essas ações fomentam a essência dos Projetos de Assentamentos que é o estímulo para a produção de alimentos, sendo este fator primordial para assegurar a segurança alimentar não só do próprio assentamento, como também das regiões do entorno do assentamento.

4.2.2 Gerenciamento individual

A princípio, essa tendência pode ser atraente, por que oferece uma simplificação no sistema de produção e na forma de comercialização no seu aspecto gerencial e logístico. Cada um tem a autonomia para administrar seu negócio a seu modo e optar pelos mecanismos de comercializar e decidir sobre a própria produção à maneira que considerem mais vantajosas no momento.

A articulação e a organização social nesse projeto de assentamento, têm se mostrado de forma negligenciada no que diz respeito a ações coletivas por meio do sistema de cooperativas e de apoio à produção. Fator esse que foi de extrema relevância quando na condição de acampados, conforme depoimentos dos assentados. Essa inoperância do cooperativismo tem refletido no pequeno número de parcerias externas que visem o apoio à produção ou a comercialização, e na ausência de projetos destinados à produção coletiva.

Uma vez que, de maneira geral, os assentados preferem administrar seus lotes individualmente, não priorizando ações coletivas no que diz respeito à produção e a não participação de organizações de cunho coletivo para a comercialização de sua produção, o que poderia representar um aumento na economia e, conseqüentemente, teriam mais oportunidades para competir com as produções maiores.

Sugestão: oportunizar um sistema de ações coletivas pois podem propiciar um crescimento estruturado e conquistar investimentos maiores como a industrialização local, fontes de financiamento que são destinadas exclusivamente a ações coletivas e o maior poder de negociação na compra de insumos ou na venda da produção, quando em maiores quantidades são requeridas ou ofertadas, tem-se a vantagem de obter resultados mais satisfatórios.

4.3 Construindo novas perspectivas

4.3.1 Integrar-se à Agricultura Familiar

A agricultura familiar na concepção contemporânea é vista como um modo de organizar a produção agrícola de maneira que ela se adapte às modificações econômicas da atualidade, resistindo e se articulando às diversas formas de mercados e aos processos de desenvolvimento. No entanto, ainda resiste uma concepção retrógrada, rotulações que costumeiramente são atribuídas à agricultura tradicional (ou parte dela) e que, não deveria mais ser vinculada, quanto ao atraso cultural e a resistência às propostas de inovação ou de modernização dos padrões tecnológicos. Com essa nova proposta de inovação, não somente as grandes empresas capitalistas deveriam ser privilegiadas pelas estratégias que fomentam o desenvolvimento rural, mas que também “ produção familiar contemporânea” o potencial dessa nova proposta seria favorecido.

Diante dessa nova perspectiva, ao lançarmos o olhar sobre o histórico da agricultura familiar, a ideia que imediatamente surge é de que ela foi totalmente desprestigiada, para não dizer surrupiada, pois não foi alvo principal das políticas públicas do Estado. Porém esse panorama está sendo alterado, além de um novo status teórico que começou a adquirir corpo, nos últimos anos, um novo tempo surgiu para a Agricultura Familiar, contando com o interesse público para fomentar o seu desenvolvimento.

Esse novo olhar que surge sobre a agricultura familiar começa a construir diálogos mais profundos nas discussões, devido as mobilizações, as lutas e as demandas dos movimentos sociais no campo, liderados principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Dias (2004) faz uma retrospectiva sobre o início da década de 1990, quando, anualmente, a organização de mobilizações de pequenos agricultores pela Contag, chamava a atenção da opinião pública e do governo para as demandas dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores, por meio de manifestação nacional denominada “Grito da Terra”.

Segundo Medeiros, citado por Dias (2004, p. 504) “o reconhecimento do ‘agricultor familiar’ como ator social relevante não pode ser entendido sem considerar, de um lado, as mobilizações dessa categoria, em especial por meio dos ‘Gritos’ e das disputas em torno de quem deveria ser o público preferencial para as ações governamentais”. Por esse viés, a busca pelas respostas aos anseios dos agricultores familiares é colocada em discussão, de maneira que engendram calorosos debates sobre a questão agrária nas mesas dos governos, devido as pressões exercidas pelos movimentos e por algumas agências internacionais¹³ que estavam interessadas para que os países mais pobres saíssem da linha de pobreza e alcançasse de fato o patamar do desenvolvimento.

Uma das propostas de grande importância foi a do Banco Mundial para a agricultura familiar brasileira, que dependia da inserção da economia nacional para se estabelecer no mercado. Vilela (1997) argumenta que não restava alternativas para que o governo brasileiro lançasse o olhar para os excluídos do processo de modernização agrícola dos anos 70, atribuindo a esses, a função de promover o desenvolvimento do meio rural, proporcionando a inserção dos pequenos agricultores no mercado nacional, conforme o estudo realizado pelo Banco Mundial em 1993. Nesse estudo, o referido Banco enaltece o papel a ser assumido pelas pequenas propriedades rurais de base familiar, chegando a classificá-las como unidades de produção eficientes no uso dos recursos locais, além de serem criadoras de um número mais significativo de empregos quando comparadas às ‘grandes propriedades corporativas’.

Por essa perspectiva, agricultura familiar deveria assumir um papel essencial no desenvolvimento econômico (FAO, 1991), para isso, seria necessário que as políticas públicas estivessem voltadas para incentivar o aumento dos índices de produção no segmento da agricultura familiar. Esta proposta da FAO vai ganhando corpo nas discussões governamentais, e chegou ao ponto de firmar um convênio de cooperação técnica com o

¹³ Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Incra em 1994, com um objetivo específico, o de “contribuir na elaboração de uma nova estratégia para o desenvolvimento rural no Brasil” (FAO; INCRA, 1994, p. 1).

Para isso, a FAO defendia que seriam necessários investimentos públicos voltados para atender às necessidades da agricultura familiar. A esta proposta, aliou-se também a do Banco Mundial, que assegurava a importância de reduzir a intervenção do governo e criar programas por meio de políticas públicas que mobilizassem os recursos existentes e criassem parcerias com a iniciativa privada com o objetivo de inserir a agricultura familiar em determinados segmentos do mercado, que até então não tinham conseguido conquistar devido a resistência de quebrar alguns modelos arcaicos (FAO, 1991).

Tomando outro estudo o “Perfil da agricultura familiar no Brasil: um dossiê estatístico” onde foi realizada a análise do potencial econômico da agricultura familiar. Esse estudo ficou sob a responsabilidade da FAO/INCRA, e foi publicado em 1996. Para balizar os dados, foi necessário que traçasse as diferenças que incidiam na agricultura familiar, de maneira que produziu três categorias distintas: a “agricultura familiar consolidada”, a “agricultura familiar em transição” e a “agricultura familiar periférica” (FAO; INCRA, 1996)¹⁴. O fator que favoreceu a classificação foi a renda bruta, vinda exclusivamente da agricultura, de forma que serviu para mensurar qual a parcela de mercado que a produção agrícola atingia.

As categorias sobre a agricultura familiar criadas por esse estudo, tão quanto as recomendações foram de muita relevância para os criadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1995. Conforme Corrêa e Ortega (2002) salientam que a tipologia instituída pela FAO/INCRA foi importante para desvelar a realidade que a maioria dos produtores familiares enfrentavam, em estado crítico e chegando até mesmo a ser considerado como inviável economicamente. Foi a partir dessa diferenciação, que houve a ressalva para que a ação governamental fosse efetiva e estivesse concentrada especificamente nos agricultores familiares em transição, levando em consideração o potencial para crescimento, promovendo para o grupo dos consolidados, do contrário, sem os investimentos necessário provocaria uma retração para a agricultura periférica, e isto caracterizaria, para os agricultores, praticamente o abandono das atividades agrícolas. Com isso, a formulação e a implantação de políticas de cunho assistencial ao segmento dos assim-chamados “periféricos” não seriam abandonadas.

¹⁴ Um dos autores que procurou trazer esta classificação entre os agricultores familiares foi José Eli da Veiga, Professor da Universidade de São Paulo, que publicou um estudo histórico sobre o desenvolvimento agrícola nos países desenvolvidos.

4.3.2 Implantação de uma racionalidade empresarial

O que havia de comum nestas propostas para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar era a recomendação para que os agricultores implantassem uma racionalidade empresarial para administrar os seus processos produtivos, com o objetivo de incrementar o aumento da produção e da produtividade, para isso, seria necessário adotar o uso de tecnologias modernas; técnicas de gerenciamento; e, insumos industrializados. É por meio da modernização que essas propostas se alinhavam com o processo de modernização da agricultura brasileira, que vinha ocorrendo desde a metade dos anos 60 conforme (FURTADO, 2000). Nessa primeira etapa da modernização, médios e grandes produtores de determinados cultivos destinados à exportação de algumas regiões do país foram os principais beneficiários pelas políticas públicas, com isso, as atividades agrícolas deixaram de ser um setor isolado da economia e passaram a ser um negócio de mercado de acordo com Graziano da Silva (1996), devido as ações empreendidas pelo governo.

Outras etapas para fomentar a modernização na agricultura continuaram a acontecer ao longo das últimas décadas e não se abriu mão do objetivo de fomentar o incremento dos índices da produção e da produtividade. Continuava-se, assim, a afirmar a imagem do “agricultor moderno¹⁵”, construída durante o processo de modernização da agricultura dos anos 60. Esse agricultor moderno não é apenas aquele que produz muito, mas aquele que possui um maior potencial para integrar, social e economicamente nas teias exigentes do mercado moderno.

4.3.3 Estabelecer parcerias com os poderes público e, com os empresários na definição de novas atividades econômicas a serem desenvolvidas pelos assentados.

Foi somente a partir da segunda metade da década de 1990 que as políticas públicas, destinadas a promover a transformação do meio rural no Brasil, começaram a

¹⁵ Para Delma Pessanha Neves (NEVES, 1987, p. 353), durante o processo de modernização, prevalecia uma tipologia que dividia os produtores rurais em tradicionais e modernos. Os tradicionais conduziam suas atividades à margem de cálculos racionais que possibilitassem a avaliação dos erros, fato que dificultava a compreensão das recomendações técnicas. Os modernos, ao contrário, operavam em um nível de racionalidade mais próximo a dos técnicos, e arriscavam nos novos investimentos.

ganhar importância significativa. De acordo com alguns estudiosos desse assunto, o fator essencial para a construção desse novo estigma foi “a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade – um conceito holístico, cuja abrangência envolve os condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros” (FLORES e MACEDO, 1999, p. 43).

Quando se traz à tona essa discussão da agregação dos vários segmentos com a finalidade de promoção de uma determinada política, tendo por foco a realidade dos assentamentos rurais, pode-se retomar o discurso assumido há anos atrás sobre a questão da descentralização das responsabilidades sobre os projetos de assentamentos. Ou seja, os grupos sociais envolvidos neste processo, alimentam a expectativa de que ele se torne estruturado socialmente e que tenha uma economia viável, de maneira que os agricultores assentados consigam viver e produzir além da sobrevivência, após o intenso processo de luta pelo direito de acesso à terra, à moradia e ao trabalho. Esta expectativa, naturalmente, é manifestada por diversas maneiras entre os envolvidos no projeto.

Para Dias (2004) a expectativa dos agentes governamentais que formulam e implementam políticas públicas voltadas para atender os projetos de assentamentos, parece sobressair a intenção para que o agricultor assentado deixe a condição de ‘assentado’ o mais rápido possível, de maneira que ele passe a se integrar em uma outra categoria, a de agricultor familiar, e que acima de tudo faça parte dos mercados produtivos. Essa intenção de transferência, norteia a construção de propostas, no âmbito federal, como a que surgiu sobre a ‘emancipação dos assentamentos¹⁶’. Com isso, tem-se a manifestação de uma visão linear e evolutiva do processo de mudança da condição social ao qual o agricultor é submetido como favorecido de uma das políticas públicas. Dias (2004) ainda enfatiza que a necessidade da intervenção estatal é de suma importância para que haja a integração econômica nesses projetos de assentamentos, uma vez que eles ainda estão no ‘processo¹⁷’ de conquista da consolidação social e econômica.

Para que se entenda os caminhos que perpassam sobre essa nova etapa, a mudança da condição social, necessário se faz levar em consideração que há um contexto político, que empreende ações, no âmbito das políticas públicas, para promover a inserção dos assentamentos às redes do mercado. Por esse sentido, Alentejano (2000, p. 3) afirma que “a

¹⁶ A emancipação do Projeto de Assentamento ocorre quando este não tem mais vínculos com os programas, projetos ou ações de intervenção fundiária do Estado. A consolidação é uma etapa anterior à emancipação, quando, de acordo com o Incra, o assentamento já tiver concluídos os serviços topográficos, de habitação, infraestrutura básica e ao menos 50% dos beneficiários já tiverem recebido os títulos de domínio.

¹⁷ Ação que expressa continuidade na realização de determinada atividade; ato prolongado e contínuo.

capacidade de competição no mercado é colocada no centro das preocupações, o que se reflete nas proposições de modernização técnica e desenvolvimento da capacidade de gestão como aspectos mais enfatizados”.

Esse agricultor moderno idealizado aqui é aquele que possui maior potencial para ser capaz de se integrar, socialmente e economicamente às teias dos mercados competitivos e modernos do agronegócio. E, que na maior parte, esta imagem é estendida aos agricultores assentados que alimentam o anseio de que eles também se modernizem, ampliem seus conhecimentos e cultivem habilidades para além dos conhecimentos primários adquiridos devido às reais necessidades de sobrevivência. Por esse contexto, a necessidade do apoio de uma assistência técnica especializada se torna imprescindível, ainda mais se tratando de um número considerável de agricultores assentados com pouca ou mesmo sem nenhuma experiência com a agricultura. Leite et al. (2004, p. 65), salienta que “ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é o desempenho do Estado”. Assim, a atuação ou a omissão do Estado em ofertar condições para que o assentamento produza é decisivo para que ele alcance de fato as vias do desenvolvimento.

4.3.4 Conquistar o sucesso através da assistência técnica

E, uma das maneiras de se conquistar esse sucesso, de acordo com Dias (2004), é por meio de uma assistência técnica bem assessorada, o autor ressalta que a ênfase da intervenção da assistência técnica nos assentamentos rurais tem sido, historicamente, ligadas ao fomento da produção agrícola, que se viabiliza principalmente por meio da elaboração e acompanhamento de projetos técnicos a serem financiados por programas de crédito, porém, na maioria das vezes, a consolidação e a emancipação desses assentamentos dependem essencialmente da elaboração de PDAs e de projetos técnicos que sejam subsidiados ou financiados por programas de crédito, como o extinto PROCERA e o atual PRONAF, em sua linha de crédito “A”, destinada especificamente aos pequenos agricultores assentados¹⁸.

¹⁸ Na institucionalidade pública vigente, crédito e assistência técnica são dois fatores intimamente relacionados à viabilização social e econômica dos assentamentos e à sua futura emancipação. No caso dos assentamentos, a presença da assistência técnica é condição necessária ao acesso às políticas públicas de crédito.

Em sua grande maioria o que se tem visto é apenas a elaboração de projetos técnicos com um tipo de ação técnica descontínua, pontual, pouco participativa e pautada apenas pela premência da implantação dos projetos técnicos (GUANZIROLI et al., 2003, BRUNO; DIAS, 2004) sendo que deveriam primar pela construção conjunta de conhecimentos entre técnicos e agricultores, partindo das realidades locais em busca de uma interação onde essas informações são transformadas em conhecimento.

Considerando que as políticas públicas são elaboradas, principalmente pelas esferas da União e do Estado, é perceptível o distanciamento entre esses agentes. No entanto, o resultado dessas políticas no âmbito local, sempre considera a participação dos municípios (Prefeituras) e de Grupos (Empresas), que propicia a construção de um cenário social participativo, onde os cidadãos são convidados a opinar e a decidir, por meio de audiências públicas. É certo que ocorre grandes descasos, como também grandes entraves no que diz respeito às contribuições para a implementação de um projeto participativo, pois a luta dos assentados está se tornando, ‘caráter de emergência’ nas arenas políticas onde ocorrem as disputas e as discussões pela inserção dos assentamentos na linha do desenvolvimento que com isso começa a ganhar importância significativa para a elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária.

Reconhecendo que o desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos envolvem vários embates entre os governos (Federal, Estadual e Municipal) e os órgãos responsáveis, no que diz respeito ao cerne da problemática agrária, torna-se imprescindível uma real política de reforma agrária, independentemente, da mobilização popular e das diversas organizações não governamentais. É importante que o governo federal não só elabore, mas, que dê sustentação aos projetos de assentamentos e concomitantemente, a esfera estadual, abarque as iniciativas para a promoção do desenvolvimento, dos PAs, propondo linhas de investimentos (via PRONAF), parcerias e, acima de tudo, uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e oferecer o suporte técnico para trilhar o difícil caminho da emancipação.

Para o município resta-lhe a tarefa de força motriz que impulsiona o sucesso das ações de programas tais como o de segurança alimentar, por meio de um conjunto de iniciativas que avancem gradativamente, criando uma agenda que estabeleça ações, como uma forma de contemplar a agricultura familiar dos assentados, promovendo ações em parceria com o Governo Federal com objetivos específicos, o da venda direta dos produtos do assentamentos aos consumidores locais, por meio de programas (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo

Federal); e, o da integração dos produtos alimentícios dos Assentamentos em projetos de âmbito local (como a alimentação escolar, nas creches, asilos, e nos restaurantes populares). Tais ações podem levar os agricultores assentados à condição da inclusão social por meio de uma agenda política local.

4.3.5 Aderir a projetos que foram bem sucedidos em outros assentamentos

É importante citar outras experiências exitosas nos assentamentos, onde a implantação de projetos propiciou a promoção do desenvolvimento, no caso, da pecuária leiteira, os resultados foram surpreendentes. No assentamento Tijunheiro I, no município de Morrinhos- GO, com o auxílio da assistência técnica, os assentados conseguiram elevar os índices da produção leiteira, por meio da implantação do projeto Balde Cheia. Borges (2013) descreve sobre esse projeto que tem a tutoria da Embrapa Pecuária Sudeste, cujos objetivos são a transferência de conhecimentos e de tecnologias (manejo, técnicas de irrigação, piqueteamento e adequação à legislação ambiental) que a Embrapa detém para aumentar a produção de leite nas propriedades rurais, além de promover a interação entre os produtores de leite.

A falta de conhecimento de projetos ou de programas como os apresentados, por um grande número de assentados, é uma barreira que necessita ser ultrapassada por meio da atuação do Estado, promovendo uma assistência técnica contínua que estimulem os assentados a se manterem sem titubear, no alvo que os motivou a fazer parte de um grupo que incansavelmente luta pelo direito de pertença na terra e que, com condições, tirem a sobrevivência da ‘terra’ que fora tão ‘prometida’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a problemática da reforma agrária, a partir das várias experiências dos sujeitos que estão integrados no projeto que foi resultado da aplicação dessa política, significa descortinar as muitas possibilidades de pensar a questão agrária no Brasil. A questão referente à terra, em especial a forma de apropriação e a sua distribuição tem sido pauta constante nas discussões dos meios políticos e acadêmicos, que enfatizam a necessidade de mudanças para propiciar a inserção social, de muitos que ainda vivem a segregação no meio rural, e que clamam por políticas que alterem esse quadro.

Para isso, esse trabalho trouxe à tona o principal fator que fomenta a questão agrária, o latifúndio, e que tem desembocado em uma problemática que se arrasta ao longo da história do Brasil. Com o finalidade de entender essa problemática que envolve o meio rural, este trabalho buscou elencar aspectos para pensar a questão agrária brasileira, por meio da análise das diversas correntes e interpretações sobre essa questão no Brasil. Foi possível em um primeiro momento, conhecer a literatura acadêmica de autores clássicos (compostos por Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel), cuja grande parte das suas obras foram escritas entre 1960 e 1980 e todos (apesar de suas divergências) chamaram a atenção para a existência dessa questão agrária e para a necessidade de uma reforma agrária como uma política capaz de promover a redistribuição de terras maneira democrática e contribuir para que ocorresse a diminuição das desigualdades.

Para entender a legislação que foi dado à forma de distribuição das terras brasileiras foi necessário perpassar pelo viés histórico desde a primeira legislação, o sistema de sesmarias, a Lei de Terras 1850, o Estatuto da Terra, e a constituição de 1988 para perceber a prática que imperou nos primórdios do Brasil até os dias atuais. O que ficou evidenciado com essa análise foi que modificações significativas foram desencadeadas nas formas de apropriação, porém na forma de distribuição, o regime fundiário permaneceu inalterado, e é nisto que consiste a raiz dos problemas que o país enfrenta. Esse regime de propriedade foi a senha para que toda sorte de violação aos direitos dos camponeses que estão submetidos, de diferentes formas e graus, a condições de vida e trabalho subumanas. Assim, foi necessária medidas governamentais que estabeleçam ações contundentes que atendessem as reais necessidades dos homens que desejam ter no campo a sua fonte de sobrevivência.

Para isso, ações foram empreendidas pelos governos brasileiros com o intuito de resolver a questão agrária, e essas ações foram elencadas e comparadas com a finalidade de

traçar um quadro comparativo, para traçar o grau de importância que a reforma agrária teve como projeto dos três últimos governos. Foram tomados os governos FHC, Lula e Dilma. Os dados demonstraram que no governo FHC foram criados de 1994 até 2002, 4376 assentamentos, no governo LULA, de 2003 a 2010, 3623 assentamentos e, no governo de DILMA de 2011 a 2012, 228 assentamentos foram criados. Foi possível evidenciar que foi no governo de Fernando Henrique que teve o maior número de assentamentos criados bem como o maior número de famílias assentadas, mesmo optando pela reforma agrária de mercado, esse fator não tirou o mérito da importância que a reforma agrária teve para esse governo.

O presente estudo procurou abordar a reforma agrária, tendo por objetivo conhecer e compreender a construção do Assentamento Presente de Deus e discutir as possibilidades de busca pela autonomia. Para isso foi necessário construir o histórico desse assentamento e traçar o perfil dos assentados para que pudesse analisar a forma de vida, buscando compreender a autonomia que os assentados adquiriram com a posse da terra.

Alguns dados desse estudo nos causam preocupação, pois, se trata de um assentamento que mais de 60 % da população tem idade acima de 50 anos, fator que pode provocar um entrave para o sucesso desse projeto de assentamento. Outro dado relevante que foi observado foi quanto à qualidade de vida no assentamento, devido empreender todo tempo nas atividades de rotina das parcelas, os assentados não tem uma vida com qualidade, pois tem dificuldades de tirar tempo para o lazer e para as práticas esportivas. Essas observações nos intrigam, pois, como os jovens assentados serão atraídos para continuar a fazer uso das que seus pais conquistaram, como forma de continuidade do legado. Somente com ações imediatas que revertam esse quadro promovendo encontros que estimulem o lazer e os esportes manterão os ideais dos jovens ainda aliados com os sonhos de seus pais.

Apesar dos problemas detectados nesse assentamento, é perceptível uma comunidade que não está submetida às condições impostas pelas limitações, pois demonstram grande disposição em lutar por melhorias, como ocorreu em relação a preservação ambiental, onde enfrentaram os desafios e se empenharam em superá-los. E, como forma de colaboração para que os assentados do presente de Deus alcancem de fato a autonomia, foi possível apontar algumas sugestões, que se usadas, favorecerá ao sucesso das famílias assentadas bem como a consolidação do assentamento: integrando-se à Agricultura Familiar; implantando uma racionalidade empresarial; estabelecer parcerias com os poderes público e, com os empresários na definição de novas atividades econômicas a serem desenvolvidas

pelos assentados; conquistar o sucesso através da assistência técnica; e, por fim, aderir a projetos que foram bem sucedidos em outros assentamentos.

Portanto, pode-se afirmar que esse projeto de reforma agrária, não somente permitiu o uso das terras, mas favoreceu a melhoria nas condições de vida dos assentados, especialmente no que se refere à segurança alimentar e a condições dignas de moradia. No entanto, é importante destacar que ainda há muito o que melhorar, visto o grande déficit em infraestrutura, saúde, educação, acesso ao crédito e assistência técnica. Pois a esses assentados foram lhes dados não somente o direito de uso das terras, mas, também o direito de reprodução da vida de forma digna e solidária.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Estrutura fundiária brasileira continua inalterada**. Entrevista Gilmar Mauro, fevereiro 2011. Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/11286>>. Acesso em 24 de maio de 2014.
- ALENTEJANO, P. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n. 15, 2000. p.3
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- ANDRADE, Nair leal. **Histórias e histórias da CANG**. Goiânia: KELPS, 1990
- ANDRIOLI, A.I. **A reforma agrária e o governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade**. Espaço Acadêmico nº 31, de dezembro de 2003.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro- Goiano**. Goiânia: Vieira, 2007. p.107
- BANCO MUNDIAL. **Brasil: o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais**. [S.l.: s.n.], 1993. (Relatório nº 11738-BR).
- BANCO MUNDIAL. **Rural poverty alleviation in Brazil: toward an integrated strategy**. Washington D.C., 2003a p.127
- BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais / coordenador Mário Otávio Batalha. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997
- BITTENCOURT, G. A., Castilho, D. S. B., Bianchini, V., & Silva, H. B. C. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. São Paulo. 1999
- BORGES, Barsanufu Gomide. **A expansão da fronteira agrícola em Goiás**. Revista de História da UFG, Goiânia, v. 01, n. 02, p.37 a 55 1996.
- _____. **Goiás nos quadros da economia nacional (1930-1960)**. Goiânia: UFG, 2000. p.78
- BORGES, R.N.; LOPES, A.M.; RODRIGUES, T.L.S; WANDER, A. E.; **Desenvolvimento da pecuária leiteira: um estudo do Projeto Balde Cheio em Itarumã-GO**. Disponível <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj24/artigo05.pdf> Acesso em 05 agosto. 2014

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.109-52, de 24 de maio de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.** Brasília, 24 de maio de 2001.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**, 2003.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relatório de Gestão Exercício de 2004.** Fevereiro, 2005.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Implantação de Projetos. Áreas Incorporadas aos Projetos de Reforma Agrária.** 2010.

BRASIL - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Políticas Econômicas: acompanhamento e análise.** Boletins IPEA, n. 18, 2010.

BRASIL - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza.** Jornal. Publicação Especial do INCRA, ano 1, no. 2. Dezembro, 2010.

BRASIL – PETROBRÁS. **Cerrado vivo.** Projeto ambiental, 2010 disponível em <http://www.cerradovivo.com.br/> acesso em 05 de maio de 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.** Porto Alegre: Sulina, 1999. 163p

CAMPOS, C. CAMPOS, R. **Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil** *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (68). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>> [ISSN: 1138-9788] Acesso 03 de fevereiro de 2014.

CARVALHO, H. M. de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** São Paulo: Adusp, nº 34, 2005

_____ **A Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais De Reforma Agrária no Brasil.** Curitiba, 1999.

Disponível em http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Elton-Oliveira-Da-Silva.pdf. Acesso em 12 de junho de 2014

CASTRO, Liliane. **Do Chapéu Atolado a Usina Sucro-alcooleira – a Liderança de uma Modernização conservadora do Vale São Patrício (1937 – 2007).** 2010. Dissertação de Mestrado. Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=914. Acesso em 03 de

junho de 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Foi o pior ano para a reforma agrária. Jornal da CPT, janeiro 2011.** Disponível em <<http://www.mst.org.br/2010-foi-o-pior-anopara-a-Reforma-Agrária-afirma-CPT>>. Acesso em 24/04/2014.

CONFERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos.** São Paulo: Concrab.1998. p 26

COUTRIM, Gilberto: **História global, Brasil e Geral.** Volume Único. Editora Saraiva. (1997).

DELGADO,G. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003** in JACCOUD, L. (orgs.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.** Brasília: IPEA,2005,pp.51-90.

DE MERA, C. M. P. **A Questão Agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel.** XI Encontro Regional de Economia - ANPEC-Sul. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em:http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPECSul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a_questao_agraria_no_bra.pdf. Acesso 23 julho de 2014.

DIEHL, Astor Antônio. Caio Prado Júnior: **as ideias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão.** In: AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando Luís (orgs.). **Intérpretes do Brasil.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, p. 348-362, 2004.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: umestudo a partir da Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).** 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004. Disponível em <file:///C:/Users/Valdecy/Desktop/12047-49191-1-PB.pdf>. Acesso 14 de julho de 2014

DINIZ. A. S. **Reforma Agrária Brasileira uma breve Discussão.** 2010. Disponível em http://www.uvanet.br/rhet/artigos_outubro_2010/reforma_agraria.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014.

ESTADÃO ONLINE. **INCRA infla números de reforma agrária.** 2011. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,incra-infla-numeros-de-reforma-agraria,685545>. Acesso em 24 de abril de 2014.

ESQUERDO e BERGAMASCO. **Interciência,** 2013. Disponível em http://www.interciencia.org/v38_08/563.pdf. Acesso em 25 de maio de 2014

FAO. **Oficina Regional para América Latina y El Caribe.** Desenvolvimento rural: soluções simples para problemas complexos. Tradução de Lourdes M. Grzybowski. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 18 p. (Texto para Debate, 33).

FAO; INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento rural sustentável.** Brasília, 1994. p. 1. (Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036/BRA). Versão resumida.

FAO; INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília,DF, 1996.

FERNANDES B. M. **A modernização no campo e a luta dos sem terra**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, n.1, 1996.

_____ **A questão agrária no limiar do século XXI**. In: 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000 Anais..., Acesso 25 de maio de 2014.

_____ **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ **O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula**. Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 11, p. 31-40, 2003

_____ **Enumerando a reforma agrária**. 2006. Disponível em www.mst.org.br. Acesso em 02 de julho de 2014.

_____ **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Observatório Social de América Latina, v. 24, p. 73-85, 2008.

_____ **Enumerando a reforma agrária**. Disponível em www.mst.org.br. 2006 Acesso 29 de junho de 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde a reforma agrária no Brasil**. 1 ed. editora contexto São Paulo, 2006, pp109 - 111.

FLORES, M.X. e MACEDO, M.M.C. “**Novos Rumos de Desenvolvimento Rural**”. In: AGUIAR, D.R.D. e PINHO, J.B. (eds). Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Foz do Iguaçu, SOBER, 1999.p.43

FURTADO, Celso. **Formação econômica no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1986. pp 97 – 99.

_____ **Os desafios da nova geração**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDCELSOFURTADO, 3., Rio de Janeiro, 2004. pp 3-4

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA): uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GONÇALO, J. E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001.

GUANZIROLI, C. E., BRUNO, R. L., CABANILHA, I. S., DIAS, M. M. **Assistência técnica para assentamentos rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Brasília, DF: MDA; FAO, 2003. 39 p. Relatório de Consultoria. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=261>>. Acesso em: 14 de julho de 2014.

GUEDES PINTO. L. C. **Reforma Agrária no Brasil: Esboço de um balanço**. In REIXEIRA, E. C.; VIEIRA, W. C. Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica. Viçosa, 1996.

GUIMARÃES, P. A. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1968. pp 30 -38 - 151

HEIDRICH, A. L. **Território, integração sócio espacial, região, fragmentação e exclusão social**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A.. (Org.). **Território e desenvolvimento**. 3ª ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005, V. único, p. 37-66.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/INCRA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO/FAO. **Avaliação da eficácia dos projetos de assentamento 2: determinantes de sucesso e insucesso nos assentamentos**. Brasília, 1998.

_____. **Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil**. MDA/INCRA. Dezembro, 2010 (b).

JUNQUEIRA, Messias. **O instituto de terras devolutas**, São Paulo, Edições leal, 1976.

KAGEYAMA, A. A. **A questão agrária nos autores clássicos**. Revista Reforma Agrária, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 5–16, set./dez. 1993.

LEITE, Sérgio; et al. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA/NEAD. Editora UNESP, 2004.

LEITE, S. **Assentamentos rurais: um balanço da experiência brasileira**. 1998. Disponível em <http://www.dataterra.org.br/seminário/serlei.htm>. Acesso 12 de julho de 2014.

MACDONALD, J.B. **O camponês assentado frente a reforma agrária: óbices e perceptivas para o progresso**. Temas em educação, João Pessoa, PB, 1999. v. 7-8,

MALUF, Renato e MATTEI, Lauro. **Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural**. In: **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Renato Maluf, Lauro Mattei, Silvia Zimmermann e Valdemar Wesz Junior (autores); Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores). Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial). p.22

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Questão Agrária Hoje e os Desafios do governo Lula**. Agrária. São Paulo: laboratório de Geografia Agrária da USP, n. 1 p. 37-54 2004.

MARTINS, J. de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 59 -96

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. 1ª edição, São Paulo, EDUSP, 2004.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. José de Souza. **Exclusão social**. Op. Cit. 1999. P. 78-79.

_____. José de Souza. "**Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil**". In: _____. Expropriação e violência: a questão política no campo, São Paulo, Hucitec, 2003. pp. 45-66. [[Links](#)]

MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz B. **Capitalismo e luta política no Brasil: na virada domilênio**. São Paulo: Xama, 2001.

MEDEIROS, L.S.de. **Luta pela terra: resultados e possibilidades**. In: Canuto, A., Luz, C.R. da S.(eds) **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: CPT Nacional- Brasil, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo. 2003. p.39

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, Sérgio (orgs.) et. al. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro, Mauad Ed., 2004.

MELO, Moacir Lázaro de. **A história de Goianésia**. Goiânia: O Popular, 1981. pp 65-71

MENEZES, A.M.G de; CARVALHO, J.; GUIMARÃES, M.I.C.; MOTA, U. de O. **Goianésia: seu povo sua história**. Goianésia: Gráfica Tânia, 2000. p.23-65.

MOREIRA, Emília. **Territórios de esperança**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2006.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NEVES, D. P. **As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno**. Cadernos de Difusão de Tecnologias, Brasília, DF, v. 4, n. 3, p. 343-367, set./dez. 1987.

OLIVEIRA, A.U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996. p.61

_____. A "**Não Reforma Agrária**" do MDA/INCRA no governo Lula. Disponível em: <http://neararj.files.wordpress.com/2010/06/a-e2809cnao-reforma-agrariae2809d-do-mdaincra-no-governo-lula.pdf>. RS, 2006. Acesso em 05 de maio de 2014.

_____. Geografia agrária: **perspectivas no início do século XXI**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p.27-64; 126-127

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007, pp135- 184. Disponível em http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/artigo-alasru_jovani.pdf. Acesso em 05 de julho de 2014

_____. **Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra. – MST**. Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio. 2011

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

ONU. **Ranking de Desenvolvimento Humano**. 2014 – Disponível em www.bbcbrasil.com acesso 05 de julho de 2014.

ORTEGA, C.A. & MENDONÇA, N.C. **Estratégias de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: continuidades e rupturas**. . In: Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Ortega, C.A. & Almeida Filho, N (org.) Campinas, Alínea Editora, 2007.

PEREIRA, João M. Mendes. **Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina**. In.; Capturando a Terra. Expressão Popular, 2004

PEREIRA, M.C.B. **Mediação de conflitos agrários e ambientais: um estudo sobre o Vale do Rio São João no Estado do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UFRRJ, CPDA. 2006.

PINA, Léa Araújo. **Meu pai Bernado Sayão**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio – **A Revolução Brasileira** – 7ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1987

_____ **História Econômica do Brasil** – 11ª edição, São Paulo, brasiliense, 1981

_____ **Formação do Brasil Contemporâneo**. 14ª ed, São Paulo: Brasiliense, p. 29. 1976.

_____ **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RANGEL, Ignácio. **A dinâmica da dualidade brasileira**. Revista brasileira de Ciências Sociais. Julho 1962. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/50-6.pdf>. Acesso 03 de fevereiro de 2014.

_____ **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1963.

_____ **A questão agrária brasileira**. In: _____. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

_____ **O desenvolvimento econômico no Brasil (1954)**. In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol. pp. 40 – 184

_____ **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2000. p 109 a 238

REVISTA Nera, Presidente Prudente Ano 8, N° 6 p.14-34, 2005. Disponível em: www.prudente.unesp.br/dgeo/nera.

REVISTA Eletrônica do CEMOP – nº 02 – setembro de 2012. Disponível em www.memoriaoperaria.org.br –ISS 2238-443X. Acesso em 03 de abril de 2014

RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990. pp 17-18

ROMEIRO, Adhemar et al. (Orgs.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda.** O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ROOS, Djoni. **As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira.** GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinário de Estudos Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de enero de 2013, vol. 4, nº 31, p. 1-18. [ISSN: 2173-1276]

ROUSSEF, Dilma. **Discurso de Posse.** <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso em 24 de abril de 2014.

SAMPAIO, Plínio de Arruda e GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Reforma agrária e projeto de construção nacional.** s/d. p.1 Disponível em <www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_55.pdf?file>. Acesso em 24 de abril de 2014.

SAUER, Sérgio. **Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil.** In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Marcio Mendes (org). Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2006.

SAUER, Sérgio e SOUZA, Marcos R. **Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas.** IN: Ferrante, V.L.B. e Whitaker, D.C.A. (org.) Reforma Agrária e Desenvolvimento – desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. (p.53-87).

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** Expressão Popular 1º Ed. São Paulo, 2010.p 38.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 54

SILVA J G da.(org.)**Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec. 1980

_____ **O Que é Questão Agrária.** Editora Brasiliense. 16º Ed. São Paulo1990.

_____ **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, SP: Unicamp, 1996. 217 p.

_____ In. **Estudos avançados.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a04.pdf> ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003. Acesso em 5 de abril de 2014

SILVA, José Gomes. **A reforma agrária no Brasil** in Stédile, João Pedro (Org.) (1994) A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1994ª p. 175

SILVA, E. O. et. Al. **Assentamentos Rurais e Acampamentos: Dinâmicas recentes do Espaço Agrário.** Disponível em http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Elton-Oliveira-Da-Silva.pdf. Acesso 02 de junho de 2014.

SOUZA, Vanilde F. de. **Assentar, acampar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.** 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP. Campinas.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

STEDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1998. pp. 9-11
Stédile, J. P.(org.) 2002. A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960.** São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. **Avanço do capital no campo impede a reforma agrária.** Entrevista Disponível em <http://blogdejadson.blogspot.com.br/2014/01/stedile-avanco-do-capital-no-campo.html> acesso em 05 de abril de 2014

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

VILELA, S. L. O. **Qual política para o campo brasileiro?: do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo?.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. Anais... Brasília, DF: SOBER, 1997

VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil.** In: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500–1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 127–170.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Alcances e limites das políticas de desenvolvimento rural para o combate a pobreza.** In: Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Renato Maluf, Lauro Mattei, Silvia Zimmermann e Valdemar Wesz Junior, (autores); Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores). Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial). pp. 105-107

_____. **M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro.** IN: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.33

ZINGA, M.R.M. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares,** Campos dos Goytacazes, RJ. 2004. Dissertação apresentada ao Centro de ciências do Homem da Universidade Estadual Fluminense.

ENTREVISTAS (realizadas com os assentados do Presente de Deus, no município de Goianésia GO).

ADAILSON GALDINO REGO, 49 anos, Ensino Médio Incompleto.

ADÃO MARTINS COSTA, 64 anos, Ensino Médio Completo.

ANTÔNIO DA SILVA, 62 anos, E.J.A.

APARECIDA ROCHA, 54 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

EDILSON BORGES VIEIRA, 58 anos, E.J.A.

EDSON JOSÉ DOS SANTOS, 48 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

EDVAN DA COSTA SILVA, 47 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

ELISVALDO SOARES DIAS, 64 anos, Nunca estudou.

ELZA MARIA DE SOUZA, 45 anos, Ensino Médio Incompleto.

ELZA SEBASTINA DE JESUS OLIVEIRA, 63 anos,

HILDA MARIA DE OLIVEIRA, 60 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

IRANILDES SAIS, 55 anos, Ensino Médio Completo.

JOÃO BATISTA BORGES ROQUE, 63 anos, E.J.A.

JOAQUIM PEREIRA DE OLIVEIRA 'LULA', 72 anos, Nunca estudou.

JORGE CARLOS DA SILVA, 65 anos, E.J.A.

JORGE DOS SANTOS, 47 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

JOSÉ LUÍS TAVARES 'ZÉ BOCÃO', 58 anos, E.J.A.

JOSÉ PAULO DA SILVA, 47 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

JOSÉ SIMÕES DE MELO, 66 anos, Nunca estudou.

MARIA DIVINA DE OLIVEIRA FERNANDES, 44 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

NEUZA LUCIA MINISTRA, 55 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

NEUZA SILVANA MOREIRA DA SILVA CARVALHO, 63 anos, E.J.A.

NOEL FERREIRA DA SILVA, 60 anos, E.J.A.

RITA TIMÓTEO DOS SANTOS, 48 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

SUMAIA DE OLIVEIRA VELOSO PEREIRA, 43 anos, Ensino Médio Completo.

VILMAR DOS SANTOS, 65 anos, Ensino Fundamental Incompleto.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

FACULDADES ALVES FARIA - ALFA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Mestranda em Desenvolvimento Regional: Ilma Célia de Paiva Moura
Orientadora: Profa. Dra. Heliane Prudente Nunes

QUESTIONÁRIO SOCIECONÔMICO DO ASSENTAMENTO PRESENTE DE DEUS – GOINÉSIA - GO

CAMPO PARA COORDENADOR DO PROJETO(Incra)
Número de famílias assentadas _____ Área total do assentamento _____ Tamanho do lote por cadastrado: _____ 1) participação da área do assentamento na área total dos estabelecimentos do município 2) total de assentamentos do Incra no município: _____ a) área dos assentamentos: _____ b) total dos estabelecimentos agropecuários da região: _____ c) área dos estabelecimentos agropecuários da região: _____ d) total da área rural da região: _____

Roteiro para entrevista: proprietário contemplado

2) ocupação exercida imediatamente antes da vinda para o assentamento (% da população total em idade de trabalho)

- a) em idade de trabalho (14 ou mais quando venho para o assentamento): _____
- b) desempregado (antes do assentamento): _____
- c) assalariado rural temporário: _____
- d) assalariado rural permanente: _____
- e) posseiro + parceiro + arrendatário: _____

- membros não remunerados na família (inclui pessoas que trabalhavam com os pais ou parentes e também donas de casa):

- pequeno proprietário:

- a) - comerciante:
- b) - assalariado urbano permanente:
- c) - assalariado urbano temporário:
- d) - autônomo urbano:
- e) - outros:

3) moradia anterior ao assentamento e local de nascimento dos responsáveis pelos lotes

Moradia anterior a vinda para o assentamento:

- | | |
|-------------------------|---|
| a) () área rural: | d) () mesma região/ município vizinho: |
| b) () área urbana: | e) () outro município do estado: |
| c) () mesmo município: | f) () outro estado: |

Local de nascimento:

- a) () mesmo município:
 b) () mesma região/ município vizinho:
 c) () outro município do estado:
 d) () outro estado:

4) experiência de trabalho agrícola ao longo da vida

Experiência anterior:

4. 1. responsáveis com experiência de trabalho agrícola: sim () não ()

4.2. membros não remunerados na família (pessoas que declararam trabalhar com os pais ou parentes): sim () não ()

4. 3. Tipo de experiência anterior na agricultura:

- | | |
|--|-----------------|
| a) responsável com experiência: | e) posseiro |
| b) assalariado (s/ acesso a terra): | f) proprietário |
| c) assalariado (c/ acesso a terra ou morador): | g) assentado |
| d) arrendatário/ parceiro | |

5) relação entre titular do lote e responsável e número de lote gerenciados pelo responsável - titular é responsável pelo lote: () sim () não

Lote gerenciado pelo responsável:

- | | |
|---------------------|------------------------------|
| a) 1 lote inteiro: | d) não há lotes individuais: |
| b) mais de 1 lote: | e) sem respostas: |
| c) menos de 1 lote: | |

6) sexo e escolaridade dos responsáveis pelo lote - masculino() feminino: ()

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------|
| a) - nunca foi a escola: | e) - ensino médio incompleto: |
| b) - alfabetização de adultos: | f) - ensino médio completo: |
| c) - ensino fundamental incompleto: | g) - outros: |
| d) - ensino fundamental completo: | |

7) idade dos(as) responsáveis pelo lote:

- | | |
|-------------|---------------------|
| a) 20 a 29: | d) 50 a 59: |
| b) 30 a 39: | e) 60 anos ou mais: |
| c) 40 a 49: | f) sem informações: |

8) crédito instalação na região e assentamento; percentual de famílias atendidas, tempo médio de liberação do crédito em relação ao ano de entrada das famílias na área e ao ano oficial de criação do assentamento

Crédito fomento:

- valor: _____
- famílias atendidas: _____
- tempo para liberação do recurso (em relação à entrada da família no assentamento): _____
- tempo para liberação do recurso (em relação à criação do assentamento): _____

Crédito habitação

- valor: _____
- famílias atendidas: _____
- tempo para liberação do recurso (em relação à entrada da família no assentamento): _____
- tempo para liberação do recurso (em relação à criação do assentamento): _____

Crédito Alimentação

- valor: _____
- famílias atendidas: _____
- tempo para liberação do recurso (em relação à entrada da família no assentamento): _____
- tempo para liberação do recurso (em relação à criação do assentamento): _____

9) tempo de deslocamento até a cidade mais próxima

- a) () até meia hora:
- b) () mais de meia e até uma hora:
- c) () mais de uma e até duas horas:
- d) () mais de duas e até três horas:
- e) () mais de três horas:

10) condição das estradas internas: acesso aos lotes e trafegabilidade das estradas

Tipo de acesso ao lote:

- a) () todos acessíveis:
- b) () há lotes de difícil acesso:
- c) () parte não acessível chuvas:
- d) () há lotes sem acesso:
- e) () sem informações:

Condições das estradas internas:

- a) () só boas:
- b) () precárias:
- c) () difícil acesso:
- d) () inacessível nas chuvas:
- e) () sem estradas:

11) transporte coletivo por onde passa?

- a) () só fora do assentamento:
- b) () dentro, mas só na estrada principal:
- c) () entra também em vias secundárias:
- d) () sem informação

12) assentamento com escolas criadas a partir de reivindicação

- a) () número de escolas no assentamento:
- b) () até que série:

18) famílias que se conheciam antes de morar no assentamento sim () não ()
e quantidade de famílias conhecidas conheciam antes: _____

19) espaços de encontro dos assentados

- a) () nos espaços coletivos
(cooperativa, agrovila,
comunidade):
- b) () nas casas:
- c) () nos espaços religiosos:
- d) () em reuniões:
- e) () na estrada:
- f) () no trabalho:
- g) () grupos de mulheres, jovens ou
esportes:
- h) () outros:

20) principais modalidades de lazer dos assentados atualmente e antes do assentamento

- a) não tem folga: () antes () agora
- b) fica em casa: () antes () agora
- c) atividade religiosa: () antes () agora
- d) faz visitas: () antes () agora
- e) esportes e jogos: () antes () agora

21) composição das famílias de acordo com a idade dos filhos

- a) número de filhos:
- b) famílias com filhos menores que 14 anos: ___() feminino ___() masculino
- c) famílias com filhos maiores que 14 anos: ___() feminino ___() masculino

22) trabalho no lote e fora do lote pela população maior que 14 anos que vive no assentamento

- a) trabalho só no lote:
- b) trabalho no lote e fora:
- c) trabalho só fora do lote:

23) tipo e periodicidade do trabalho fora do lote

Periodicidade	Em que trabalham fora do lote					
	Assalariado rural	Assalariado urbano	Trabalho coletivo	Trabalhador autônomo urbano	Parceiro arrendatário	Outros
Eventual						
Temporário						
Permanente						

24) motivos de ida dos assentados à cidade

- a) () compras de casa
- b) () venda/ negócios
- c) () sindicato
- d) () saúde
- e) () culto religioso
- f) () festas
- g) () visitar amigos/parentes
- h) () pagar contas
- i) () receber aposentadoria/pensão
- j) () reuniões em geral
- k) () estudo
- l) () outros

25) principais produtos do assentamento na safra 2013/2014:

Produto	Produção	Venda	Grau de importância

26) valor bruto da produção agropecuária, extrativista e de produtos beneficiados no assentamento, safra 2013/2014

Produto	Quantidade	Valor	% sobre valor total

27) produtividade média do assentamento comparado à média do município

28) posse e uso de infraestrutura tecnológica no assentamento – safra 2013/2014.

- a) existência de instalações
- b) uso de máquinas e equipamentos
- c) uso de implementos

29) instalações existentes no assentamento: número médio, tipo e período de aquisição

- a) animais:
- b) armazenamento (galpões):
- c) armazenamento d'água:
- d) beneficiamento:
- e) outras

30) Financiamento das instalações existentes

Sem acesso ao crédito:

- a) recursos próprios:
- b) instalação já existia

Para os financiados: origem do financiamento das instalações

- a) pronaf:
- b) crédito não específico:
- c) agroindústria:
- d) governo estadual:
- e) Igreja e ONG's:
- f) sem informações/ outros:

31) máquinas e equipamentos utilizados nos lotes na safra 2013/2014

- a) () trator:
- b) () colheitadeira:
- c) () micro trator:
- d) () animal de tração:
- e) () irrigação:
- f) () carroças:
- g) () caminhões e utilitários:
- h) () equipamentos para alimentação animal:
- i) () beneficiamento:
- j) () maq./ equipamentos para criação animal:
- k) () outros: _____

32) implementos utilizados no assentamento, safra 2013/2014

- a) preparo do solo:
- b) melhoria do solo:
- c) plantio:
- d) tratos culturais:
- e) outros:

33) tipos de insumos produtivos utilizados durante a safra 2013/2014

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| a) agrotóxicos: | e) insumos veterinários: |
| b) fertilizantes inorgânicos: | f) insumo para beneficiamento: |
| c) fertilizantes orgânicos: | g) outros |
| d) sementes e mudas compradas: | |

34) assistência técnica recebida no assentamento, segundo frequência e instituição de origem

Frequência da assistência técnica no assentamento:

- a) frequente:
- b) irregular:
- c) ausente:
- d) sem informação:

Instituição de origem:

- a) Incra:
- b) outros: _____

35) acesso ao crédito na safra 2013/2014

- a) tomou crédito
- b) não tomou crédito

36) fontes de créditos tomados para infra estrutura

Individuais:

- a) pronaf:
- b) cooperativa:
- c) governo estadual:
- d) outros:

Coletivos:

- a) pronaf investimento:
- b) pronaf custeio:
- c) pronaf agroindústria:
- d) Outros

37) dificuldades apontadas pelas famílias que tiveram acesso ao crédito no assentamento

- a) demora para liberação do financiamento:
- b) documentação exigida:
- c) dificuldade imposta pelo banco:
- d) problemas na elaboração do projeto:
- e) outras:

48) motivos apontados pelas famílias que não tomaram crédito na safra 2012/2013

- | | |
|--|---------------------------------------|
| a) não quis: | e) exigências do Incra: |
| b) problemas no projeto: | f) já tinha acessado outro crédito: |
| c) banco rejeitou: | g) problemas de documentação do lote: |
| d) problemas da pessoa jurídica representativa | h) outros: |

39) composição do rendimento médio bruto familiar anual total – 2012/2013

Renda média bruta familiar no lote:

- a) agrícola: venda _____ consumo _____
- b) pecuária: venda _____ consumo _____
- c) outras: venda _____ consumo _____

Renda média familiar do trabalho fora do lote

- | | |
|--------------------------|---------------|
| a) assalariados rurais: | c) autônomos: |
| b) assalariados urbanos: | d) outros |

Outras rendas médias familiares externas

- a) aposentadoria/ pensionista:
- b) ajudas financeiras:
- c) outras:

Total _____

40) acesso a auxílio para alimentação:

- a) recebe algum tipo de auxílio para alimentação
- b) Não recebe algum tipo de auxílio para alimentação

41) níveis de rendimento médio familiar anual total

- a) até 1 SM
- b) mais de 1 a 2 SM
- c) mais de 2 a 3 SM
- d) mais de 3 a 5 SM
- e) mais de 5 SM

42) posse de bens de consumo duráveis antes e depois do assentamento

	Antes	Depois
Fogão a gás		
Geladeira		
Televisão		
Antena parabólica		
Máquina de lava		
Freezer		
Micro-ondas		
Outros:		

43) posse de meio de transporte, antes e depois do assentamento

	Antes	Depois
Bicicleta		
Animal de transporte		
Moto		
Carro		
Outros		

44) material de construção das casas e fonte de recursos:

	Tijolos ou placas		Madeira aparelhada		Madeira aproveitada		Barro ou taipa		Lona		Outros	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Recursos próprios												
Crédito												
Habitação												
Financiamento												
Construção												
Outros												

45) percepção dos assentados sobre suas condições de vida: moradia, alimentação, saúde e educação

- a) sua vida melhorou: ()sim ()não
- b) moradia: ()melhor ()pior ()igual
- c) alimentação: ()melhor ()pior ()igual
- d) saúde: ()melhor ()pior ()igual
- e) educação: ()melhor ()pior ()igual

46) percepção dos assentados sobre suas condições de vida: poder de compra, segurança física, lazer e futuro da família

- a) poder de compra: ()melhor ()pior ()igual
- b) segurança física: ()melhor ()pior ()igual
- c) lazer: ()melhor ()pior ()igual
- d) futuro da família: ()melhor ()pior ()igual

47) percepção dos assentados sobre as melhorias trazidas pelo assentamento para o município e região onde está inserido.

- a) aumentou a produção:
- b) diversificou a produção:
- c) melhorou a infraestrutura:
- d) melhorou o movimento do comércio:
- e) aumentou a oportunidade de trabalho:
- f) melhorou as condições de vida:
- g) trouxe financiamentos

APÊNDICE 02 - ALGUMAS FRASES CITADAS PELOS ASSENTADOS:

Adão: - "História de muita luta, mais de muitas conquistas também. São 136 famílias que agora tem a verdadeira identidade de brasileiros.

Lula: - "essa parcela foi um presente de Deus para minha vida!" pois, ela me dá condições de viver dela."

Iranildes- "No início havia muita rejeição por parte do município e região; A sociedade não aceitava a gente aqui. Agora ninguém mais se importa, a gente é respeitado por toda sociedade".

José 'Bocão': - "O assentamento tem terra boa, fica perto da cidade e tem um rio, que é uma maravilha pura! O assentamento gera renda pro município e acima de tudo trabalho por minha conta" e acrescenta com voz embargada, "essa terra é o meu sonho"

Luís: - "Considero que é o futuro para filhos..."

Sumaia (ex. professora da rede privada de Goiânia): - "é um lugar onde temos liberdade para trabalhar, é uma experiência de vida e de conhecimento contínuo"

ANEXOS

**ANEXO Nº 01 – TABELA SOBRE O AUMENTO DAS PROPRIEDADES PRIVADAS NO
BRASIL DE 1998 - 2012**

Classes de Área (ha)	1998		2003		2010		2011		2012	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33	5.498.451	597.018.808,73
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67	117.301	58.875,48
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20	168.738	229.075,39
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60	759.005	2.549.567,34
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70	829.862	5.996.899,20
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37	1.391.712	22.560.429,52
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05	860.300	30.210.990,87
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46	611.745	42.414.477,17
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37	593.026	122.332.189,00
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54		
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60	85.437	59.426.508,45
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16	41.206	56.933.642,14
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58	31.865	93.781.039,50
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46	6.157	44.106.421,27
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60	1.113	15.263.453,08
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32	627	18.502.428,82
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82	138	9.701.272,64
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83	219	72.951.538,86

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2013. www.fct.unesp.br/nera

ANEXO Nº 02 - DECRETO QUE DECLARA QUE A FAZENDA ITAJÁ É DE INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.

Nº 155 SEXTA-FEIRA, 14 AGO 1998

DIÁRIO

DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 1998

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Itajá", situado no Município de Goianésia, Estado de Goiás, e dá outras providências.

32.007/11164/98

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2ª da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Itajá", com área de quatro mil, trezentos e setenta e seis hectares, oitenta e sete ares e vinte e cinco centiares, situado no Município de Goianésia, objeto da Matrícula nº 17, fls. 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas da Comarca de Goianésia, Estado de Goiás.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993 e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de agosto de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Raul Belens Jungmann Pinto

ANEXO Nº 03 – CARTA PRECATÓRIA - AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

PROCESSO Nº : 200002956181

Fls. 01

51

AÇÃO DE : CARTA PRECATÓRIA

EXEQUENTE : INCRA

EXECUTADO(S) : FAZENDA ITAJÁ

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

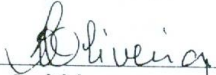
Aos cinco dias do mês de dezembro do ano dois mil (05.12.2000), nesta Cidade e Comarca de Goianésia, GO., em cumprimento ao mandado do MM. Juiz de Direito da 2ª. Vara desta Comarca e extraída dos autos da Carta Precatória de nº. 200002956181, que INCRA move em desfavor de FAZENDA ITAJÁ, e aí sendo, nós, Oficiais de Justiça desta Comarca, IMITIMOS INCRA, na pessoa do representante legal DRª ARLENE DE LIMA OLIVEIRA (04.04.04) o imóvel à seguir descrito: "Uma posse de área de 4.376.8725 Ha. do imóvel rural denominado Fazenda Itajá nesse município conforme registro nº M17 Livro 2 Fls 01 de CRI local, desta Comarca com os limites e confrontações do Memorial Descritivo.

FEITA a IMISSÃO de POSSE, lavramos o presente auto, que após lido e achado conforme, vai devidamente assinado por nós, Oficiais de Justiça, pelo imitado e testemunhas presentes.



Oficial de Justiça

Oficial de Justiça



Imitado

Testemunha



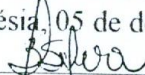
Testemunha

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em cumprimento ao presente mandado, dirigi-me nesta cidade no endereço do verso deste e aí sendo procedi a Intimação de da Fazenda ITAJÁ, Na pessoa de seu representante legal Sr. Luzia ~~que após ser intimada compareceu~~ no M. da Silva, que após ser intimado deixou de exarar seu ciente.

O referido é verdade e dou fé.

Goianésia, 05 de dezembro de 2000.



CLÁUDIA ELICE BATISTA LEITE SILVA

Oficial de Justiça

ANEXO Nº 04 - PORTARIA QUE APROVA A PROPOSTA DE DESTINAR A FAZENDA ITAJÁ PARA FINS DE ASSENTAMENTO DE AGRICULTORES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM GOIÁS

PUBLICAÇÕES	
D. O. 117	de 08/03/01
Seção 1	Pág. 12
B. S. Nº 11	de 12/03/01

PORTARIA INCRA/SR-04/Nº 04, DE 22 DE fevereiro DE 2001.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 452, de 11 de julho de 2000, publicada no D.O.U. de 13 de julho de 2000;

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado Fazenda Itajá S/A, com área de 4.376,8725 ha, localizado no Município de Goianésia, no Estado de Goiás, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto de 13 de agosto de 1998, cuja imissão na posse se deu em 05 de dezembro de 2000 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam análise no Processo INCRA/SR-04/Nº 1164/97 pelos órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional, decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria,

- R E S O L V E:**
- I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Itajá S/A, com área de 4.376,8725 ha (quatro mil, trezentos e setenta e seis hectares, oitenta e sete ares e vinte e cinco centiares), localizado no Município Goianésia, no Estado de Goiás, e que prevê a criação de 126 (cento e vinte e seis) unidades agrícolas familiares;
 - II - Criar o Projeto de Assentamento Itajá, Código Sipra GO 0191000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;
 - III - Autorizar à Divisão de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;
 - IV - Determinar à Divisão de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;
 - V - Determinar à Divisão de Assentamento que comunique aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à FUNAI, o Projeto ora criado; e
 - VI - Determinar à Divisão de Assentamento que registre todas as informações de criação; desenvolvimento e das famílias referentes ao Projeto de Assentamento ora criado, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.


APARECIDO ANTÔNIO
 Superintendente Regional
 INCRA/GO

Providenciado através
 do (a) MEMO/SR/04/26/2001
 ao Protocolo de SR/RSB/Reg/6
 nº 600/2001
 De Ordem, archive-se
 em 23/02/2001
 Jbo

ANEXO Nº 05 – RETIFICAÇÃO DE PORTARIA



314

PUBLICAÇÕES	
D. O. ...	102 de 30/05/11
Seção ...	1 Pág. 120
B. S. Nº.	de/...../.....

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E DE REFORMA AGRÁRIA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA – GOIÁS

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA

Na Retificação da Portaria publicada no D.O. Nº 161 de 21/08/2007 SEÇÃO I, PAG. 46 , que alterou a Portaria INCRA/SR-04 Nº 04, de 22 de fevereiro de 2001, que criou o Projeto de Assentamento **PRESENTE DE DEUS**, no município de **Goianésia/GO**, publicada no D.O. 47 de 08/03/2001, SEÇÃO I PAG 12 , onde se lê: “...criação de 137 (cento e trinta e sete) unidades agrícolas familiares...”; leia-se: “...criação de 136 (cento e trinta e seis) unidades agrícolas familiares...”.

Goiânia, 25 de maio de 2011.

ROGÉRIO P. ARANTES
 Superintendente Regional
 INCRA/GO

Emival Lopes
 Superintendente Regional Substituto
 PORTARIA INCRA/GO Nº 148/2011

**ANEXO Nº 06 – ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DO
ASSENTAMENTO PRESENTE DE DEUS – VERDE VIDA**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA REALIZADA AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E ONZE (25/05/2011) AS 12:30 DA MANHÃ NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO VERDE VIDA LOCALIZADA NA FAZENDA ITAJÁ MUNICIPIO DE GOIANÉSIA –GOIAS. INICIOU A REUNIÃO FAZENDO A ORAÇÃO DO PAI NOSSO EM SEGUIDA A PALAVRA A Srª PRESIDENTE ANA RITA PERGUNTA SI O GRUPO ESTÁ DE ACORDO COM QUE ESTA FAZENDO O MANUEL FALOU QUE TEM QUE FAZER A SUA PARTE, O EURICO FALOU PARA PEDIR PARA SER HONESTO UM COM O OUTRO ANA PERGUNTA PARA O GRUPO SI APOIA A VINDA DE ALGUEM VIR MORAR NA SEDE, O GRUPO FALA NÃO. O GRUPO FALA QUE ESTÁ SENDO OFENDIDO PELAS, PERGUNTAS , DIGO PALAVRAS DO SERVIDOR DO INCRA ANA PERGUNTA SI O GRUPO TÁ DE ACORDO OU ESTÁ SENDO OBRIGADO O GRUPO ESTÃO DE ACORDO. O LEANDRO FALA QUE O POVO ESTÁ COM MUITA DÚVIDA ELE PERGUNTA SI TEM ALGUM BANDIDO, PELO CONTRARIO TEM É TRABALHADORES, MÁ S PELO JEITO QUE FOI TRATADO, ISSO E PARA QUE NÃO TEM UMA PRÓXIMA VEZ HOJE ESTÁ SENDO DENUNCIADO E AMANHÃ PODE SER IGUAL, O LEANDRO FALA QUE DEPOIS DESTA ATA O GRUPO ESTÁ FECHADO E O GRUPO APOIA. A TEREZINHA PERGUNTA SI VOCÊ ESTA COM NÓS PORQUE EU FUI TRATADA COMO BANDIDA DIZENDO QUE EU IA SAIR ALGEMADA SI VOCÊ VAI COM NÓS EM BRASILIA, O SINDICATO E A FEDERAÇÃO E A CUTE VAI, O LEANDRO FALA QUE ESTÁ TENTANDO UMA REUNIÃO COM O MINISTRO DA REFORMA AGRARIA, E O SUPERINTENDENTE NACIONAL DO INCRA DE BRASILIA. O GRUPO DIGO NÃO APOIA NENHUMA FAMILIA VIM MORAR NO P.A PRESENTE DE DEUS, ONDE ESTÁ TODAS AS PARCELAS COMPLETA E SORTEADA PELO INCRA NÓ DIA VINTE E TRÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZ (23/08/2010) QUE ESTÁ NA ATA Nº CINQUENTA E NOVE (59). CITAREMOS DIGO ACEGUIR ALGUNS ITENS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE INTENDEMOS FORAM DESRESPEITADO PELOS SERVIDORES DO INCRA DE GOIAS QUE AQUI ESTIVERAM PRESENTE NOS DIAS VINTE (20) DIGO DE MAIO DO CORRENTE ANO SÃO ELES ARTIGO QUINTO TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DESTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA – I HOMENS E MULHERES SÃO IGUAIS E DIREITO E OBRIGAÇÕES –II NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR FAZER ALGUMA COISA SI NÃO EM VIRTUDE DE LEI –III NINGUÉM SERÁ SUBMETIDO A TORTURA NEM A TRATAMENTO DESUMANO OU DEGRADANTE,-X SÃO INVIOLAVEIS A INTIMIDADE, A VIDA PRIVADA, A HONRA E A IMAGEM DAS PESSOAS; ASSEGURADO O DIREITO A INDENIZAÇÃO PEDE DANO MATERIAL OU MORAL DECORRENTE DIGO DA SUA VIOLAÇÃO – XI A CASA É ASILO INVIOLAVEL SEM O CONCENTIMENTO DO MORADOR, SALVO EM CASO DE FLAGRANTE DELITO OU DESASTRE, OU PRA PRESTAR SOCORRO, OU DURANTE O DIA, POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÓS ASSENTADOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE DIGO RESIDIMOS E TRABALHAMOS NESTA TERRA PARA SUSTENTAR NOSSAS FAMILIAS FICAMOS TODOS

334
8

INDIGUINADOS DA FORMA QUE FOMOS TRATADOS PELOS SERVIDORES DO INCRA QUE AQUI ESTIVERAM E QUE OFENDERAM DIGO HUMILHARAM VARIAS PESSOAS DA NOSSA COMUNIDADE, E ATRAVÉS DESTA ATA NESTA REUNIÃO COM TODOS OS ASSENTADOS QUEREMOS UMA RESPOSTA DAS AUTORIDADES COMPETENTES, É POR CERMOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA QUE TIVEMOS O TRATAMENTO TÃO OSTIO POR PARTE DOS SERVIDORES DO INCRA? PORQUE OUVI TRATAMENTO DIFERENCIADO? OU SEJA DIGO POR EXEMPLO MUITOS COMPANHEIROS NÃO DIGO TIVERAM DIGO ACESSO AO RECURSO PARA AS MORADIAS PORQUE JÁ TINHA FEITO ALGUNS TIPO DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA DIGO NUEM TANTO OUVI TRATAMENTO DIFERENCIADO POIS OUTROS QUE HAVIA FEITO PUDERAM CONSTRUIR SENDO ESTES AUTORIZADOS PELOS SERVIDORES DO INCRA -GO. O QUE NOS QUEREMOS SÃO SERVIDORES QUE NOS RESPEITE E RESPEITEM A NOSSA LUTA, TODOS NÓS APOIAMOS A (CONSTRUÇÃO)DIGO QUE SEJA INSTALADA A FACULDADE DE AGRONOMIA NA SEDE SENDO QUE A DIGO COMUNIDADE APOIA A DESTINAÇÃO DO LOTE 113 PARA A FACULDADE QUE POR SUA VEZ FORAM ANEXO A ESTÁ ATÁ COPIA DO DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGELICA (AEE), SOLICITAMOS TAMBÉM A SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁ RIA NO ESTADO DE GOIÁ S, Sr 04/GOIÁS, GOIÂNIA ESTADO DE /GO DIGO GOIÁS QUE ESTAMOS DIGO A REGULARIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PRESENTE DE DEUS PARA QUE POSSAMOS AINDA ESTE ANO ESTAR DIGO ACESSANDO O CRÉDITO DO PRONAF A, SEM MAIS NADA A RELATOR EU NEUSA SILVANA 1º SECRETARIA LAVREI ESSA ATA E LIDA POR MIM E APROVADA E ASSINADA POR TODOS. NEUZA SILVANA MOREIRA DA SILVA CARVALHO, ANA RITA DOS SANTOS VIEIRA, ELZA SEBASTIANA DE JESUS OLIVEIRA, EDILSON BORGES VIEIRA, JOSE SILVA DOS SANTOS, LINDOMAR FLORENCIO DE BARROS, VILMAR DOS SANTOS, MARIA CRISTINA DA SILVA, JOSE SIMÕES DE MELO, BENEDITO MOREIRA DA SILVA, JOSE FERREIRA DE ANDRADE, CONCEIÇÃO MOREIRA DE GODOI, ELZA FERNANDES SANTOS, BENEDITO FERREIRA DOS SANTOS, VALDA LEAL DE ANDRADE, NOEL FERREIRA DA SILVA, TEREZA PEREIRA DE JESUS, MANOEL CAMPOS FERREIRA, ELDA GONÇALVES RODRIGUES, ERCIRON RODRIGUES VIDIGUAL, MARIA DIVINA DE OLIVEIRA FERNANDES, MARIA SUELI DE PAULA SILVA, ROMILDA LUIZ CAETANO, DARCI GOMES NETO DA SILVA, MARIA ALVES DE PAIVA, VANTUIR DORNELES DA SILVA, EDMUNDO HONORATO DE PAIVA, DIURE BATISTA DE ANDRADE LESTE, JOSE MIGUEL DA SILVA LESTE, MARIA DE FATIMA CAVALCANTE, MANOEL CAVALCANTE, NILZA GOMES LOPES, EURICO MARCIANO LOPES, ADRIANA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO, IVAN MOREIRA DE JESUS(VISITANTE), NIVAN CARDOSO MONTEIRO, MARIA JOSE DE SOUZA, JOSE ROSA

333
8

CARDOSO, ADAILTON GALDINO REGO, ROGO 820.912.851-53, ANTONIA MARTILIANO DOS SANTOS, NELI MARIA DOS SANTOS, IRAI MIGUEL MINISTRA, NEUZA LUCIA MINISTRA, EREZITE FERNANDES DOS SANTOS, APARECIDA FERNANDES DOS SANTOS, DOMINGOS NETO, ROSIMEIRE CAETANO VINHAL ROSA, DIVINO JOSE ROSA, SILVANI GONÇALVES DIAS, ZILDA MARIA DE SOUZA, WILLIAN CAMILO BARCELOS, AILTON ARAUJO FERREIR, EDIR GONÇALVES RODRIGUES, JOSE PAULO SILVA SANTOS, ADELSON DA COSTA VIEIRA, SEBASTIÃO JOSE DA SILVA, JOÃO BATISTA CARVALHO, LEANDRO ROSA DA SILVA, ALESSANDRA ALVES DA FONSECA, ELISVALDO SOARES DIAS, EDVAN DA COSTA SILVA.

Protocolado no Livro nº AL sob nº 19.330
 Registro no Livro AL 179 de Registro de Títulos
 e Documentos do Cartório privativo, às fls. 130
 sob o nº 16.002 da ordem.

Goianésia, 30 de 05 de 11
Roberto Machado Junior



**ANEXO Nº 07 –DESPACHO SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO PA
PRESENTE DE DEUS – GOIANÉSIA – GO**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM GOIÁS

PROCESSO : 54150.000840/2011-49
INTERESSADO : SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM GOIÁS
ASSUNTO : ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO PA PRESENTE DE DEUS - GOIANESIA -GO

DESPACHO Nº 489 /2011-GAB – Com base nas informações técnicas precedentes, tendo em vista documento de fls. 77 e obedecidas todas as formalidades legais, **APROVAMOS e HOMOLOGAMOS** a Organização Espacial - Plano de Parcelamento do Projeto de Assentamento Presente de Deus, localizado no município de Goianésia – GO.

Considerando as informações de fls.77, autorizamos a SR-04/T-2, adotar as providências visando a retificação da Portaria de criação do PA, alterando sua capacidade de 137 (cento e trinta e sete) para 136 (cento e trinta e seis) famílias.

Em seguida encaminhar a Comissão de ATER/ATER para proceder a inclusão do PA Dona Hilda na chamada pública que irá contratar os projetos de elaboração de PDA.

Encaminhem-se os presentes autos a SR-04/T, com vistas a T-2, para prosseguimento, conforme solicitado.

GABINETE DO SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA SR-04, em Goiânia-GO, aos 04 dias do mês de maio do ano de 2011.

Emival Lopes

Superintendente Regional Substituto
PORTARIA INCRA/P/Nº 149/2008

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Superintendente Regional do INCRA em Goiás
Portaria/INCRA/P/Nº 79/2008

